

# Litterata

Revista do Centro de Estudos  
Portugueses H3lio Sim3es



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro - Reitor

Evandro Sena Freire - Vice-Reitor

EDITORES

Inara de Oliveira Rodrigues

Maurício Beck

Paula Regina Siega

CONSELHO EDITORIAL

Regina Zilberman (UFRGS)

Socorro de Fátima Pacífico Pillar (UFPB)

Roberto Acízelo (UERJ)

Marília Rothier Cardoso (PUC - RJ)

Márcio Ricardo Coelho (UEFS)

Rosa Gens (UFRJ)

Armando Gens (UFRJ)

Maria Lizete dos Santos (UFRJ)

Norma Lúcia Fernandes de Almeida (UEFS)

Ítalo Moriconi (UERJ)

Márcia Abreu (UNICAMP)

Sandra Sacramento (UESC)

Cláudio C. Novaes (UEFS)

Odilon Pinto (UESC)

Ricardo Freitas (UESC)

Aleilton Fonseca (UEFS)

Luciana Wrege Rassier (La Rochelle)

Rita Olivieri-Godet (Rennes 2 – Haute Bretagne)

Philippe Bootz (Paris 8 – Saint Denis)

Vania Chaves (Universidade de Lisboa)

COMISSÃO EDITORIAL

Cláudio do Carmo Gonçalves (UESC)

Edite Lago da Silva Sena (UESB - Jequié)

Evani Moreira Pedreira dos Santos (UESC)

Inara de Oliveira Rodrigues (UESC)

Katia Jane Chaves Bernardo (UESC)

Maria Laura de Oliveira Gomes (UESC)

Roberto Sávio Rosa (UESC)

Marilene Bacelar Baqueiro (UFBA)

Reheniglei Rehem (UESC)

Samuel Macêdo Guimarães (UESC)

Paula Regina Siega (UESC)

Maurício Beck (UESC)

ISSN 2237-0781

# Litterata

Revista do Centro de Estudos  
Portugueses Hélio Simões

Ilhéus – Bahia



2016

Litterata - Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões	Ilhéus-BA	6	1	1-136	Jan.-jun. 2016
--	-----------	---	---	-------	-------------------

©2016 by Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões

Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil  
Tel.: (73) 3680-5087  
revistalitterata@gmail.com

### **REVISÃO**

Adriana Castro Xavier  
Barbara Luiza Menezes Lago  
Camilla Ramos dos Santos  
Genebaldo Pinto Ribeiro  
Haisa Wilson Lima Cruz  
Ingrid Bomfim Cerqueira  
Leticia Mattos  
Luana Caetano Thibes  
Maurício Beck  
Roberto Santos de Carvalho  
Shirley Costa Pacheco  
Yasmin Evellin dos Santos Barbosa

### **EDIÇÃO DO VOLUME E ORGANIZAÇÃO**

Maurício Beck

---

Litterata : revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões /  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Letras e  
Artes. -- Vol. 6, n. 1 (jan./jun. 2016) -- Ilhéus, BA: Editus, 2016.  
136.

Semestral.

Editores: Inara de Oliveira Rodrigues, Maurício Beck, Paula Regina  
Siega,

ISSN 2237-0781 1.

1. Literatura brasileira – Periódicos. 2. Literatura – Periódicos. 3.  
Língua portuguesa – Periódicos. I. Universidade Estadual de Santa  
Cruz. Departamento de Letras e Artes.

CDD 869.05

---

## SUMÁRIO/SUMMARY

EDITORIAL.....	5
ENTRE A NARRATIVA HISTÓRICA E A LITERÁRIA: AMBIGUIDADE E NACIONALISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS JESUÍTAS NO ROMANCE HISTÓRICO <i>AS MINAS DE PRATA</i> , DE JOSÉ DE ALENCAR - Rafaela Mendes Mano Sanches.....	7
A PERVERSIDADE – CAUSA SECRETA. O DISCURSO FICCIONAL ENTRETecendo POSIÇÕES SUJEITOS - Shirley Costa Pacheco - Mauricio Beck.....	29
O CONTEXTO HISTÓRICO DA RÚSSIA CZARISTA E O SURGIMENTO DO ROMANCE SOCIAL DE DOSTOIÉVSKI - Ludmilla Carvalho Fonseca.....	38
LITERATURA E HISTÓRIA EM “A NOITE EM QUE PRENDERAM O PAI NATAL” - Lucas Esperança da Costa.....	54
DA ABSOLVIÇÃO PELO AMOR - Renato Pardal Capistrano.....	69
O FAZER LITERÁRIO EM TORNO DAS LACUNAS DA HISTÓRIA OFICIAL - Camila dos Reis Iglesias Pazolini.....	81
A PESQUISA EM TEORIA LITERÁRIA COMO CAMPO DE POSSÍVEIS (RE)VISÕES DA FICÇÃO BRASILEIRA DOS SÉCULOS XIX E XXI - Felício Laurindo Dias – Alexandre Amaral Ferreira.....	94
A-COR-DE ANGOLA: CONCEITOS E PRECONCEITOS EM “ZITO MAKOA, DA 4ª CLASSE”, DE LUANDINO VIEIRA - Pedro Henrique Gomes Paiva.....	107
QUANDO A IRONIA REVELA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA CRÔNICA À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA - Thais de Freitas Mondini Belletti.....	123

## EDITORIAL

“Discurso ficcional e narrativas históricas” é o tema do volume 6, n. 1 da revista **Litterata**, publicação do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões – Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. O volume reúne artigos, na ampla área dos estudos da linguagem, que investigam o funcionamento do discurso literário em cotejo, contraste ou articulação teórica com a história, enquanto narrativa. Em outras palavras, são textos que abordam os efeitos de sentido entre verdade ou ficção, objetividade ou subjetividade, tendo em vista a materialidade da linguagem. Abre o volume o artigo de Rafaela Mendes Mano Sanches, a autora se embrenha na narrativa ficcional de José de Alencar com foco na história do Brasil colônia. Já o artigo de Shirley Costa Pacheco e de Maurício Beck busca problematizar a cisão entre história e ficção, ou entre verdade e imaginação, ao desvelar a interlocução e a implicação subjetiva que uma narrativa ficcional mobiliza. Na sequência, Ludmilla Carvalho Fonseca contextualiza em seu artigo as condições históricas de produção que forjaram o romance social russo, sem deixar de enfatizar o quanto a literatura se configurava como espaço discursivo para a expressão do pensamento político daquela nação. O texto de Lucas Esperança da Costa avança pelo tema da metaficção no contexto histórico recente de Angola; trata-se da ficção que narra outras histórias e interpela/questiona o discurso da história do colonizador. Por sua vez, Renato Pardal Capistrano aventura-se a pensar o amor, e suas implicações, em uma perspectiva filosófica, literária e, sobretudo, histórica. Já Camila dos Reis Iglesias Pazolini envereda pela discussão da micro-história e das narrativas ficcionais sobre personagens marginais para afrontar o silenciado na história oficial acerca da colonização brasileira, de modo a buscar preencher lacunas e significar interstícios. Felício Laurindo Dias e Alexandre Amaral Ferreira apresentam uma pesquisa coletiva da (re)visão da ficção brasileira com vistas a uma intersecção entre passado e presente para melhor conceituar a contemporaneidade. Voltamos ao contexto angolano com Pedro Henrique Gomes Paiva, que se propõe a analisar os entre-lugares e os lugares de fala, mais uma vez sob o foco das tensões resultantes da dominação colonizadora. Por fim, o artigo de Thais de Freitas Mondini Belletti envereda pela perspectiva discursiva para analisar a (in)compreensão da crônica irônica na atualidade brasileira. Desse

modo, mostra as (im)possibilidades da história do conturbado presente brasileiro, pela via da crônica e de suas leituras. Em síntese, inúmeras nuances que afastam ou que aproximam a narrativa histórica da narrativa ficcional são abordadas e problematizadas de múltiplas formas nos trabalhos aqui apresentados. E o limiar entre o verdadeiro, o objetivo, o imaginário e o subjetivo se desestabiliza de modo a nos (re)colocar questões de sentido e de (des)conhecimento. Desejo a todos uma boa interlocução com os autores aqui elencados.

Maurício Beck  
Organizador

**ENTRE A NARRATIVA HISTÓRICA E A LITERÁRIA: AMBIGUIDADE E NACIONALISMO NA REPRESENTAÇÃO DOS JESUÍTAS NO ROMANCE HISTÓRICO *AS MINAS DE PRATA*, DE JOSÉ DE ALENCAR**

Rafaela Mendes Mano Sanches \*

**Resumo:** Este trabalho objetiva estudar a ambiguidade representativa da Companhia de Jesus no romance histórico *As Minas de Prata*, cujo enredo relê criticamente a Instituição religiosa como intérprete do território colonial, detentora do poder religioso, e concorrente do poder político colonial. Entre o discurso histórico e literário, a obra ficcionaliza o discurso cronístico dos jesuítas e as práticas religiosas dos loiolanos no período seiscentista, apreendendo a duplicidade de suas funções que se revela entre as imagens do jesuíta missionário e do jesuíta político. Com efeito, a narrativa literária entra em processo dialógico com a narrativa histórica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme ambas buscam o lugar dos jesuítas e a tarefa que eles tomam na construção da nacionalidade brasileira. Estudaremos a ficcionalização da Companhia de Jesus no romance alencariano, a partir das apropriações e interpretações do discurso oficial do IHGB, buscando compreender como José de Alencar pensa a religião no seu romance *As Minas de Prata*, e como responde as demandas de sua época concernentes à figura polêmica dos loiolanos.

**Palavras-chave:** Romance histórico. Companhia de Jesus. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ambivalência

**BETWEEN HISTORICAL AND LITERARY NARRATIVE: AMBIGUITY AND NATIONALISM IN THE HISTORIC NOVEL “AS MINAS DE PRATA” JESUITS REPRESENTATION, BY JOSÉ DE ALENCAR**

**Abstract:** This work aims to study the Company of Jesus' representative ambiguity in the historical novel *As Minas de Prata*, which relay plot critically religious institution as an interpreter of the colonial territory, holder of religious power, and rival the colonial political power. Between the historical and literary discourse, the work fictionalizes the speech of the Jesuits and the religious practices of Jesuits in the XVII Century, seizing duplication of their functions is revealed between the images of the Jesuit missionary and political Jesuit. Indeed, the literary narrative comes into dialogic process with the historical narrative of the Brazilian Historical and Geographical Institute, as both seek the place of the Jesuits and the task they take on the construction of Brazilian nationality. This study aims the fictionalization of the Society of Jesus in the novel, from appropriations and interpretations of official speech IHGB, trying to understand how José de Alencar thinks religion in his novel, and how to answer the demands of his day concerning the controversial figure of Jesuits.

**Keywords:** Historical novel. Society of Jesus. Historical and Geographical Brazilian Institute. Ambivalence.

---

\* Doutora em Teoria e História Literária, na área de Concentração em História e Historiografia literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

## Introdução

O romance *As Minas de Prata*, de José de Alencar, foi publicado pela Bibliotheca Brasileira de Quintino Bocaiúva em 1862, com dezenove capítulos iniciais e com o título *As Minas de Prata: continuação do Guarani*. Somente em 1865, José de Alencar retoma sua obra e a publica em seis volumes, pela editora B. L. Garnier, fazendo algumas modificações na primeira versão: retira notas, altera o próprio título e acrescenta outros capítulos. A mudança no título, relacionada à exclusão das notas sugere outro viés de leitura, que ressemantiza a trama romanesca e a desvincula de *O guarani*. Assim, se em 1862, Alencar sugeria uma chave de leitura para aquele romance, seja pelo título que o atrelava ao *O Guarani*, grande sucesso na época, seja pela citação de suas fontes históricas, em 1865, joga o leitor no seu labirinto textual e o deixa construir os caminhos da própria rede narrativa. Por um lado, Alencar retira suas matrizes historiográficas, por outro, traz citações de cronistas, bem como a atuação desses personagens na obra, fato que sinaliza a confecção de sua prosa de natureza histórica e os artifícios de seu discurso narrativo. Abrindo o romance histórico para uma linguagem seiscentista, o discurso narrativo de *As Minas de Prata* ganha hibridez, contracenando um narrador que situa um discurso nos seiscentos para explicar os costumes, as descrições, citando cronistas, a saber, Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim, e outro que está em constante diálogo com o século XIX e com suas concepções de História e moralismo. O narrador se propõe a reviver e reaver aquele passado nacional. Assim, o romance histórico, caracterizado por recriar ambientes e mentalidades do passado, é escrito por Alencar, que convida o seu leitor a reviver aquele momento e conhecê-lo.

O fio condutor da trama enfoca as lutas e aventuras pela posse do roteiro das minas de prata, feito pelo personagem Robério Dias, que procura não despertar suspeitas na sua exploração da gruta, porém, os rumores sobre este local se espalham e o minerador decide revelar o seu segredo ao rei da Espanha. Neste momento, o mapa do explorador é roubado, de modo que Robério é obrigado a retornar ao sertão, acompanhado do representante de El-Rei, D. Francisco de Sousa, para mostrar o seu achado e comprovar sua inocência. Nesse percurso, o minerador morre e, por conseguinte, seus bens são confiscados, o que deixa o filho do aventureiro, Estácio, na mais extrema pobreza. Vivendo sob a sombra de seu passado, Estácio busca sua identidade, desvendando o mistério que cerca as minas e passando por várias peripécias na luta pelo roteiro, ora contra o governador D. Francisco de Sousa, ora contra o

jesuíta Molina, personagem que vem da Espanha a fim de descobrir o paradeiro do pergaminho.

Sendo assim, a grosso modo, as linhas de força do enredo são determinadas pela movimentação de três personagens associados à busca do roteiro: Molina, Estácio, e D. Francisco de Sousa, e, não por acaso, a narrativa contracena dois personagens representantes de Instituições distintas, uma religiosa e outra política, em contraste com Estácio, o protagonista e herói da nação. Este último, sendo de origem mestiça, ostenta o caráter nobre de seus antepassados nativos e portugueses, confrontando-se com os outros dois personagens, Molina e D. Francisco, que, por serem de origem espanhola, circunscrevem os problemas políticos entre Portugal e Espanha. Os confrontos entre os dois sujeitos espanhóis metaforizam os primeiros embates do período colonial, e redimensionam a relação da religião com o Estado, sugerindo os problemas oriundos de “um estado dentro de outro estado”, ou melhor, interpretando a força motriz dos jesuítas na concorrência com o governo do território português.

Ora, o envolvimento de personagens religiosos com as pedras preciosas levanta indagações das práticas eclesiásticas desenvolvidas durante o Brasil Colonial, cujo contexto abordado na prosa gravita em torno da União Ibérica, fornecendo um material entremeado de embates entre nações e Instituições, como a referida disputa entre a Companhia de Jesus e o Estado. Logo na primeira cena, o narrador mostra a rivalidade entre a esfera religiosa e a política:

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares **as grimpas de suas torres, olhando o mar** que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progenitura, a rainha do **império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas** (ALENCAR, 1958, p. 417; grifos nossos).

Nesse trecho, a sublimação da capital baiana é construída por uma dicção grandiloquente, consonante com o mito das minas de prata, cujas imagens simbólicas constituem o *El Dorado* brasileiro. Se por um lado, a linguagem sublime apreende a nobreza daquele local, a narrativa deixa transparecer os primeiros problemas da nação. Assim, o enfoque é dado à modelagem da cidade, potencializada pelas “grimpas de suas torres”, que metaforizam a força política e ideológica da capital, orientada pelo Colégio dos Jesuítas e pelo prédio da Sé. Esse conflito, sinalizado ainda que timidamente, toma fôlego no desenrolar do

episódio das minas.

Dessa maneira, a partir do referido enredo da obra, extraímos da linha norteadora que guia o romance de Alencar, a trama das minas, outra que demarca nosso estudo, a temática da religião. Na ação narrada, a Companhia de Jesus toma lugar significativo, seja por deter a educação do Brasil Colonial, seja por seus membros assumirem funções de cronistas e traduzirem a nova terra, por disputarem a administração colonial, e por exercerem práticas religiosas. Dessa maneira, em *As Minas*, o percurso dos eclesiásticos se vincula à ficcionalização dos ingredientes morais e civilizatórios, e, paradoxalmente, suscita inquietação e suspeitas quanto ao relaxamento moral da Companhia e à adaptação antidogmática exercida pelo padre Molina. O pensamento de Alencar sobre estar a serviço da sua pátria e dos ideais espirituais e civilizatórios, legitimados pela imagem da catequese e das doutrinas moralistas e dogmáticas da Igreja Católica, esboça o seu olhar na reconstituição do passado brasílico e, de certa maneira, na sua projeção do Brasil Imperial. Se os processos de nacionalização da Instituição Inaciana configuram diversificados conflitos na percepção de um passado coerente e unificado, José de Alencar reabsorve as contradições da esfera eclesiástica, encaminhando determinadas representações, cuja ambiguidade se realiza no aproveitamento do catolicismo em outras áreas e esferas.

Em *As Minas de Prata*, a representação religiosa e as querelas políticas da Monarquia Católica de Portugal são circunscritas como um problema histórico e identitário, que traçam um elo em comum entre as obras do escritor. Aliás, os movimentos polêmicos da Igreja Católica, e, sobretudo, da Companhia de Jesus no território brasileiro estabelecem pontes temáticas entre o referido texto do autor e o discurso do IHGB, sobre os quais colocamos a seguinte pergunta pontual: como Alencar representa o catolicismo na busca dos traços identitários? Investigaremos a relação da religião e dos jesuítas com a questão da identidade nacional, e, neste ponto, as relações de proximidade e/ou de distanciamento com a postura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é inevitável.

Sob essa égide, a discussão tocante ao romance histórico alencariano é permeável à preocupação dos letrados e político dos oitocentos. Para os homens de letras conterrâneos de Alencar, os obstáculos que se colocam na resignificação da Corporação são, entre outros, discutir a religiosidade, sobretudo, a presença dos jesuítas no Brasil Colonial, num momento político oitocentista em que os inacianos retomam seu poder na Europa, e retornam ao

território brasileiro; e reescrever o Brasil-Colonial, indicando suas trilhas para o Brasil Imperial diante das polêmicas da Companhia. A figura dos jesuítas, não só como assunto histórico, mas também como construtora da memória do país, pois, afinal, os loiolanos escreveram “histórias”, traz elementos que se transferem para outros dilemas. Por um lado, os eclesiásticos fizeram parte do construto nacional, não obstante, por outro, eles concorreram com o Estado. Como reinventá-los?

Atualizando as imagens da Instituição, a narrativa de *As Minas* demarca seus aspectos e traços de historicidade, bem como o senso histórico subjacente à escolha de ângulo focalizado para narrar as imagens jesuíticas e suas funcionalidades no Brasil. Assim, entender os sentidos dos jesuítas na obra alencariana se faz indissociável do espaço da literatura na esfera política do país, ou antes, da compreensão das funcionalidades, do impacto e das significações da Ordem nas malhas do discurso oficial. Levantamos a hipótese de que o romance alencariano consegue metaforizar e ficcionalizar na sua tessitura as nuances de discussões do seu momento de produção, seja a do IHGB, seja a produção de Francisco Adolfo Varnhagen, uma das principais fontes histórica dos oitocentos, construindo uma possível resposta para os problemas contemporâneos, que, no caso, concentra-se no fato dos jesuítas voltarem a ser uma ameaça ao Estado Imperial. Conforme veremos, José de Alencar repensa os jesuítas à luz das múltiplas facetas assumidas pela Companhia, relativizando o fato de os loiolanos escreverem “histórias” e o tom de verdade de seus documentos, e refletindo sobre os aspectos politizados da Instituição Inaciana.

### **Os jesuítas, suas escritas e possíveis confecções da história do Brasil: a Companhia de Jesus, suas práticas e dilemas**

Na nota alencariana de 1862<sup>1</sup>, Fernão Cardim é citado como fonte histórica, e o personagem desempenha na obra o papel de padre Provincial do Brasil da Companhia de

---

<sup>1</sup> Na construção dos alicerces do passado colonial, as fontes históricas referentes às notas de 1862, não por acaso, correspondem às mesmas do IHGB e às mesmas que circulam nos periódicos fluminenses desse período. Ao dar verossimilhança a sua prosa ficcional, Alencar cita historiadores contemporâneos à sua época, como Alexandre Herculano e Francisco Adolfo Varnhagen, e cronistas renomados do período colonial, como Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa. Vale comentar que o material escrito no período colonial é resgatado e coligido pelo IHGB, considerando que as obras de Cardim e de Sousa são publicadas por Varnhagen.

Jesus, como, de fato, desenvolveu no Brasil Colonial no ano de 1604. Entretanto, a presença deste jesuíta, seja nas notas de 1862, ou mesmo como personagem da obra, aponta para outras questões: o espaço que a Companhia de Jesus ocupou na colonização do Brasil e o espaço que seus documentos tomam como parte da escrita da História. Ou melhor: o romance ficcionaliza a História se fazendo.

Fernão Cardim cumpre o papel de padre superior e lidera a Companhia de Jesus; porém, é substituído pelo personagem fictício padre Molina. Se na América Portuguesa Cardim exerce a função de intermediário cultural entre a metrópole e a colônia, na obra, Alencar trabalha com a imagem da cultura escrita dos jesuítas, por meio da presença do alfarrábio, que simboliza as crônicas dos jesuítas, o registro da terra e do povo, bem como o meio de comunicação daquele momento. A conexão colônia-Espanha é possibilitada pelas trocas epistolares que representam e metaforizam a formação de uma organização que viabiliza dominar o mundo, pois

usadas como espaço de união, ação, informação, negociação, conflito, comunicação e sociabilidade intelectual, as cartas viabilizaram o governo da Companhia e a formação de uma organização mundial, através da escrita (PEDRO,2008. p. 29).

Dessa maneira, *As Minas de Prata* tenta recriar o percurso da Companhia na colônia e da própria escrita de sua História, pois:

A Companhia de Jesus jamais se descuidou do registro de sua própria história. Obrigados a escrever cartas e catálogos informando sobre seus empreendimentos e atividades em todo o mundo, os jesuítas cultivaram a prática de registrar suas obras e ações, a partir da imagem que construíram de si mesmos. Assim produziram uma quantidade assustadora de fontes manuscritas e impressas a partir do século XVI. (PEDRO,2008, p. 66).

As cartas jesuíticas construíram representações sobre povos e lugares onde se estabeleceram as missões, sobre como formaram visões sobre os domínios coloniais que se constituíam no alvorecer da modernidade; refletir sobre como, mais do que estabelecer visões e percepções, as palavras traçadas definiram parâmetros para a ação daqueles homens, constituem uma taxonomia qualificadora para o contato, são guias para viver na colônia. (FERNANDES, 2009, p. 178).

Sendo assim, as cartas, os alfarrábios, e a representação da escrita jesuítica permitem revisitar o lugar e o espaço que a Companhia obteve, gradualmente, no processo colonial e civilizatório do Brasil. Da mesma forma, no romance alencariano, as crônicas assumem um

espaço e uma especificidade. As cartas dos loiolanos pensam as experiências coloniais e o modo como os religiosos liam aquele espaço. Os alfarrábios trazem notícias dos habitantes da Bahia e dos seus principais acontecimentos, indiciando os rastros da própria História. Dessa maneira, as crônicas coloniais são ficcionalizadas na obra, e a confecção desse material é dada como um dos procedimentos da escrita da narrativa histórica.

Portanto, o efeito de verdade da prosa atestada por cronistas (e aqui damos atenção especial aos religiosos) metaforiza uma possível narrativa da História do Brasil que se buscava confeccionar em meados do século XIX, dado o esforço do IHBG, ao recolher, coligir e publicar os dados e escritos referentes ao período colonial. Não obstante, se o romance histórico de Alencar particulariza a história da nação nas reapropriações dos olhares dos cronistas religiosos e na própria temática da atuação da Ordem Inaciana, por outro, ele problematiza os níveis de verdade daqueles registros no questionamento da própria função da Companhia de Jesus no Brasil. Assim, Alencar tematiza o espaço ambíguo dessa Ordem ora na contribuição dos seus registros, ora no espaço que toma enquanto instituição religiosa.

Com efeito, a figura do alfarrábio cumpre um duplo papel: o de representar a escrita jesuítica e as possíveis circulações que aquela obra tomaria na Europa, e a de indiciar a própria confecção da obra de Alencar, que, se apropria da linguagem seiscentista, seja pela representação dos alfarrábios, ou seja pela ressignificação do discurso das crônicas jesuíticas. À luz dessa leitura, os procedimentos de construção do romance lançam o caráter metanarrativo da obra, ao trazer a sua própria estetização na construção das versões da história das minas. Nessa estetização, explora traços da oralidade, ao realizar a figuração das minas, construída “de boca em boca”, que indaga a própria existência do *El dorado*, e, por seu turno, a própria veracidade dos alfarrábios:

Tinha de feito esse frade, encerrado em sua célula, muitos anos depois do acontecimento, reconstruído **a verdade dissipada pela sombra dos tempos?** Ou seria quanto escrevera ele um **tecido de fabulas para bordar essa misteriosa invenção das minas de prata, com que a par de outras, se embalava a imaginação popular?** (ALENCAR, 1958, p. 1033, grifos nossos).

Nesse momento, o narrador questiona o conceito de veracidade dos escritos<sup>2</sup> dos jesuítas, pois, uma vez que partiriam do contexto popular, poderiam estar impregnados pela imaginação dos colonos, e, dessa forma, não estariam conjugados sob um olhar investigativo ou, principalmente, histórico. Entretanto, embora lance todo este questionamento, em seguida mostra que os jesuítas também poderiam estar embasados na história – construída pela tradição oral:

A obra do P. Soares tinha o cunho da **maior exatidão**; ele a bebera **na fonte da história**, onda sonora que desliza mansamente através das idades; **na voz dos séculos, que vulgarmente chamam tradição oral, não impura e toldada, como muitas vezes aparece a tona da publicidade, mas límpida e pura, filtrada pela consciência religiosa no confissãoário** (ALENCAR, 1958, p. 1033, grifos nossos).

Por esses percursos, o próprio romance, ao refletir sobre a escrita dos jesuítas, desdobra seu discurso para a discussão emblemática do romance no século XIX, entre ficção e o conceito de veracidade. Ao tomarmos que os jesuítas faziam “histórias”, o romance histórico, a crônica e os alfarrábios, se embasam na relação entre diferentes narrativas e diferentes níveis de veracidade, de modo que averiguamos que essas relações deságuam na imbricação entre imaginação e História, entre campo popular e campo histórico. Na obra, os registros seriam escritos por conta do que se ouvia no confissãoário, de modo que esse espaço se perfaz como o mediador entre duas culturas distintas.

Assim, as anotações e documentos daquela época, filtrados pela consciência dos jesuítas, são problematizados e relativizados pelo conceito de veracidade construído no século XIX.

---

<sup>2</sup>O conceito de veracidade dos escritos dos jesuítas também é discutido em distintos espaços, seja no IHGB, seja na Imprensa. No Instituto, os documentos de época são tomados como provas verdadeiras da construção de narrativas históricas, escritas por seus membros. Na imprensa, notamos uma postura próxima ao do IHGB, tendo em vista que os textos da Revista circulam pelas páginas dos periódicos. Posto isso, podemos citar o texto “Impressões sobre o Brasil” de Correa de Azevedo, publicado por um período no Diário do Rio de Janeiro (10/7/1852), que, ao reivindicar um verdadeiro livro da História do Brasil e de suas fases, contempla os escritos dos jesuítas como verdadeiros, em oposição às narrativas de alguns viajantes. No romance alencariano, podemos interpretar um viés questionador sobre o conceito de verdade desses documentos, o que poderia questionar as fontes de veracidade de seu romance histórico. Entretanto, podemos levantar a seguinte hipótese: se José de Alencar retira suas notas e suas fontes históricas na segunda publicação, ele já estaria deixando frouxos seus matizes no romance e deixaria para o leitor o questionamento sobre os aspectos de veracidade de sua obra.

Para além das anotações dos padres, cujos textos servem para descrever a terra a ser explorada, os registros jesuíticos também funcionavam como documentos de possíveis fundos monetários para a Companhia. Assim, a prosa de caráter histórico explora a missão multifacetária da Companhia de Jesus, que se ramifica na catequese dos índios, no ensino religioso, na pregação aos fiéis, e, ambigualmente, no levantamento de fundos:

Já na primeira cena da Ordem Religiosa, a narrativa consegue ficcionalizar as querelas jesuíticas:

Ao longo da sala estava uma mesa comprida, carregada de instrumentos astronômicos e matemáticos, de tinteiros, livros e papéis; aí, sentados, diversos religiosos aproveitavam a manhã para realizarem os trabalhos de paciência e estudo, que são o mais precioso legado deixado por essa Ordem à civilização moderna.

**Muitos copiavam manuscritos de história; outros traduziam em guarani as orações cristãs para uso dos indígenas; estes se entregavam a estudos de botânica e classificavam uma planta brasileira ainda desconhecida; aqueles tiravam a limpo suas observações astronômicas; alguns escreviam crônicas das religiões, ou cartas sobre o estado das reduções.**

Quem visse esses homens, assim ocupados em marcarem com o selo de sua inteligência todos os conhecimentos, em ligar seu nome, não já à religião, mas à história, à geografia, à política, à filosofia e até as artes, não se admiraria que, unidos pelo mesmo pensamento e dirigidos por uma só vontade, houvessem criado a Ordem poderosa que, espalhando-se pelo mundo, **dominou os tronos, curvou os reis, e lutou com os governos das mais fortes nações** (ALENCAR, 1958, p. 473, grifos nossos).

Essa descrição de suas funções, antes mesmo de apresentá-los, permite antecipar as indagações e representações das tarefas eclesíásticas, a partir de caracterizações que inserem uma dinâmica concorrencial e a prática capitalista nas doutrinas da Instituição. Por um lado, os jesuítas fizeram a história do Brasil e contribuíram com seus estudos e pesquisas no âmbito da ciência, da história, da etnografia, da geografia; por outro, a ambição desmedida, que é tracejada nessa primeira apresentação, é inversamente proporcional aos princípios tradicionais do catolicismo.

Tendo por modelo os personagens que se mitificaram nessa função, como Nóbrega e Anchieta, a obra apresenta o principal personagem desviante:

Havia apenas três horas que o P. **Gusmão de Molina** desembarcara e achava-se no convento: **ninguém sabia ao certo o que trazia ao Brasil e quem o enviava; mas era natural que tocado do mesmo fervor de**

**Nóbrega e Anchieta, viesse apostolar entre os selvagens e plantar a cruz nos desertos, cingindo-a com as palmas do martírio** (ALENCAR, 1958, p. 476, grifos nossos).

A partir da chegada de Molina no Colégio, o espaço e as funções dos inacianos começam a serem revistas e relidas. Esse discurso que especula e/ou desperta curiosidade em torno do motivo pelo qual aquele jesuíta que se encontra em terras portuguesas tenta apresentar ao leitor as supostas intenções do padre espanhol, que deveriam se emparelhar com as de jesuítas exemplares. Entretanto, esse discurso de apresentação ganha um fundo irônico diante da discrepância entre os referidos missionários e o caráter de Molina, desenvolvido no mesmo capítulo introdutório, sobretudo no item “Em que os argueiros parecem cavaleiros”. Nesta parte, o padre se mostra disposto a utilizar de todos os meios para encontrar as minas de prata, inclusive, da trapaça. Para manter sua verdadeira intenção sob o absoluto sigilo, ludibria os outros dizendo que o levantamento seria em prol da Companhia. O momento em que ele é nomeado padre Superior é significativo, à medida que identifica a assinatura de Cláudio Aquaviva afirma o seguinte:

Nós, Cláudio Aquaviva, pela autoridade da Santa Sé Apostólica e voto da Congregação, Superior Geral da Companhia de Jesus, nomeamos o reverendo P. Gusmão de Molina Visitador e Assistente na província do Brasil, e mandamos a todos os nossos irmãos, assim religiosos como seculares, por tal o reconheçam e lhe prestem obediência plena.

Em nome do Padre, do Filho, e do Espírito Santo, amén.

Dado em Roma na casa da Companhia, aos 5 de Agosto de 1608 (ALENCAR, 1958, p. 571, grifos nossos).

O documento de Cláudio Aquaviva é interessante, conforme esse dirigente da Companhia seria visto como responsável pela implementação de outras propostas, como a expansão financeira da Instituição. Sendo assim, esses indícios que despertam possíveis suspeitas da postura espiritual dos padres dão sentido ao primeiro conflito da narrativa: a querela dos jesuítas com o governador e senhores de engenho, que aparece, brevemente, antes mesmo da chegada de Molina:

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, **sustentavam contra os jesuítas grande questão da servidão dos índios**, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes [...] (ALENCAR, 1958, p. 418, grifo nosso).

Esse embate que passaria despercebido começa a ter significação após as revelações de padre Molina. Nesse sentido, a atuação dessas instituições mobiliza conflitos em torno da administração da colônia. Uma das possibilidades de leitura dessas querelas seria a disputa histórica de D. Diogo e dos senhores de engenho com os jesuítas. Sobre os embates políticos entre os representantes da Companhia e os do reino, as notas da edição de 1862 fazem referência à obra de Varnhagen, que assinala o seguinte:

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam populações, as terras braços próprios à cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam (1981, p. 113).

Em seu texto, Varnhagen explora o olhar de reprovação do governador quanto à atuação dos padres. A *História Geral do Brasil* traz a visão crítica de D. Diogo de Menezes sobre os jesuítas, como o fato de apontar a “**má natureza dos padres**”. A nosso ver, a ressemantização desses fatos no romance, que, a princípio, está relacionada com a querela entre jesuítas e o governador, se desdobra em diferentes dimensões da representação da Companhia, ganhando tons com os procedimentos do padre espanhol. Nesse sentido, o registro dos membros clericais seria manipulado de acordo com seus interesses e, sobretudo, com o que os personagens lhe contavam no confessionário, de maneira que os documentos são escritos segundo as atividades suspeitas da Companhia.

Articulada com os embates políticos e eclesiais, a primeira problematização do nacional se instaura no contraste entre os primeiros missionários e os desviantes da função espiritual, o que também é explorado por Varnhagen. O historiador ainda critica a “filantropia” empregada pelos jesuítas, já nos primeiros anos de colonização, e demonstra o quanto era frágil a construção desse passado colonial, ao denunciar os abusos de alguns religiosos e valorizar o esforço de outros:

**Pelo que respeita aos jesuítas, cumpre dizer que os primeiros, principalmente os dois a quem o Brasil reconhece dever maiores serviços, Nóbrega e Anchieta, não eram eles sectários das ideias de Las Casas.** Aquele escrevia mui terminantemente a Tomé de Sousa: “Em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os Castellanos nas terras que conquistaram, e no Paraguai o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que há na terra...” “E se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com ele, como por experiência vimos todos esse tempo que com ele tratamos, com muito

trabalho, sem dele tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos”.

[...] A música atraiu assim a civilização, do meio dos bosques, muitos que se estavam criando para homens-fera; e **Nóbrega foi quase um segundo Orfeu em nosso país.**

**As providências de mal entendida filantropia**, decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pelas políticas dos jesuítas, foram a causa de que os índios comessem pouco a pouco a ser unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade.— Era uma verdadeira monomania do pseudo-filantrópico Las Casas a de deixar aos Americanos todos no mesmo estado em que estavam; pois que a verdadeira filantropia ou o amor da humanidade não era quem o movia, quando ele por outro lado pregava a conveniência da escravidão africana, e em 1511 lembrava, para haver mais escravos, que não pagassem direitos os Africanos que se levassem à América! Nem que o seu propósito fosse transportar à mesma América! Nem que seu propósito fosse transportar à mesma América toda a Etiópia (1981, p. 220, 243, 220; grifos nossos).

Esse duplo olhar é aproveitado na obra de Alencar, que contracenena duas posturas distintas na atuação dessa instituição. No decorrer da prosa, o narrador dá as coordenadas do posicionamento de padres, que dicotomizam o proceder da Ordem. Se a representação dos jesuítas está vinculada aos primeiros conflitos da narrativa ficcional, os quais são discutidos pelo trabalho de Varnhagen, ela também se apropria dos postulados do IHGB sobre as imagens positivas e negativas dos inacianos. Tomando a especificidade que esse *Instituto Histórico* possui no Império, analisaremos o espaço que concede à Ordem e sua metodologia na reinvenção dos inacianos. Atentaremos, sobretudo, para a divisão da Corporação entre jesuítas missionários e políticos, ideia que repercute em *As Minas*.

### **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José de Alencar: os dois lados da Companhia, de Vieira aos jesuítas expulsos por Pombal; de Padre Lourçal a Molina**

No IHGB, a construção da memória da pátria prescreve a reinvenção da Companhia de Jesus e a sua mitificação como Instituição fundadora da civilização e do progresso na “gênese da nacionalidade brasileira”. Os textos produzidos pelos membros do IHGB formam imagens consagradas e cristalizadas da Ordem, por meio de um discurso que, embora se apresente com nuances de posicionamentos críticos entre os sócios do Instituto, engrena a defesa dos “guerreiros jesuítas” na escrita dos textos dos seus membros durante as décadas de 1840, 1850 e início da de 1860, e potencializa a empresa religiosa como grande “salvadora” dos

selvagens, que lutou e se sacrificou em prol da América Portuguesa. Durante o período referido, as publicações levantam documentos e escritos sobre os inacianos no contexto colonial, porém, não estão restritas em apenas conhecer os primeiros séculos do Brasil, mas também em indagar sobre questões políticas do Império.

De forma predominante, a década de 1840 marca uma discussão positiva sobre a temática dos jesuítas. Elogia-se o sistema de catequese e a contribuição dos missionários no processo civilizador. Se por um lado, detectamos um discurso que reverbera a preocupação com a imagem de heroísmo dos inacianos, por outro lado, os sócios produzem um discurso de objeções à atuação política dos jesuítas no período colonial. O secretário Januário faz algumas restrições aos inacianos no que toca ao seu caráter político no período colonial. Nesse ponto, o Instituto estaria sintonizado com as querelas estrangeiras sobre o avanço dos inacianos, mas, sobretudo, com as querelas nacionais.

Segundo Domingos (2009), a presença contemporânea dos jesuítas no sul do país fez com que o sócio criticasse a intervenção dos jesuítas no poder governamental. Essa discussão se estende para a década de 1850. Neste momento, os sócios ainda reverberam a imagem positiva da Companhia, porém, apontam os seus deslizamentos, fato que estabelece um movimento pendular no debate: as nuances entre positivo e negativo que acompanham as reflexões feitas pelo IHGB. A relação do Instituto com a temática dos jesuítas acompanha as relações políticas do Brasil Imperial e, por conta disso, os embates sobre a Companhia caracterizam três momentos distintos: década de 40, marcada pela imagem positiva dos jesuítas, década de 1850-60, ainda marca a imagem positiva, porém, apresentam-se os problemas da Companhia, e década de 1870, com conflito acirrado entre jesuitismo e antijesuitismo. Levando isso em conta, passaremos a analisar alguns textos sobre a temática dos jesuítas, entre as décadas de 1840-50, atentando para a construção de um discurso consensual sobre os jesuítas no IHGB, que esbarra em posturas destoantes entre os próprios sócios (DOMINGOS, 2009). O IHGB sistematiza as informações sobre o Brasil Colônia, inserindo os primeiros jesuítas num aproveitamento literário e formalizando o lado positivo de seu mito. No reverso disso, o mito gestado por Pombal reflete nos seus questionamentos. Dimensionando os dois mitos, a narrativa histórica de Alencar promove uma leitura ambígua quanto à interpretação da Companhia no Brasil Colonial, interagindo com os posicionamentos oscilantes do IHGB.

Os dois padres apresentados em *As Minas*, o padre Molina e o padre Louriçal, metaforizam os lados da Companhia, o espiritual e o corrupto, sendo que a formulação negativa deste último é escrita dos libelos no período de Pombal. Esses pontos ficcionais estabelecem um elo com os documentos e textos do IHGB. Sendo assim, como os dois gêneros, a narrativa de ficção histórica e a narrativa histórica representam os jesuítas? Ou melhor, como Alencar, escrevendo duas décadas após os primeiros textos do Instituto, reaproveita e relê a Companhia? Pensamos que, para o romancista escrever sua prosa, ele teria acesso a tais informações, pois partimos da hipótese de que a construção dos padres Molina e Louriçal é uma readaptação das leituras do IHGB sobre os inacianos.

No texto inaugural da *Revista*, Januário da Cunha Barbosa escreve um discurso sobre a confecção da história do Brasil e apresenta balizas e possíveis assuntos para dirigir esta escrita. Uma delas se ancora na atuação dos jesuítas:

A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdivida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da civilização. Ou ela se considere pela conquista **de intrépidos missionários**, que tantos povos atraíram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente,...; ou pelo lado das ações guerreiras, na penetração de seus emaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias,..., e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes ideias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz (RIHGB, 1839, p. 10, grifo nosso).

Já nas considerações sobre a História do Brasil, a Corporação é apresentada como uma Instituição que escreveu *Histórias* e se inscreveu no território brasileiro. Segundo o secretário, os jesuítas teriam importância em várias práticas do Brasil Colonial, seja na catequese, na guerra, ou na bandeira, de forma que os loiolanos não seriam vistos apenas como missionários, mas também como personagens atuantes na unificação do território frente às ameaças internas e externas.

Quanto ao fato de os escritos da Companhia de Jesus poderem indicar possíveis confecções da História do Brasil, os materiais produzidos pelos inacianos, em grande escala, são resgatados, escolhidos e lançados pelo IHGB, e já apontam possíveis direções na História, além de formularem os seus próprios mitos. Esse resgate da prática epistolar ganha outros

significados, podendo ser lida e interpretada sobre a conexão dos jesuítas em diferentes lugares, o que valida e legitima sua força na colonização. Na reinvenção do IHGB, a Ordem Inaciana passa a ser vista como elemento de formação indissociável da cultura seiscentista.

Já na primeira fase do discurso do Instituto na década de 40, os letrados sistematizam os documentos de época, trazendo à tona cartas e crônicas jesuíticas que comprovam os textos escritos pela *Revista*, numa rearticulação que consome o mito positivo jesuítico. O discurso volta ao passado e abre uma fissura que permite projetar a questão da política colonial, o acúmulo do poder pelos jesuítas, na política imperial, e, dessa forma, proteger o Império da intromissão dos jesuítas. De forma geral, o secretário Januário aprova a atuação dos loiolanos no Império e suas práticas de catequese, porém, para que não concorressem com o poder temporal, como no passado, para Januário, deveriam estar sob a proteção do Estado Imperial.

Os textos do IHGB, amplamente aureolados, surgem ao lado do ataque à Igreja e da divulgação de notícias sobre os loiolanos na imprensa. A inscrição dos jesuítas no passado não só faz parte de um projeto programático do Instituto, mas também da construção do mito positivo jesuítico que integra o processo histórico do Brasil, desafiando o presente. Nessas brechas, demarca suas ressalvas à lógica concorrencial, ainda com um tom singelo. Constatamos que a metodologia das revistas estudadas, que levantam a bandeira em defesa da Ordem, tem como estratégia o redimensionamento das doutrinas da Ordem para seus feitos do passado.

Na década de 1850, os questionamentos sobre a Instituição inaciana ganham um percurso sinuoso diante das indagações sobre o passado, ancoradas na política do Marquês de Pombal, e nos próprios deslizos da Companhia perante suas doutrinas. Uma das principais críticas desse momento é a do Cônego Fernandes Pinheiros, que confecciona o mito negativo, composto pelos aspectos questionáveis dos inacianos, cujas suspeitas e insinuações estampam o quadro da imprensa e das querelas do âmbito internacional. O movimento antijesuítico é recomposto do período do Marquês de Pombal, sobretudo, pela ampla divulgação de libelos, como as *Monita Secreta*, a serem analisadas na segunda parte desse estudo, que sistematizam e dão força às leituras negativas desde o surgimento da Companhia. Sendo assim, o Instituto, ao divulgar documentos sobre o contexto de Pombal, reabsorve e reescreve as propagandas contrárias aos loiolanos que compreendem tal período.

Em 1856, o Cônego Fernandes Pinheiro publica o texto “Breves reflexões sobre o Sistema de Catequese”, e o seu discurso traz um olhar crítico à *Revista*, que passa a rever os jesuítas sob outro prisma, também explorado no romance alencariano. O cônego mostra dois momentos da Companhia de Jesus: o primeiro momento em que os jesuítas como Nóbrega, José de Anchieta e o Luís da Grã, exerciam a catequese lançados sob o prisma da doutrina de Loyola, e o segundo momento, em que os jesuítas passaram a ser corrompidos pelos movimentos das bandeiras e, perdendo os objetivos de sua doutrina, passaram a escravizar os indígenas.

Sendo assim, o cônego acredita que as ordens religiosas ainda poderiam catequizar os índios, e os missionários da primeira fase colonial serviam de exemplos. Porém, Pinheiro não deixa claro se, entre elas, estaria a dos jesuítas. Parece-nos que, por conta das restrições que faz à Ordem dos inacianos, a ação de catequese não se estenderia a eles. Ou, caso se estendesse, ela deveria operar sob a proteção Imperial.

A imagem da degeneração da Companhia no decorrer dos séculos é reverberada e retificada nos textos da década 1850, tornando-se uma tópica para aquele momento. Na década de 50 e início da de 1860, a discussão passa a ser mais sintonizada com a querela da colonização, e com a acumulação do poder temporal e espiritual dos jesuítas; questionam-se os inacianos, principalmente a partir das novas reformas impostas pela política do Marquês de Pombal. As discussões com a situação do Império tomam maior vigor e, neste sentido, não há como o Instituto se subverter dos debates atuais a sua publicação, de maneira que demonstra preocupação e se envolve ativamente não somente quanto à escrita da memória do passado, mas também quanto aos acontecimentos atuais do Brasil Império. No trâmite de notícias e pontos de vista de distintos lugares, Alencar se posiciona e escreve suas respostas literárias.

### ***As minas de Prata e os mitos jesuítas: imoralidade, corrupção e redenção em Alencar***

Em *As Minas de Prata*, Alencar readapta do discurso histórico oficial a questão da mitificação dos primeiros inacianos, a tópica do acúmulo de poder, os problemas da colonização, e a prática epistolar. Assim como na *Revista*, a Companhia é indispensável na cultura colonial, de maneira que o Colégio da Companhia de Jesus em *As Minas de Prata* é representado como um dos principais espaços de tramas dentro da obra, espaço onde Molina desenvolve seus planos e reúne os principais de sua Ordem. Os inacianos fazem parte da

organização da colônia, de forma que a narrativa reapresenta suas funções e tarefas, suas práticas e os modos como lidam com as situações adversas da colônia.

À luz das controvérsias sobre a Companhia de Jesus, *As Minas de Prata* reinterpreta as nuances de posicionamentos manifestados no IHGB, a ação narrativa distingue as duas épocas da Ordem Religiosa, “a dos “santos” e a dos “políticos”<sup>3</sup>. Partimos da hipótese de que o romance ficcionaliza em diferentes dosagens o mito negativo e o mito positivo da Instituição Eclesiástica.

No romance histórico, a situação de corrupção e relaxamento moral – representando o afrouxamento da conduta religiosa – sugere no seu reverso modificações eclesiais. Os meios controversos usados por Molina são associados a uma cadeia de elementos reformadores da Igreja Católica (como a concepção de vida religiosa mais maleável do padre Visitador, bem como a sua exploração da individualidade e do saber e seus projetos para explicá-los por meio da vontade divina numa perfeita simbiose), que dinamizam o recolhimento do padre Louriçal ao sertão, sinalizando a percepção crítica da obra em torno da inovação da Companhia.

O padre Louriçal se retira do Colégio dos Jesuítas e prefere fazer suas pregações longe da cidade. Neste ponto, a obra representa a missão catequizadora dos jesuítas e suas dificuldades perante as diversidades das matas embrenhadas, bem como a resistência dos aborígenes.

Nesse contexto, o jesuíta se encontrava em pleno ritual antropofágico, e, após ser salvo pelo protagonista, continua sua missão no sertão:

– Esta é minha missão, Estácio, enquanto não chegar a minha hora. Até lá **Deus virá em meu auxílio**, como hoje, como tantas outras vezes. Aqui serviu-se ele dos vossos braços valentes, meus filhos; lá da voz débil de seu

---

<sup>3</sup>Retomamos aqui o texto de J. C. Fernandes Pinheiro sobre a divisão da Instituição Religiosa em dois períodos, sintetizando os posicionamentos contra e a favor da Ordem, que são reapropriados na narrativa de Alencar. Podemos observar que a atuação da Companhia de Jesus era lida e interpretada diante de suas contradições e deslizes. Assim, se o ensaio do IHGB legitima essa leitura por meio de seu discurso institucional, na imprensa, já encontramos essa interpretação sobre os períodos da Ordem anterior à publicação de Pinheiro. O texto *O Cristianismo no Brasil* (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jul 1852) divide os domínios dos jesuítas em duas épocas: a fase dos missionários e a fase do poder e da ambição. Esse ângulo de vista sobre a instalação dos jesuítas no Brasil, ainda em 1852, antecipa o texto do Cônego Pinheiro em 1856. Entretanto, o autor de *O Cristianismo* defende a Instituição Religiosa, mostrando os grandes serviços prestados ao Brasil e argumentando que qualquer Instituição tem seus delitos.

servo; amanhã ninguém sabe de quê. Tudo serve aos poderosos desígnios da Providência. [...]

Estácio desde a separação do Padre Inácio, que ficara pensativo; aquela nobre abnegação e sublime caridade deviam de impressionar uma alma feita como a sua para os grandes e generosos impulsos. Ele envergonhou-se de seu valor e intrepidez comparando-os àquele sereno heroísmo do mártir, que em outro estímulo mais que a fé robusta, se afrontava com o suplício horrível e bárbaro, e buscava a morte obscura e ignorada com o mesmo entusiasmo do soldado que marcha à conquista da glória no campo de batalha (ALENCAR, 1958, p. 1145, 1146, grifo nosso).

Nas passagens que simbolizam o sacrifício do padre Inácio em nome da Ordem<sup>4</sup>, a estrutura textual articula os aspectos estéticos e temáticos das crônicas da Companhia de Jesus, como a visão providencialista e os ingredientes do discurso épico, que se reestruturam no discurso literário sobre a atuação espiritual do missionário. Assim, a presença de Inácio no sertão consagra e sacraliza a imagem dos jesuítas como peregrinos, dispostos a arriscar sua vida pela pregação, elementos veiculados pelos tratados referentes à Companhia, como o livro do Padre Simão de Vasconcelos, o de Fernão Cardim, e dentre aqueles que aparecem citados na própria obra de Vasconcelos. Ao lado dos escritos da própria Companhia, a imprensa e o IHGB representam os primeiros anos dos jesuítas na América como o “período áureo”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A tarefa do missionário representado pelo personagem de Inácio articula os pontos em comum sobre os tempos áureos da Ordem no espaço do IHGB e no da imprensa fluminense, ao mesmo tempo em que redimensiona algumas imagens dos jesuítas em romances nacionais, como *Calabar* e o *Forasteiro*. O romance *O Forasteiro* (1855), de Joaquim Macedo, publicado na *Marmota Fluminense*, explora a figura do jesuíta como agente civilizador, responsável pela regeneração dos índios: “A mãe de Iveta era uma indígena arrancada do seio do deserto e das trevas do paganismo pela luz benéfica da religião: **antiga catecúmena dos Jesuítas**, achará nas águas do batismo a regeneração da alma [...]” (MARMOTA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 554, p. 2, 20 fev. 1855; grifo nosso). Nessa obra, a narrativa reestrutura os loiolanos como salvadores da pátria, sob a perspectiva dos anos áureos da Companhia, projeções que também são reinterpretadas por Alencar. Estabelecemos pontos em comum entre os romances nacionais do período abordado e *As Minas de Prata*, contudo, não os analisaremos em um capítulo específico.

<sup>5</sup> Na trama alencariana, as fortes imagens exploradas do jesuíta sacrificado no sertão faz jus à figura do missionário, contemplando os inacianos mártires do Brasil. Dos jesuítas da primeira geração, damos relevo ao jesuíta Anchieta que ganha espaço por conta de sua Beatificação em Roma (A ABELHA RELIGIOSA, Rio de Janeiro, p. 4, 1 ago. 1854). Assim, os tempos áureos dos inacianos são simbolizados na imagem do padre Inácio. A mitificação dos jesuítas da primeira geração construída pelo IHGB ganha força ao ser legitimada em Roma, servindo de fonte histórica a obra de Alencar: “Cartas de Roma anunciam que para dezembro ou janeiro seguintes, estará já terminada a causa dos quarentas jesuítas, que tendo por chefe o padre Inácio de Azevedo, e dirigindo-se ao Brasil, foram martirizados junto à ilha das Palmas, pelo furioso calvinista Jacques Soria, em 15 de julho de 1570. Desde muito que tem culto público em Roma, e parece que o processo tem por final principal provar a

Na contraposição, a representação de Molina<sup>6</sup> reapropria o discurso crítico construído pelos deslizes dos representantes da Companhia IHGB que corrompem as doutrinas religiosas. A reinvenção desse inaciano assemelha-se ao arquétipo do jesuíta Rodin, de Eugène Sue, pois o padre espanhol reúne inúmeras características do chamado “mito negro jesuítico”.

Ao discutir as duas imagens dos jesuítas<sup>7</sup>, a obra se debruça criticamente sobre a postura do padre Visitador, seja por seu percurso completamente corrupto, desde o momento

legitimidade desse culto” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 22 dez. 1853). O culto apresentado pelos jesuítas redimensiona as imagens de tortura dos loiolanos no Brasil, enquadrando-os dentro do discurso que reconstrói os inacianos como missionários, dispostos a morrer por sua missão. Nesse sentido, eles são representados como poderosos modelos de integrantes a serem seguidos, de forma que aponta uma linha de continuidade, pois a atuação deveria ser seguida. Ou seja, os jesuítas em Roma, ao mesmo tempo em que circunscrevem a memória do seu passado, a projeta para o presente, fazendo-se legitimar no culto, representante das linhas tênues entre passado-presente. A imagem do culto cumpre uma relevante função no reestabelecimento da força da Ordem. Da mesma forma, José de Alencar, ao construir os sacrifícios do personagem Inácio, consegue reviver o passado simbólico da Ordem, estendendo para sua obra os sentidos contemporâneos a ela, com os quais os seus leitores poderiam ter acesso. A rede de significação aumenta, ao levarmos em conta o romance de Eugène Sue, o *Judeu Errante*, que representa o jesuíta Gabriel sendo sacrificado na América.

<sup>6</sup> “[...] o padre Molina, expressão a mais elevada e singela do janota do século XVIII, é superior ao Rodin de Eugenio Sue, e digno êmulo do P. Ventura, de Rebello da Silva. (GARNIER, B. L. **Catálogos dos livros de que é editor**. v. 257, n. 2)”. Na breve descrição de *As minas de Prata* no catálogo Garnier, o padre Molina aparece como uma figura elevada, superior ao personagem Rodin, de *O Judeu Errante*, de Sue, e digno do P. Ventura (aparece no romance *A mocidade de D. João VI*, de Rebello Silva). A leitura do catálogo permite registrar as leituras contemporâneas a obra de Alencar e seus possíveis alcances e diálogos, uma vez que forneceria ao leitor as primeiras impressões do romance. Tendo isso em vista, apesar de Molina ser comparado a Rodin, ele não é descrito com características que o desqualificam, de modo que pudesse desfavorecer o interesse do leitor pelo livro. Apesar de o texto apreciar o personagem de Molina, podemos observar a importância desse personagem, ao figurar dentre a seleção de outros descritos pelo catálogo, como Estácio, Vaz de Caminha e D. Diogo Menezes.

<sup>7</sup> A leitura da divisão da Companhia em dois momentos divulgada na década de 1850 também pode ser encontrada na década de 1860, o que é significativo para a reinterpretação que a trama de Alencar faz do jesuíta, principalmente, quanto à representação dos sacrifícios. No ano de 1864, *O Correio Mercantil* publica um texto intitulado *Ao Acaso*, no qual uma das discussões levantadas relaciona-se à comemoração de Todos os santos (Dia de Todos os Santos). O autor M. A. parte de algumas reflexões propostas por um sermão de Vieira, que reflete sobre os meios de ser santo e cita alguns exemplos de religiosos. Tomando as próprias considerações de Vieira, o folhetinista reafirma os tempos áureos da Companhia e critica sua decadência posteriormente. Essa releitura reapropria-se das do IHGB e dialoga com os primeiros capítulos de *As Minas de Prata*, cuja narrativa descreve a figura do padre Molina. No final da escrita dessa obra em 1865, percebemos pontos em comum entre o romance alencariano e o texto *Ao Acaso*, tão próximo da publicação de Alencar, o que nos permite observar leituras consonantes entre as décadas de 1850 e 1860: “Que diferença entre o primeiro e o último [jesuíta]. O primeiro depois de uma vida de suplício por amor de Cristo, morre pregado em uma cruz [aqui fazemos alusão à imagem do personagem no ritual antropofágico], **de cabeça para baixo, por**

em que negocia sua entrada na Companhia, até o último momento, em que passa por um processo de redenção. O seu trajeto na Companhia envolve uma série de polêmicas e intrigas, seja na sua intromissão no Colégio, momento em que anuncia sua nomeação como padre Supervisor, substituindo Fernão Cardim; nos seus ideais que sobrelevam o acúmulo de funções; e ou nas suas atitudes manipuladora perante outros jesuítas.

A dimensão narrativa ressemantiza as imagens daqueles padres no Brasil Colonial, projetando-os dentre importantes missões e funções, e sobrelevando seus martírios e dificuldades naquele momento. Registra, por sua vez, um ponto de contraste com as futuras atuações daqueles inacianos, pois, se por um lado, durante a reunião, eles se deixam dominar por Molina, aceitando as condições impostas por este, por outro, as suas antigas atuações demonstram que eram jesuítas íntegros, mas que se corrompem por conta da administração do padre Supervisor<sup>8</sup>. A partir desse momento, a ambição desse missionário movimenta uma série de contatos e de alianças entre os personagens para conseguir chegar às minas. Sua trajetória no percurso narrativo promove uma engrenagem dirigida de acordo com os sentidos contemporâneos a Alencar atribuídos aos jesuítas: as asserções críticas sobre a influência dos jesuítas. Porém, particularizando a produção de sentido do seu romance, o autor opta por “salvar” o inaciano, por meio de um processo de redenção, cujo procedimento gera soluções que alcançam variadas interpretações. O representar de um passado glorioso para a nação não teria espaço para personagens corruptos e imorais, e, assim, solucionaria as ambiguidades de “servir a El Rei e à Religião”. Ao mesmo tempo, o discurso, ao transitar para a

---

**uma piedosa repugnância de morrer como o divino mestre;** – o último come tranquilamente os rendimentos dos estados pontifícios, conversa politicamente com os diplomatas, e combina meios de ter mais dois ou três palmos de terra, além dos sete que lhe hão de competir por morte” (CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, p. 1, 1 nov. 1864; grifo nosso.) O autor ainda assinala que a imagem da crucificação é empregada metaforicamente, relacionada ao pregador de “coração limpo”. Nesse sentido, podemos constatar as perspectivas dadas a ler na mesma década de escrita de *As Minas de Prata*, ora na figura do missionário sacrificado, ora na figura do degenerado, de modo que, apesar de a narrativa alencariana não trazer esses representantes sobre as vestes de personagens históricos, eles conseguem “alegorizar os embates do momento”.

<sup>8</sup>Nota-se que a narrativa explora a figura do jesuíta como conspirador e, nesse ponto, tende a apontar as formas pelas quais os jesuítas amplificam seu poder. Da Espanha, Molina visita à colônia brasileira, retorna a Roma e volta ao Brasil, de onde mantém contato com Claudio Aquaviva na Europa, além de deter pleno domínio sobre os jesuítas da Bahia. Essa conexão Brasil-Europa nos permite entender os possíveis pontos de convergência da narrativa histórica com as críticas da imprensa sobre a expansão dos jesuítas no exterior e mesmo no Brasil. Tanto no espaço da imprensa quanto no fictício, os jesuítas são representados como religiosos que se alastram rapidamente por distintas regiões.

contemporaneidade de Alencar, possibilita projetar uma credibilidade à prática dos jesuítas do atual Império. Os momentos finais de Molina, tendo o altar como símbolo da purificação, evidenciam o seu processo de redenção, ao lado de Dulce, que os tranca no subterrâneo de sua casa, e quando Estácio chega para salvá-los.

Nessa trajetória, reconfigura-se a credibilidade perdida pelas figuras dos jesuítas, pois, uma vez que o padre mais corrupto se regenera, os outros missionários também poderiam enveredar pelo mesmo caminho. Contudo, o romance silencia quanto à atuação dos jesuítas posteriormente ao retiro de Molina para o sertão, o que suspende a trajetória da Companhia na obra e os possíveis caminhos pelos quais ela tomaria no Brasil Colonial, e, por sua vez, na contemporaneidade. Sendo assim, podemos observar que as movimentações oscilatórias entre positivo e negativo na reinvenção da Ordem na obra, relacionadas à ausência representativa sobre a Instituição Religiosa após a redenção de Molina, metaforizam não só os embates da atuação da Companhia na colônia, mas também o próprio dilema sobre os inacianos na colonização do Brasil Imperial. O afastamento de Inácio da Companhia e a retirada de Molina, ambos distanciados do lado corrupto do Colégio, podem metaforizar a impossibilidade da presença dos inacianos na contemporaneidade. Eles só poderiam ser úteis afastados do lado político da Ordem. O retorno ao sertão dos dois frades concebe um tom mítico ao romance, rearranjado segundo a mitificação do IHGB sobre os anos áureos da Companhia. Sendo assim, a formação da gênese do país conta com o apoio de padres missionários, aludindo à canonização dos jesuítas.

O romance histórico alencariano responde ao seu tempo, ficcionalizando as grandes querelas do IHGB, alicerçando um movimento de contestação à Companhia e descrevendo os aspectos decadentes dessa Instituição, que chega ao ponto máximo com a expulsão dos jesuítas. Podemos interpretar que a atualização que a Companhia obteve no seio da Igreja Católica não representa a Ordem que deve permanecer no Brasil.

## **Conclusão**

Atendendo às necessidades do Império, Alencar tocou nos assuntos polêmicos sobre os jesuítas, como a concorrência temporal do poder, num momento em que eles não atendiam às demandas do Estado, num momento em que a crítica do cônego Pinheiro sobre a divisão da Ordem já corroera a aura dos primeiros loiolanos. É sintomática a solução apresentada por

Alencar, o silêncio diante da continuidade dessa Instituição, ou mesmo, a sua negação. A internacionalização da Companhia, representada por seu poder em diferentes países, deslocou o sentimento de pertença: ela estava desajustada com as novas demandas. A discussão seiscentista se projetou na discussão do Império, de forma que Alencar dialogou com seus contemporâneos, tendo em vista que suas reflexões foram interventivas e interagiram com os letrados que discutiam a presença dos jesuítas no Brasil.

Em *As Minas de Prata*, as releituras dos loiolanos ganharam um projeto conciliatório, em certa medida, exaltou-os no passado, e acusou-os no presente, pois poderiam se tornar “um estado dentro de outro”. Ora, Alencar solucionou as ambiguidades da Companhia junto aos ideais nacionalistas.

Sendo assim, tentamos compreender e interpretar os possíveis significados das representações dos jesuítas em *As Minas de Prata*, a partir da reconstrução dos dilemas sobre os loiolanos, seja na esfera política ou na literária, o que possibilita ressemantizar os significados estético, literários e políticos que dão forma ao romance.

## Referências

ALENCAR, José. *As minas de Prata*. In: \_\_\_\_\_. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v. 2.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e memória**: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886). 2009. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FERNANDES, Eunícia Barros. Fernão Cardim: a epistolografia jesuítica. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, p. 176-198, 2009.

PEDRO, Livia. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: biografia de uma obra. 2008. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. t. I/ II.

## A PERVERSIDADE – CAUSA SECRETA. O DISCURSO FICCIONAL ENTRETECENDO POSIÇÕES SUJEITOS.

Shirley Costa Pacheco\*

Mauricio Beck\*

**Resumo:** Segundo a noção de suspensão da descrença do poeta inglês Samuel Coleridge, os sujeitos espectadores ou leitores suspendem momentânea seu juízo de descrença em prol da fruição de determinada narrativa ficcional. No presente artigo buscaremos relacionar tal noção com a afirmação do psicanalista Jacques Lacan de que a verdade tem a estrutura de uma ficção e com a teoria da Análise de Discurso, de linha pecheuxtiana, de que nossa vivência cotidiana é permeada por uma matriz de sentidos e de evidências engendradas pelas formações ideológicas e discursivas. De certa forma, esse cotejo possibilitará problematizar a noção de Coleridge ou ainda a evidência que produz a fronteira entre a “realidade” e a “ficção”. Na segunda parte do trabalho, faremos alguns gestos de análise tomando como corpora um conto machadiano e a versão em filme do mesmo conto, ambos tratam da cidade do Rio de Janeiro, e seus habitantes.

**Palavras-chave:** Narrativa. Cinema. Subjetividade.

## LA PERVERSIDAD - CAUSA SECRETA. EL DISCURSO FICTICIO ENTRETEJIENDO POSICIONES -SUJETOS.

**Resumen:** De acuerdo con el concepto de suspensión de la incredulidad del poeta Inglés Samuel Coleridge, los espectadores o lectores suspenden momentáneamente el juicio de la incredulidad por el bien de disfrute de cierta narrativa de ficción. En esta comunicación se tratará de relacionar esta noción a la declaración del psicoanalista Jacques Lacan, que la verdad tiene la estructura de una ficción, y la teoría del análisis del discurso, de línea pecheuxtiana, que nuestra vida cotidiana está impregnada de una gran variedad de sentidos y pruebas engendradas por formaciones ideológicas y discursivas. En cierto modo, esto permitirá problematizar el concepto de Coleridge y la noción que produce evidencia del límite entre la "realidad" y "ficción". En la segunda parte del trabajo, haremos algunos gestos de análisis tomando como *corpora* un cuento de Machado de Assis y la versión fílmica de ese cuento, ambos hacen referencia a la ciudad de Rio de Janeiro y sus habitantes.

**Palabras clave:** Narrativa. Cine. Subjetividad.

---

\* Mestranda em Letras, Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

\* Doutor em Letras pela UFSM, Professor visitante pelo Mestrado em Letras: Linguagens e Representações (UESC).

## Introdução

Histórias sempre fizeram parte da vida de todos, desde a infância, sejam elas orais ou escritas como “atividade antropológica-social e culturalmente indissociável do ser humano” (MESQUITA, 1988, p. 9). E é por isso que, ainda que seus conteúdos sejam ficcionais e, portanto, fantásticos, elas partem de uma “realidade” por mais floreadas que possam ser, uma vez que

o real simbólico, articulado pela palavra, se instaurará, realimentando sem cessar o diálogo eterno “entre a vida e o sonho, entre a vontade de viver e o medo de morrer”, ou entre a vontade de morrer e o medo de viver. Esse diálogo será tenso, dialético, instaurador de novas realidades, diferenciadas entre si e semelhantes, na medida em que têm as mesmas motivações e as mesmas funções dentro das comunidades humanas em que se produzem e onde são lidas e interpretadas. Aí, essas comunidades se conhecem e se reconhecem enquanto portadoras da condição humana, como indivíduos e como membros de uma coletividade. Diferentes e iguais, semelhantes e diferentes (MESQUITA, 1988, p. 14).

Assim, a ficcionalidade cria possíveis quadros da realidade que nos permitem compreender o mundo e suas relações significativas, de modo que tais narrativas tornam-se referenciais para as problematizações que fazemos do nosso entorno, ocasionalmente respondendo-as ou mesmo contribuindo para a desnaturalização/desconstrução das "verdades" que dele [o mundo] retiramos.

Entretanto, o estatuto do ‘real’ nas obras de ficção foram, ao longo do tempo, discutidas e silenciadas, isto é, as narrativas tornam-se sinônimo de mentiras, ilusões e fantasias. Mas, por quê? O que levou o sujeito a descrever o discurso ficcional? Essas são perguntas necessárias para entendermos o funcionamento da linguagem em sua relação com os efeitos de sentido.

Vejamos no princípio toda a explicação do mundo era dada pelas narrativas porque a linguagem era vista como estática, e, sendo assim, transparente. Porém, com a modernidade houve uma separação entre as palavras e as coisas, pois

a linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular. É antes coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas, em que cada uma pode desempenhar, e desempenha de fato, em relação a todas as outras, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação (FOUCAULT, 1999, p. 47).

Essa mudança de concepção de linguagem pode ser ilustrada por meio da obra de Cervantes, Dom Quixote, na qual a personagem principal que dá o nome a obra é crédula, deslocada, inexistente, posto que lia o mundo através dos livros, acreditando que as palavras retratassem a realidade. Portanto,

Dom Quixote é a primeira das obras modernas, pois que aí se vê a razão cruel das identidades e das diferenças desdenhar infinitamente dos signos e das similitudes: pois que aí a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, torna da literatura; pois que aí a semelhança entra numa idade que é, para ela, a da desrazão e da imaginação (FOUCAULT, 1999, p. 67).

Com isso, estamos diante do ceticismo moderno, este entendido como uma desconfiança dos saberes até então tidos como seguros, de maneira que a dúvida se instaura na relação mundo-conhecimento. Logo, com intuito de sanar essa ausência de solidez do conhecimento surge a dúvida hiperbólica cartesiana, método formulado por Descartes no qual tudo aquilo que seria da ordem da desrazão e da imaginação seria descartado como representação da realidade. A partir desse momento, a (des)crença se constitui em um modo logicamente plausível de proceder frente o mundo e suas ramificações.

Uma vez que a escrita aceitaria desde o absurdo ao verídico, além da linguagem, antes tida como transparente e neutra, já não ser mais aceitável como indicativo do real tornou-se imprescindível à averiguação entre o pensamento capaz de conferir sentido e ordem com o objeto alvo, isto através da racionalidade e da experimentação científica, para firmar o seu valor de verdade.

Contudo, acreditar que a época moderna é descrente seria o mesmo que desqualificar a relação do sujeito com o mundo e a linguagem, ou seja, a realidade vista pelo sujeito é intrínseca a sua condição e a sua implicação com que é dito, independente da adequação do mesmo. Trata-se, portanto, da realidade particular e não externa do sujeito. Assim, podemos dizer que mesmo

Na prática psicanalítica, a verdade emana no discurso em que o sujeito se autoenuncia e se significa; o mundo externo é abstraído, não é pertinente. E essa autoenunciação nunca é declarativa; é um descobrimento-encobrimento pelo viés do engodo, da mentira, da ficção. Ou seja, ainda que o sujeito minta sobre a coisa no mundo, manifesta sua verdade enquanto “coisa falante. E a verdade desse sujeito tem a ver com o modo como ele se articula no laço simbólico e social. Laço simbólico que, para Lacan (1998), é da ordem do fictício, do arbitrário, frente ao mundo objetivo (BECK, 2015, p. 23-24).

Isso equivale dizer que a dimensão da verdade do sujeito é anterior a uma balisa objetiva externa. Por outro lado, essa implicação subjetiva não deixa de estar assujeitada a formação ideológica e discursiva em que ele si inscreve e admite como sua inconscientemente, i. e., ele se constitui em um laço simbólico e social determinado pelas coordenadas e práticas cotidianas.

Para avançar nessa questão, apropriamo-nos da noção de suspensão da descrença do poeta Samuel Coleridge (2004), no qual o sujeito-autor realiza um contrato simbólico com o sujeito-leitor, por meio de uma narrativa que visa a uma verossimilhança, isto é, ainda que os elementos imaginativos ou fantásticos sejam determinantes no discurso ficcional existe uma ligação/harmonia que promove identificação. Esta qualidade é capaz de *convencimento poético* e, sendo assim, os leitores suspenderiam a sua descrença, aceitando as ‘premissas e coordenadas’ em desacordo com a dita realidade. Em outras palavras, o sujeito-leitor efetua uma suspensão voluntária do seu juízo, pois

Ainda que se mostre cético em relação à distância que percebe entre as palavras e as coisas, não deixa de confiar demasiadamente que a verdade estaria na adequação entre o intelecto e a coisa alcançada por meio de um rigoroso método analítico (racional) ou experimental (empírico). Como sugeriu Nietzsche (2001), o homem da ciência moderna é ainda demasiado crente (em sua descrença). Em suma, o moderno se fia no discurso (cético ou cartesiano) que faz laço simbólico (BECK, 2015, p. 24-25).

Remontando a Coleridge (2004), a suspensão de descrença funcionaria como um efeito leitor, mas de modo excessivamente voluntário, ainda que este deva produzir sua obra com harmonia de sentidos. Na contrapartida, Tolkien (2006) argumenta que criar um Mundo Secundário [Fantasia] exige muita destreza, reflexão e habilidade do escritor, de maneira que o leitor possa reconhecer o Mundo Primário [Real] nessa subcriação, como fica explicitado no seguinte fragmento:

[...] Provavelmente todo escritor que faz um mundo secundário, uma fantasia, todo subcriador, deseja em certa medida ser um criador de verdade, ou espera estar se baseando na realidade: espera que a qualidade peculiar desse mundo secundário (senão todos os detalhes) seja derivada da Realidade, ou flua para ela. Se conseguir de fato uma qualidade que possa ser descrita honestamente pela definição de dicionário – “consistência interna da realidade” –, é difícil conceber como isso pode acontecer se a obra não tiver algumas características da realidade (p. 62).

Assim, o leitor realiza essa supressão da descrença de forma involuntária, uma vez que o autor é responsável por atingir certa coerência lógica na narrativa fantástica, de modo que o leitor seja cativado no percurso da mesma. Se o encanto, a crença instaurada no princípio da narrativa é

rompida é porque o Mundo Secundário fracassou, o subcriador foi malsucedido. Portanto, enquanto Coleridge (2004) acredita em um papel voluntário do leitor para a fruição do texto, Tolkien (2006) defende o sucesso da ficção como o resultado da habilidade de encantamento do escritor.

Tendo isso em vista, um (re)posicionamento subjetivo pontencializaria ao leitor uma maior implicação com os discursos ficcionais? Essa possibilidade ocorreria, tanto na perspectiva de Coleridge (2004) quanto de Tolkien (2006), quando o leitor fruisse mais intensamente na obra literária/cinematográfica e, uma vez imerso nela, não questionasse as coordenadas que pudessem colocá-la em dúvida. Note-se que essa imersão seria uma transposição de certa realidade para outra, funcionando como escape de uma realidade infeliz ou tediosa ou como experiência de um mundo secundário mais desejável.

Entretanto, a verdadeira ilusão não estaria na imersão em um discurso fantasioso, mas na ideia de que, ao final da história, pelo acender das luzes do cinema [aqui podemos nos remeter a alegoria da caverna de Platão] ou pelo fechamento do livro todos retornaríamos para a suposta realidade objetiva. Uma vez que esse momento

nada mais é, entretanto, do que a passagem das coordenadas simbólicas de uma narrativa para outra, com outras verossimilhanças (impressões de verdade ou de probabilidades) e com outros sujeitos engajados nessa trama simbólica. (Um exemplo de apagamento do limite entre “realidade” e “ficção” seria o filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, de Woody Allen (1985). Nele, um personagem sai do filme, invade e transmuta o mundo “real” da protagonista cinéfila.) Teríamos, assim, uma multiplicação de realidades ficcionais, camadas sobre camadas, como uma cebola simbólica, com um vazio inconsistente no centro (sendo que essas camadas são não só ilusórias, mas também alusórias – uma vez que há algo de verdade na ficção)? (BECK, 2015, p. 25).

Partamos agora para uma análise de uma obra literária em duas modalidades: escrita e imagética. Desse modo, verificaremos como essa suspensão da descrença se inscreve no discurso ficcional.

### **Gestos de análise do conto “A Causa Secreta”, de Machado de Assis e de sua versão para o cinema**

O conto *A causa Secreta*, de Machado de Assis, se constitui em uma narrativa fictícia passada na cidade do Rio de Janeiro em 1860, tendo as seguintes personagens: Fortunado, Maria Luísa e Garcia. A trama, logo no início, realiza uma inversão temporal da narrativa. Nesta inversão

o narrador descreve o resultado da descoberta constrangedora da *causa secreta* que nomeia este conto, destacando que a exposição de tal trama ocorre somente após a morte de todos os envolvidos.

Note-se, aqui, que a morte torna permissiva a divulgação de uma causa “feia e grave”, como exposta pelo próprio narrador. O que possibilita a inferência de uma dada posição ideológica, na qual atos considerados constrangedores não devem ser ditos enquanto os atores /participantes do mesmo podem responder por eles.

A narrativa retoma o princípio do relacionamento de Fortunado e Garcia. Encontros fortuitos com Fortunato atiçavam a curiosidade de Garcia, que se vangloriava de sua capacidade de decifrar a mente humana, visto que percebia em Fortunato um mistério a ser revelado. Esses encontros trouxeram uma familiaridade entre o jovem médico Garcia e o capitalista Fortunato a ponto de confraternizarem e subseqüente tornarem-se sócios de uma casa de saúde. Em meio a essa amizade, Garcia passa a frequentar a casa de Fortunado iniciando aí o seu interesse (reprimido) pela recente esposa do capitalista, Maria Luísa.

Durante suas visitas a casa do amigo, Garcia percebia em Maria Luísa uma solidão e resignação diante da vida e um temor do marido, a seu ver injustificado dado a sua dedicação para com os pacientes na casa de saúde. Entretanto, certo dia, Maria Luísa solicita ao médico a sua intervenção nas experiências do marido com animais, pois a mesma não as suportava. Estas experiências já lhe eram conhecidas, porque antes eram realizadas na casa de saúde por Fortunato em seu estudo de fisiologia e anatomia, mas diante das reclamações dos pacientes foram interrompidas. Observando a aflição da jovem esposa, Garcia aceita o pedido, porém não imaginava o seu desenlace.

Fortunado não praticava experiências com animais no intuito de obtenção de conhecimento, ele os torturava. Ele retirava o seu prazer da dor alheia, era um sádico e essa era a causa secreta das ações “bondosas” de Fortunato descoberta por Garcia e remonta ao constrangimento do início do conto. A história continua com a descoberta da doença da esposa, seu tratamento e falha, culminando na sua morte, objeto de prazer do marido e de sofrimento de Garcia. Fortunado ao observar a dor de um amor calado em Garcia no beijo roubado de Maria Luísa em seu velório, ao invés de sentir ciúmes encontra seu ápice de prazer.

Esse conto alude, ao leitor narratário, a necessidade e a naturalidade do uso de máscaras por sujeitos cuja vida íntima ou privada seria obscena e valorada como ignóbil. Perceba que as experiências feitas por Fortunato, certamente nada diferentes das executadas em seu lar, não eram

criticadas pelos funcionários da Casa de saúde quando realizadas naquele ambiente. Ao que parece, pelo contexto histórico, o maltrato de animais não era considerado um desvio de conduta.

Interessante destacar que a construção da narrativa toma foco na perversão de Fortunato, e, sendo assim, existe a supressão do “estranhamento” de Garcia por efeito de um masoquismo moral (Freud, 1924), uma vez que seu amor por Maria Luísa não o impulsionava, momentânea ou definitivamente, ao impedimento de algo que vinha desenvolvendo e que angustiava a pessoa amada. Com efeito, Maria Luísa foi do silêncio à morte em um período curto (quatro meses).

Outro aspecto importante do conto é o juízo de valor que o narrador afirma em todo o texto, direcionando o olhar e a posição do leitor para as ações das personagens. De alguma maneira, o próprio narrador mescla-se com o personagem Garcia, ao investirem-se do direito de observar e de julgar as ações de Fortunato, evitando qualquer intervenção no processo decorrente da dita personalidade do sádico. Curiosamente, ambos revelam traços de perversidade sobre o objeto de análise, na forma de uma curiosidade mórbida com relação ao que é privado ou íntimo da vida alheia.

Com a importância dos sentidos verificáveis neste conto, surge, na década de 90, uma produção cinematográfica dirigida pelo renomado cineasta Sérgio Bianchi, na qual esse conto recebe uma releitura. Novamente a dor alheia é a protagonista da história, embora de uma forma mais real. A cidade do Rio de Janeiro é mostrada em sua face marginal, em que a cidade maravilhosa convive com a cidade dos segregados, não tão maravilhosa.

A história contada pelo cinema relata a trabalho teatral de um grupo de autores em sua pesquisa de campo para a encenação da peça “A causa secreta” de Machado de Assis, os autores discutem a dor alheia tanto no sentido amplo, político e social, quanto no sentido estrito, vítimas (animais e pessoas). Durante a investigação que o grupo se propõe, as visitas para alguns do grupo causam repulsão, contudo a indiferença das atitudes e seus efeitos são predominantes na maioria, ou seja, os atores realizam o deslocamento espacial e ideológico para pesquisa, mas não conseguem subtrair de suas práticas, linguagem e posicionamentos os efeitos de sua formação ideológica e discursiva, estas apáticas em sua configuração moral metropolitana.

Outro elemento de destaque é o ator que representa Fortunato na peça. Não há uma separação entre o real do fictício em ambos, pois tanto o ator se enxerga no personagem atribuído que verdadeiramente manifesta o prazer de desestabilizar o outro, fora e dentro do seu personagem. Tal efeito, ao ser percebido pelos dois únicos componentes do grupo teatral perpassados por um

código de valores decorrentes de suas experiências reais e construções sociais, por demonstrarem sua inconformidade com as ações sádicas do ator são tragicamente excluídos.

Como exposto, o conto e a adaptação não têm seu sentido atribuído pelo autor, já que as condições de produção são indissociáveis de um discurso, isto é, o sujeito do discurso é interpelado por dada formação ideológica, sem que ele tenha consciência disso. Neste caso em particular o olhar de Sérgio Bianchi sobre a cidade e suas relações sociais é diferenciada do autor Machado de Assis, seja em suas aproximações e distanciamentos, ou seja, o olhar do autor, da câmera, do leitor e do telespectador são atravessados por sua formação e com tal, os sentidos se dão na relação do discurso com o sujeito.

Com efeito, as duas versões do conto descrevem um acontecimento ou uma série mais ou menos ligada por meio de palavras ou de imagens caracterizadas pela (re)apresentação de personagens inseridos em situações imaginárias que podem/devem remeter à nossa dita realidade cotidiana. Sendo assim, o discurso não é fundado num dado real, mas é com ele que realizamos a leitura de uma determinada época e as mudanças operadas ou não, talvez não pelos fatos em si, mas pela relação de forças entre formações discursivas (o dito e não dito) na construção da memória.

Nota-se em dados momentos da narrativa que a distância entre o narrador e a personagem testemunha de Garcia, fica borrada. Somos tomados pelo ímpeto *voyer* de observar passivamente a causa secreta. Fascínio que estabelece um laço entre romancista e leitores, uma cumplicidade entre narrador, personagem/ator e narratário – o fascínio diante da perversão. De modo que a máscara da inocência do profissional racional, ou a do cientista desinteressado, também é usada pela testemunha personagem, pelo narrador espectador, e pelo narratário leitor. Por outro lado, a ambientação da trama obscena se dá em uma cidade personagem (o Rio de Janeiro), palco de perversões e de laços obscenos subjacentes. Por conseguinte, o mecanismo de aprofundamento no faz de conta, a fruição da ficção enquanto *realidade* para um sujeito, permite deslindar um pacto obsceno que nos enlaça no social, nos faz coabitar, trabalhar e amar nas entranhas de uma cidade real/ficcional.

## Referências

A CAUSA secreta. Direção de Sérgio Bianchi. Produção de Sérgio Bianchi, Gustavo Steinberg e Alvarina Souza e Silva. Roteiro: Gustavo Steinberg e Sergio Bianchi. 101 min. Color, 1994.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A causa secreta**. Contos/ uma antologia. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BECK, Maurício. Formas de resistência e modos de subjetivação pelo/no discurso cinematográfico carioca. In: OLIVEIRA, Simone de Mello de; PAIM, Zélia Maria Viana; EL-JAICK, Ana Paula (org.). **Laboratórios em rede**. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras: UFSM, 2015.

COLERIDGE, Samuel Taylor. **Biographia literaria**. Project Gutenberg, 2004. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/cache/epub/6081/pg6081.html>>. Acesso em: 05 abril. 2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MESQUITA, Samira Nahid. **O enredo**. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. **Sobre histórias de fadas**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2006.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DA RÚSSIA CZARISTA E O SURGIMENTO DO ROMANCE SOCIAL DE DOSTOIÉVSKI

Ludmilla Carvalho Fonseca\*

**Resumo:** Nas obras de Dostoiévski são encontrados temas subjetivos e temas psicológicos. Porém, sobressaem-se também temas de cunho social. Ao discutir os dilemas existenciais e religiosos das personagens, Dostoiévski trata da questão social na qual as personagens estão inseridas. O caráter social não se encontra presente somente na composição das personagens dostoiévskianas, mas no projeto ideológico levantado pelo autor (ou nos vários projetos ideológicos, possibilitados pelo recurso da polifonia). O trabalho está estruturado em duas partes. No primeiro momento, faz-se uma abordagem do contexto socioeconômico e político da Rússia czarista no século XIX, para, em seguida, discutir a importância dos movimentos sociais, que buscavam combater a opressão do regime czarista, na elaboração dos romances sociais de Dostoiévski.

**Palavras-chave:** Projeto ideológico. Polifonia. Movimentos sociais

## THE HISTORICAL CONTEXT OF THE TSARIST RUSSIA AND THE EMERGENCE OF THE SOCIAL NOVEL BY DOSTOIEVSKY

**Abstract:** In the works of Dostoevsky are found subjective issues and psychological issues. However, prevailing social issues. To discuss the existential and religious dilemmas of the characters, Dostoevsky broaches the social issue where the characters are inserted. The social dimension is not present only in the composition of the characters of Dostoevsky, but in the ideological project proposed by the author (or various ideological projects, enabled by the use of the polyphony). The work is structured in two parts. At first, it is made an approach to the socio-economic and political context of the Tsarist Russia in the XIX century, for then discuss the importance of the social movements, that tried to fight the oppression of the tsarist regime, in the elaboration of the social novels of Dostoevsky.

**Keywords:** Ideological project. Polyphony. Social movements.

---

\* Doutoranda em Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Assis.

## **Introdução**

Dostoiévski viveu em uma Rússia marcada por profundas transformações. O século XIX russo trouxe à tona perspectivas ideológicas, sociais e econômicas até então adormecidas no grande império.

As mudanças empreendidas no governo do Czar Pedro, o grande, ainda no final século XVII e início do século XVIII, determinaram fortes consequências na Rússia de Dostoiévski (século XIX). Pedro foi o imperador que mais se deteve em abrir as portas da Rússia para a Europa ocidental. Conseguiu ampliar o território para a região do Mar Báltico (Finlândia), tornando São Petersburgo o mais importante porto da nação.

Em decorrência dessas ações pioneiras, o respaldo no século XIX, no âmbito ideológico, econômico e cultural, foi profundo. A partir desse momento, duas forças agiram de forma contrária diante do povo russo: a noção ocidentalizante (advinda da força cultural europeia) e a noção regionalizante (a manutenção da cultura genuína russa, vinculada ao oriente). Essas concepções adversas notadamente encontram-se visíveis no pensamento dostoiévskiano.

Mas para dar continuidade à reflexão da Rússia de Dostoiévski, é importante discutir o contexto socioeconômico da monarquia czarista, pois é de relevante importância para o entendimento da composição artístico-literária do autor em questão.

## **O contexto socioeconômico e político da Rússia czarista no século XIX**

No século XIX, a Rússia já era um enorme território como o é hoje. Atualmente, é o maior país em extensão territorial do mundo, e essa questão territorial promoveu uma série de desafios, ao longo da história russa, de integração, desafios de comunicação e, principalmente, de formação de uma identidade genuína.

No passado, e ainda hoje, a Rússia não é um país de somente um povo (o russo). A Federação Russa é um conjunto de povos, minorias étnicas e nações que lutam por autonomia. O que se concebe chamar de nação russa é um mosaico pluriétnico de povos.

No século XV, o primeiro imperador a se intitular de Czar<sup>1</sup>, Ivã III, conseguiu unificar todos os principados russos, iniciando, desse ponto, o império russo e sua desmedida expansão territorial. Até esse momento, a Rússia era compreendida por uma estreita faixa de terra a oeste da Polônia. As outras regiões, no extremo oriente, eram tomadas pelos povos tártaros e mongóis.

Com base no mapa da evolução histórica do império russo, nota-se que inicialmente o império era reduzido com relação à dimensão que atingiu no século XIX. A expansão se deu de forma intensa para a região leste (após os montes Urais), principalmente para a região da Sibéria.

Do século XVII ao XVIII, o crescimento do império ocorreu de forma marcante para o oriente e em menor grau para sua porção sul. No século XIX, ocorreu a expansão máxima do território, chegando até o Alasca (hoje Estados Unidos), no continente americano. Outro direcionamento foi para a região sul, principalmente para a região onde hoje se compreende o Cazaquistão, região marcada por profunda diversidade étnica e religiosa.

**Ilustração 1** – Evolução histórica do Império Russo



<sup>1</sup>Czar refere-se a César, o imperador romano. A sociedade russa manteve por longo tempo uma forte vinculação com a cultura romana medieval, principalmente aquela ligada ao Império Bizantino, que originou a igreja ortodoxa, maioria religiosa até hoje na Rússia. O modo de produção russo manteve-se quase intacto do período bizantino até o final do século XIX, onde ainda existia a servidão, o latifúndio sob controle dos nobres, e a pequena propriedade coletiva da terra.

A expansão do império russo se deu sustentada no acultramento (ou *russificação* das nacionalidades). A monarquia czarista ia incorporando as outras nações, submetendo-as pela força física e cultural. Esse comportamento do império se sustentou pelo traço marcante da cultura russa, o militarismo.

O principal impacto da *russificação* dos povos foi o acirramento de conflitos étnicos e a formação de uma nação pluriétnica. O povo originário da Rússia eram os eslavos, localizados na região da Ucrânia. Esse povo sempre foi maioria, dando origem ao que hoje se convencionou chamar de russo.

Atualmente, a Rússia é marcada pela presença de eslavos (os antigos), russos (recentes), caucasianos, europeus, mulçumanos, judeus, e ainda uma infinidade de povos que se encontram de forma isolada na região da Sibéria, demonstrando uma diversidade de realidades dentro de uma mesma nação.

A intensa expansão territorial e a submissão de diversos povos trouxeram aos czares muito poder e prestígio no século XIX. O império russo se tornou um dos mais importantes do mundo, naquele período, e entre os mais extensos, garantindo o fortalecimento do sistema autocrático e despótico dos czares.

Além da questão territorial do século XIX ser marcante, a Rússia também é caracterizada, nesse período, pelo atraso econômico. Enquanto a Europa ocidental estava em um momento de pleno desenvolvimento capitalista, gozando do industrialismo e do liberalismo econômico, a Rússia se apresentava na condição semifeudal, conservando os valores sociais, culturais e econômicos advindos da idade média.

As enormes dimensões territoriais e o isolamento causaram uma crise de identidade, devido à dificuldade de sintetizar uma identidade nacional em um império pluriétnico. O povo russo estava entre a modernidade do ocidente e o tradicionalismo do oriente, se fechando em seu próprio mundo.

O século XIX, período no qual Dostoiévski viveu, foi profundamente impactado por um dilema sociocultural. A abertura para o ocidente havia sido iniciada ainda no século XVIII com o czar Pedro I, mas é somente no século XIX que esse fator torna-se motivo de acirrados conflitos, causando um trauma entre o povo russo.

Havia a concepção ocidentalizante que preconizava a necessidade de desenvolvimento econômico e social da Rússia e a sua efetiva integração com a Europa Ocidental. Dentro desse

movimento, havia os liberais e os socialistas utópicos<sup>2</sup>. Outra concepção eram os eslavófilos. Estes defendiam as originais tradições do povo russo (eslavos), a autocracia e as tradições ortodoxas.

Em todo o século em destaque, o império russo obteve cinco czares: Alexandre I, Nicolau I, Alexandre II, Alexandre III, e Nicolau II. Dostoiévski viveu do governo de Alexandre I até o de Alexandre III. Em 1846, no governo de Nicolau I, Dostoiévski participou do movimento político de socialistas utópicos, no qual o líder era Pietrachévski. Dostoiévski foi acusado de conspirar contra o czar, planejando junto com o grupo um atentado, sendo condenado e preso em 1849, enviado para a Sibéria. Inicialmente, foi condenado à morte, mas no último momento, já no local de execução, foi avisado de que sua pena havia sido comutada<sup>3</sup>. De fato, passou nove anos na Sibéria. Na Fortaleza de Omsk foram quatro anos de trabalho forçado, e mais cinco como soldado raso – baixa patente (MASON, 1995).

No período de Alexandre I, a Rússia vivia um momento de grande atraso econômico. Anteriormente, no governo de Catarina II, ela iniciou certa aproximação com o ocidente, realizando fortes reformas. Mas a principal mudança foi sua vinculação aos ideais iluministas, que se tornou moda no governo de Alexandre I.

A base da economia russa do século XIX era sustentada no latifúndio rural e no modo de trabalho servil. Os nobres (latifundiários) se dividiam em dois grupos: os aristocratas rurais conservadores, defensores do iluminismo; e os aristocratas urbanos radicais, defensores do liberalismo. Os radicais liberais desenvolveram um movimento conhecido como os *decembristas* que, segundo Frank, foi o primeiro movimento revolucionário contra os czares. Esse movimento foi fortemente reprimido pelo czar Alexandre I. “Os *decembristas*, entretanto, não deram a devida importância à *obschina* e tinham seus olhos firmemente fixos nos desenvolvimentos sociais e políticos europeus, que tomavam como modelo” (FRANK, 1992, p. 66, grifo do autor).

---

<sup>2</sup> No primeiro momento da carreira de Dostoiévski, ele se envolveu com o movimento socialista utópico, rendendo-lhe uma prisão na Sibéria, caso que será tratado à frente.

<sup>3</sup>“O czar comutou as penas de morte para as de trabalhos forçados na Sibéria, anotando sua decisão às margens dos processos. Ordenou, no entanto, que sua decisão fosse comunicada aos réus somente no último minuto antes da sua execução. [...] Os pelotões de fuzilamento tomaram posição e iniciou-se a chamada dos condenados” (MASON, 1995, p. 115-116). Esse falso fuzilamento marcou profundamente a vida de Dostoiévski.

Segundo os *decembristas*, o que tornava a Rússia diferente da Europa Ocidental era o fato de ainda não ter experimentado o liberalismo econômico. Enquanto a Europa apresentava desenvolvimento no ramo econômico, social e político, a Rússia ainda estava afundada nos antigos ideais iluministas românticos, que justificava as diferenças sociais e o sistema semifeudal, marcada pelo poder dos déspotas esclarecidos representados pelos czares. Depois de eles serem desarticulados, não houve mais nenhum movimento liberalista na Rússia, consolidando as disparidades sociais e a concentração do poder.

Outro importante movimento anticzarista, porém agora intelectual e não somente político, desenvolvido na Rússia, foi a *intelligentsia russa*. Notadamente, eles negavam o atraso russo e sua forte vinculação com o iluminismo. Por outro lado, os adeptos à *intelligentsia* valorizavam o enciclopedismo e a profunda dedicação aos estudos teóricos.

A *intelligentsia* é considerada um dos mais importantes movimentos intelectuais da Rússia. Fortaleceu-se na primeira metade do século XIX, no governo de Nicolau I. Esse movimento não era autêntico, pois devia sua inspiração aos grupos de intelectuais franceses do século XVIII.

Por um lado, no momento em que o czar Nicolau I defendia o iluminismo e reprimia o liberalismo, a *intelligentsia* foi buscar no idealismo alemão sua maior fonte de inspiração intelectual. A Alemanha vivia uma situação econômica similar à da Rússia, por isso, segundo Hauser (2003), esse movimento desenvolveu carisma pela filosofia alemã. Ainda com base em Hauser (2003, p. 865), Dostoiévski participou de forma superficial da *intelligentsia* devido a esse movimento ter sido marcado por rigor e exclusivismo.

O conceito de *intelligentsia* está sempre relacionado na Rússia com o de ativismo, e sua ligação com a oposição democrática é muito mais íntima do que no Ocidente. Os nacionalistas conservadores não podem ser vistos, de maneira nenhuma, como pertencentes a essa *intelligentsia* intransigente com seu exclusivismo sectário, e até mesmo os dois mestres supremos do romance russo, Dostoiévski e Tolstoi, só de forma limitada fazem parte dela [...].

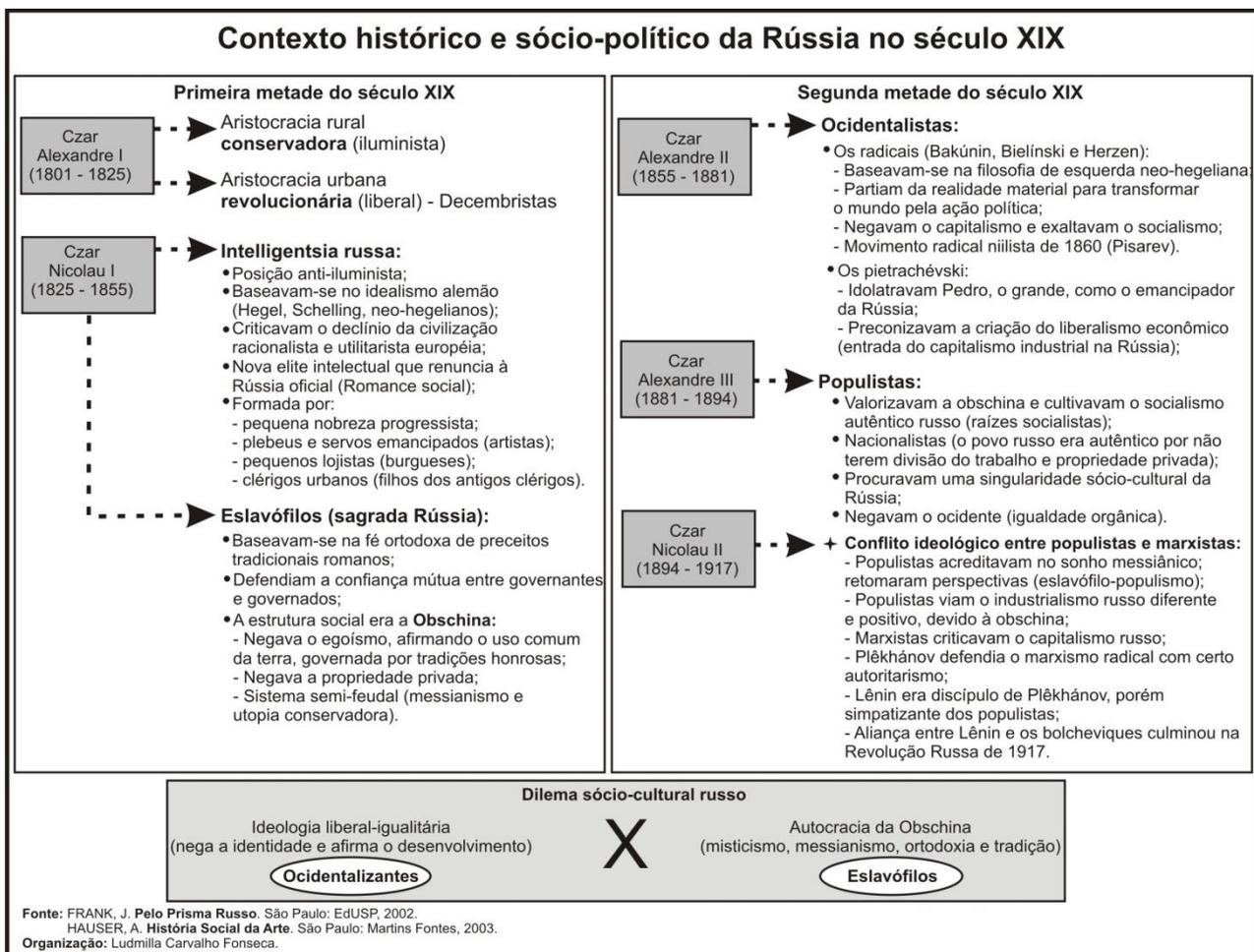
Além de ser anti-iluminista e de se basear no idealismo alemão, advindo de Hegel, Schelling, e dos neo-hegelianos (principalmente Feuerbach e Stirner), a *intelligentsia* criticava a civilização racionalista utilitária europeia, afirmando seu declínio. Dessa concepção crítica surgiu o romance social como veículo de proposição política. Segundo Frank (1992), devido ao rigor do autoritarismo dos czares, o romance social russo era o principal caminho para a discussão filosófica. Era uma forma de driblar a censura e continuar a discutir filosofia.

Diferentemente dos outros movimentos, a *intelligentsia* era formada por um caráter mais democrático. Faziam parte dela: a pequena nobreza de tendências progressistas; plebeus e servos emancipados, sendo principalmente artistas; pequenos lojistas (burgueses); e os filhos dos clérigos, aversivos ao tradicionalismo religioso.

Os eslavófilos compuseram o movimento político e cultural mais presente no século XIX na Rússia. Seus objetivos exerceram influência no pensamento de Dostoiévski, dos niilistas de 1860, e também dos bolcheviques, inclusive em Lênin, diante da Revolução de 1917. O que garante essa forte vinculação ao povo russo é a sua incansável necessidade de conservar a cultura russa genuína e os seus valores e afirmar sua identidade nacional.

Os eslavófilos baseavam-se em preceitos ortodoxos advindos da cultura romana e da fé religiosa. Na organização social, defendiam a confiança mútua em oposição ao egoísmo. O respeito entre governantes e governados era conservado, tendo o governo autocrático dos czares como base.

**Ilustração 2** – Contexto histórico e sociopolítico da Rússia no século XIX



O modo de produção social era denominado de *obschina*, modelo esse advindo de antigas tradições. Na *obschina*, o mutualismo se sobressai ao individualismo, a terra é de uso comum, governada por tradições honrosas. Acreditavam também em propostas messiânicas de que o povo russo era a salvação da decadente sociedade ocidental, adoecida pelo liberalismo. Nessa utopia conservadora, prevalecia o sistema semifeudal.

Essa característica marcante da *obschina* garantiu a denominação de *A Sagrada Rússia*, segundo a qual a Rússia devia se fechar diante de sua riqueza cultural e de suas tradições, se livrando do mecanismo utilitarista criado pela Europa, nascido do iluminismo e do liberalismo. Essa defesa de tradições patriarcais arcaicas, garantida pela *obschina*, é retratada pela personagem Bazárov que defende que o niilismo viria para superar essa crônica condição resignante na qual a Rússia se encontrava, iniciando pela quebra das hierarquias patriarcais existentes entre Pais e Filhos (TURGUÊNIEV, 1971). Posteriormente, os populistas russos defenderam a *obschina*, argumentando que ela era a gênese do socialismo, pois negava a propriedade privada dos meios de produção, e o povo russo estava preparado para o socialismo, pois estava habituado com o modo de vida coletivo-igualitário.

Em contraposição a todos os movimentos já ocorridos na Rússia, desenvolveu-se o movimento dos *ocidentalizantes*. Dentro desse movimento, dividiam-se dois grupos: os *pietrachévski* e os radicais. O último grupo teve como principais expoentes Bakunin, Bielínski e Herzen, e ainda Pisarev, se distanciando desse grupo devido à sua apologia ao niilismo, enquanto os outros oscilavam entre o socialismo e o anarquismo.

Os *ocidentalizantes* radicais sofreram certas mudanças no plano teórico, iniciando-se sob influência de Hegel, posteriormente buscando inspiração nos neo-hegelianos, e, ao fim, caminhando para um posicionamento social radical. Nessa última fase, eles começaram, a partir da realidade material para transformar a sociedade pela ação política, invertendo assim o idealismo alemão anteriormente adotado.

Dentro do movimento radical *ocidentalizante*, surgiu a mais contundente linha anti-czarista na Rússia em pleno século XIX: os *niilistas*. Tendo como seus principais divulgadores Pisarev e Tchernichévski (este ainda conservava posição socialista radical), os *niilistas*, de início, adotaram posições utilitaristas e interpretações diretas da realidade. A principal organização foi o movimento radical de 1860.

Contudo, apesar de seu ocidentalismo, Tchernichévski defendeu a *obschina* contra todas as tentativas de dissolvê-la, na ocasião em que os servos foram libertados, em 1861, e escreveu um artigo para provar que a Rússia poderia pular o estágio do desenvolvimento capitalista, já que a posse comum da terra poderia servir como base para o desenvolvimento socialista da agricultura. Dmítri Písarev [...] foi muito mais coerente ao exigir [...] a destruição da estética em favor da alimentação das massas [...] (FRANK, 1992, p. 73).

Outro agrupamento ocidentalizante foram os *pietrachévski*. Estes defendiam posições contrárias aos radicais, devido ao seu caráter mais moderado e reformador. No extenso governo do czar Alexandre II, ações reformadoras foram marcantes na segunda metade do século XIX. Ocorreram reformas liberais e modernizantes, através das quais o czar procurou renovar a estagnada sociedade russa. Houve também a decisão de decretar o fim da servidão na Rússia em 1861, por outro lado, manteve-se a estrutura de latifúndio.

Em decorrência das características dessa administração mais flexível, o movimento *pietrachévski* ganhou força. Tinha como característica idolatrar o czar Pedro, o grande, como o emancipador da Rússia, além de preconizar a entrada maciça do capitalismo industrial no império russo, sendo considerada a única solução para o atraso econômico.

Já no final do século XIX, surgiu outro movimento social na Rússia czarista: os populistas. Estes resgataram os valores tradicionais da Sagrada Rússia e aliaram-se às ideias socialistas. No período desse movimento, o czar Alexandre III sucedeu Alexandre II após este ter sido assassinado. Em decorrência desse acontecimento, os governos de Alexandre III e de seu sucessor Nicolau II foram marcados pelas velhas tradições dos czares, tendo como princípio básico a autocracia e o despotismo, desconsiderando as instituições burocráticas.

Nesse contexto, os populistas tornaram-se um movimento atuante em defesa da igualdade social russa. Eles valorizavam a *obschina* e cultivavam o que eles denominavam de socialismo autêntico, buscando conservar o etos russo. Segundo os populistas, as raízes do socialismo estavam no próprio modo de vida dos russos, sob a *obschina*, muito antes do que nos socialistas utópicos da Europa Ocidental e em Marx e Engels.

Outra característica marcante era seu excessivo nacionalismo. Para os populistas, o povo russo era autêntico por não ter passado pelo processo de divisão capitalista do trabalho e pela propriedade privada. Ainda conservava uma pureza e, de forma messiânica, era a salvação da Europa. Com base em Frank (1992), sabendo do atraso russo, os populistas defendiam uma incorporação industrial não-capitalista para estimular sua economia.

A alternativa era a industrialização não-capitalista, que estimularia todas as formas socializadas de trabalho que ainda existiam na Rússia, tirando proveito delas e ajudando na transição para formas muito mais desenvolvidas de produção. Dessa maneira, a Rússia seria capaz de chefiar o mundo em direção a um industrialismo socialista, evitando ao mesmo tempo os males do capitalismo (FRANK, 1992, p. 76).

A pessoa mais influente desse debate populista era Plekhánov, que posteriormente abandonou as tendências populistas, aderindo-se ao marxismo mais radical. Foi o responsável por criar o primeiro partido marxista na Rússia. Lênin foi discípulo de Plekhánov, porém não compartilhava com seu radicalismo.

A partir desse momento, houve uma ruptura entre marxistas e populistas, determinada por um conflito ideológico. Por um lado, os populistas acreditavam em um sonho messiânico, na construção de uma singularidade sociocultural russa, e em uma igualdade orgânica. Os populistas defendiam a cultura eslavófila e viam o industrialismo de forma positiva. Por outro lado, os marxistas criticavam fortemente o capitalismo que havia se instalado na Rússia no final do século XIX e buscavam uma luta direta entre as classes, longe de propostas reformistas. O destaque de Lênin e sua vinculação com os bolcheviques determinaram os rumos da Revolução Russa socialista de 1917. Plekhánov não apoiou Lênin, pois defendia que essa revolução iria tomar rumos autoritários e que seria desconectada da realidade sociocultural russa.

Diante dessas considerações, nota-se que na Rússia, em decorrência dos fatores políticos autoritários dos czares, da condição econômica semifeudal e dos elementos de desigualdade social, as organizações político-sociais sempre foram ativas e contestadoras. O mundo russo sempre foi espaço de experiência de sistemas sociais. Houve uma trajetória do socialismo utópico (da qual Dostoiévski fez parte), passando pelo niilismo (retratado também por Dostoiévski em seus romances), chegando às condições sociais radicais, tendo como síntese a revolução de 1917. Apreende-se com esses acontecimentos do século XIX que eles foram marcantes na vida de Dostoiévski, e que ele soube de forma primorosa retratar e interpretar seu tempo.

### **Os movimentos anticzaristas**

Conforme já foi mostrado, diversos foram os movimentos anti-czaristas. Mas o que deve ser destacado é que na Rússia de Dostoiévski o fator de desigualdade social, de autoritarismo dos

czares e de atraso econômico são elementos presentes na realidade do povo russo. Esses fatores provocaram a ebulição desses movimentos radicais.

De um modo geral, os movimentos socialistas e anarquistas russos partiram do princípio de que a realidade russa devia ser modificada através da revolução coletiva das massas oprimidas, e o lugar dos czares devia ser substituído pelo poder popular, seja pela autogestão, por organizações coletivas comunais, ou pela ditadura do proletariado.

Diferentemente desses movimentos revolucionários, surgiram também movimentos insurgentes (utilizando a terminologia de Stirner, 2004). A partir desses movimentos, tendo como principal destaque o movimento niilista, a compreensão de revolução foi sendo considerada ultrapassada, pois traria, na opinião dos niilistas, novas estruturas repressoras. Era necessária uma ação emergencial, avassaladora e indiscriminada. Em outras palavras, grosso modo, para os niilistas era necessário eliminar os czares.

E é na origem desse novo movimento que Dostoiévski se debruça. O profundo radicalismo dos niilistas, a posição ateísta, o pragmatismo, o combate às instituições religiosas e familiares e a sede por destruição constante fizeram com que o autor russo retratasse essa nova dimensão política que se consolidava na Rússia. Primeiramente, Raskólnikov, e depois, Ivan são personagens centrais de manifestação de posicionamentos niilistas.

Dostoiévski via o niilismo russo não apenas como um movimento político, mas como um movimento que trazia à tona toda a problemática das fundações da moralidade. Isso é o que dá à sua crítica do niilismo russo tanta força e profundidade. [...] Seu romance *Os demônios* é o trabalho no qual ele ataca o niilismo russo mais diretamente (FRANK, 2006, p. 7, grifo do autor).

Como já foi destacado anteriormente, é com Turguêniev (1971) que ocorre a apresentação inicial do niilismo, através da personagem Bazárov, que é uma alusão ao filósofo Pisárev. Este defendeu critérios e objetivos do movimento niilista. Para Pondé (2006), o niilismo também está relacionado à negação total dos valores (Deus). Utilizando-se do exemplo da personagem Ivan Karamazov (DOSTOIÉVSKI, 2008) que comete um parricídio, Pondé (2006, p. 16) o relaciona ao aniquilamento do homem moderno, que se joga diante do nada, buscando sua transcendência individual.

A modernidade [...] representa a defesa filosófica do parricídio: matamos Deus, matamos o Pai, somos livres para exercermos o nada; esse nada é o niilismo articulado em todas as frentes, mas que Ivan, ao final do livro, parricida por

excelência, percebe que diante de si está o vazio, o Diabo ou seu duplo, um cínico niilista. Ele vê o mal em operação.

Um tipo de atitude muito comum dos niilistas era a ação terrorista, método esse responsável por atentados contra czares e autoridades por diversas partes da Europa (na França e na Itália o terrorismo individual ficou conhecido como Anarquismo terrorista). Mas a personalidade mais intrigante desse momento radical russo foi Sergei Nietcháiev. Apesar de se classificar como niilista, muitos o consideram como anarquista terrorista, ou somente como um desordeiro falsário. Porém, a maior manifestação de seu pensamento foi um texto intitulado *O Catecismo do Revolucionário*, o qual determina, quase como uma religião, os dogmas que o revolucionário deve seguir. Sua mais conhecida ação foi a de incentivar o assassinato de um jovem estudante por um motivo banal, ou seja, por este ter abandonado um grupo revolucionário do qual fazia parte, tendo como intenção intimidar o resto do grupo. Esse fato é tratado por Dostoiévski (1952) no romance *Os Demônios*.

A posição de Nietcháiev (2007, p. 81) com relação ao revolucionário chega ao extremo da adesão do mesmo à causa radical. Para ele,

o revolucionário é um homem condenado. Ele não possui interesse pessoal algum, nenhum negócio, nenhuma emoção, nenhum vínculo, nenhuma propriedade e nenhum nome. Tudo nele é completamente absorvido num único pensamento e numa única paixão pela revolução.

[...]

O revolucionário despreza todas as doutrinas e se recusa a aceitar as ciências mundanas, deixando-as às gerações futuras. Ele conhece uma ciência apenas: a ciência da destruição. Por isso, e apenas isso, ele estudará mecânica, física, química e, talvez, medicina. Mas todos os dias e todas as noites ele estuda as ciências vitais do ser humano, suas características e circunstâncias, e todos os fenômenos da ordem social presente. O objetivo é eternamente o mesmo: o modo mais certo e rápido de destruir toda a ordem abjeta (NIETCHÁIEV, 2007, p. 81).

A sua posição contrária às doutrinas racionais e sua adesão exclusiva à destruição demonstram o radicalismo da posição política do niilista diante da Rússia do século XIX.

Dostoiévski (2001), através do romance *Crime e Castigo*, dá forma à personagem Raskólnikov, sendo este quem materializa uma ação de revolta, cometendo um crime chocante (usando um machado), estando descomprometido com os valores humanos. Esse foi o primeiro romance do autor que trata do tema do niilismo, no sentido etimológico do termo dado por Turgueniev (1971), ou seja, o sistema do nada ou da negação dos valores.

Por outro lado, por trás desse crime havia uma atitude aparentemente justificável pelo caráter social, fato que será tratado à frente.

### **O romance social dostoiévskiano**

As obras de Dostoiévski são dotadas de temas subjetivos e temas psicológicos (SOUZA, 2006). Porém, sobressaem-se também temas de cunho social. Ao discutir os dilemas existenciais e religiosos das personagens, Dostoiévski trata da questão social na qual as personagens estão inseridas. O caráter social não se encontra presente somente na composição das personagens dostoiévskianas, mas no propósito ideológico levantado pelo autor (ou nos vários propósitos ideológicos, possibilitados pelo recurso da polifonia).

Segundo defendem Welles e Warren ([20--?]), a literatura social na Rússia surgiu com a *intelligentsia*, no momento em que ela propôs uma ruptura com a antiga literatura que valorizava a arte pela arte. Para a *intelligentsia*, a problemática social da Rússia do século XIX garantia a necessidade da literatura dedicar-se à questão social, como sendo abordagem fundamental.

Para Frank (1992), a repressão que os russos encontravam de expressar suas ideias fez com que eles recorressem à literatura, que passou a funcionar como uma válvula de escape, onde os teóricos tratavam de temas proibidos.

Daí a notória *densidade* ideológica da melhor literatura russa – um traço que ainda continua a distinguir seus escritores – romancistas ou poetas – de seus colegas ocidentais mais livres, que às vezes invejam a intensidade da reação russa à literatura sem compreender completamente a razão para tal fervor. Isto se deve apenas ao fato de que a literatura não é um adorno ou acessório da existência cotidiana; é a única forma na qual os russos podem ver discutidos os verdadeiros problemas com os quais se preocupam e que seus governantes sempre acharam melhor que eles ignorassem (FRANK, 1992, p. 62, grifo do autor).

Esse traço marcante da literatura russa, que chama a atenção de autores estrangeiros, é também o requisito de prestígio de Dostoiévski diante da literatura mundial.

O próprio Dostoiévski utiliza como recurso literário a polifonia para representar a multiplicidade de vozes, presente em toda a movimentação social da Rússia no século XIX. A literatura social russa, incluindo-se a de Dostoiévski, aborda o aspecto social das distintas correntes de pensamento. Antes do marxismo, o pensamento social já era presente e muito significativo como conteúdo teórico dos escritores russos. O marxismo acrescentou novas abordagens no final do

século XIX. Seguindo a interpretação de Frank (1992), a literatura russa sempre esteve em consonância com o povo russo.

Se a literatura russa foi, assim, criada em conexão tão íntima com o pensamento russo, foi também porque esse pensamento era ele mesmo tão amplamente focalizado nas preocupações políticas e socioculturais que ocupavam todo cidadão russo pensante; não havia qualquer incongruência na criação de personagens conscientemente absorvas em questões aparentemente tão abstratas, “filosóficas” (FRANK, 1992, p. 62.).

Na composição das personagens, Dostoiévski mantém esse traço característico levantado por Frank. O importante é que nos seus romances a diversidade ideológica assume papel preponderante, existindo conjuntamente personagens capitalistas, socialistas e niilistas. Bakhtin (2005, p. 27) destaca a importante contribuição de Dostoiévski para o romance social ao criar o recurso polifônico, em que “o romancista encontrou a multiplicidade de planos e a contrariedade e foi capaz de percebê-los não no espírito, mas em um universo social objetivo”.

A própria época tornou possível o romance polifônico. Dostoiévski foi *subjetivamente* um partícipe dessa contraditória multiplicidade de planos do seu tempo, mudou de estância, passou de uma a outra e neste sentido os planos que existiam na vida social objetiva eram para ele etapas da sua trajetória vital e sua formação espiritual. Essa experiência individual era profunda, mas Dostoiévski não lhe atribuiu expressão monológica imediata em sua obra. Essa experiência apenas ajudou a entender com mais profundidade as amplas contradições que existem extensivamente entre os homens e não entre as ideias numa consciência (BAKHTIN, 2005, p. 27).

Ainda de acordo com Frank (1992), o que garantiu a forte consideração dostoiévskiana ao caráter social foi, inicialmente, sua simpatia com o segmento eslavófilo, compreendendo a *obschina* como modelo sociocultural harmônico, e, mais tarde, seu contato com a *intelligentsia* e os modelos ideológicos da filosofia alemã (principalmente Feuerbach e Stirner), que para ele discutiam o destronamento do homem-Deus.

E, embora estivesse inteiramente familiarizado com Feuerbach e Stirner, cujas ideias tinham encontrado entre os pietrachévski, Dostoiévski estava principalmente preocupado em expor os efeitos de tais ideias como as via aparecerem nas várias ideologias da *intelligentsia* radical (FRANK, 1992, p. 75 e 76).

A importância da *intelligentsia* para a literatura dostoiévskiana não se limita ao contato com a filosofia radical alemã, mas proporciona a diferenciação da literatura russa da europeia. Segundo

Hauser (2003), o romance russo é muito mais estritamente tendencioso do que o romance da Europa Ocidental.

Os problemas sociais não só ocupam muito mais espaço e uma posição mais central, como mantêm seu predomínio por mais tempo e de maneira mais incontroversa do que na literatura ocidental.

[...]

O romance ocidental termina com a descrição do indivíduo alienado da sociedade e desabando sob o peso de sua solidão; o romance russo descreve, do começo ao fim, a luta contra os demônios que induzem o indivíduo a revoltar-se contra o mundo e a comunidade de seus semelhantes. Essa diferença explícita não só a natureza problemática de personagens como Raskólnikov e Ivan Karamazov, de Dostoiévski, ou Pierre Bezukhov e Levin, de Tolstoi, não só o evangelho de fé e amor dos escritores, mas também o messianismo de toda a literatura russa (HAUSER, 2003, p. 870).

Essa condição explicitada por Hauser, na qual as personagens russas se revoltam contra o mundo em destino ao niilismo, está muito presente em Raskólnikov. Esta personagem busca, através da cometida do crime, uma ação arrebatadora das suas tensões e angústias. A dimensão das consequências dessa ação criminosa sobrecarrega seu inconsciente, envolvendo-o em uma trama dialética, entre o impulso da ação individual e as consequências trazidas pelo castigo, que se apresenta de forma muito mais psicológica e moral do que física. Desse modo, na literatura, Raskólnikov é o pioneiro causador da revolta política individual niilista.

### **Considerações finais**

Os romances sociais de Dostoiévski discutem a transição do homem medíocre para o homem extraordinário, e que na sua base teórico-prática se fundamenta por uma ação política, visto que, posteriormente, segundo destaca Woodcock (2007), no final do século XIX as condições insuportáveis de exploração da Rússia czarista acarretariam a origem do movimento niilista ativo – que, segundo Nietzsche (2011), é o niilismo da ação e transformação – que se organiza como a variante mais radical do anarquismo terrorista, tendo como base eliminar o estado expropriativo daquela Rússia desigual.

Dostoiévski captou e reproduziu os primórdios do movimento terrorista russo na personagem Raskólnikov, de *Crime a Castigo*, incrementando-lhe características psicológicas e éticas. O ponto de partida mais radical para a guinada do que posteriormente seria um dos

movimentos políticos mais insurgentes da Rússia foi a constatação do não comprometimento com a crença e com a moral deístas, o que resultou em *Os Irmãos Karamazov*, que exerceu influência numa geração de filosofias que abordassem o crime, a crise da sociedade ocidental, a morte de Deus e a proposta de um homem superado.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os demônios**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- \_\_\_\_\_. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Ed. 34, 2008. v. 2.
- FRANK, Joseph. A confluência da Literatura com a Filosofia. **IHU Online**, São Leopoldo, n.195. p. 5 –10, 11 set. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pelo prisma russo**. Ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo: EdUSP, 1992.
- HAUSER, Arnold. **História Social da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MASON, James. **Mestres da Literatura Russa**. Aspectos de suas vidas e obras. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- NIETCHÁYEV, Sergey. O catecismo revolucionário. **VERVE**, São Paulo, n. 11, p. 78 – 94, abr. 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Parricídio, niilismo e destruição da tradição. **IHU Online**, São Leopoldo, n. 195. p. 16-23, 11 set. 2006.
- SOUZA, Leonardo Cruz de. A epilepsia e a literatura Dostoiévskiana. **IHU Online**, São Leopoldo, n. 195. p. 30-38, 11 set. 2006.
- STIRNER, Max. **O único e a sua propriedade**. Lisboa: Antígona, 2004.
- TURGUENIEV, Ivan. **Pais e filhos**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- WELLEK, René.; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura**. Lisboa: Europa-América, [20--?].
- WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2007. v. 1.

## LITERATURA E HISTÓRIA EM “A NOITE EM QUE PRENDERAM O PAI NATAL”

Lucas Esperança da Costa\*

**Resumo:** O objetivo deste texto é analisar como a história recente de Angola se faz presente no conto “A noite em que prenderam o Pai Natal” (1999), de José Eduardo Agualusa, num momento em que a literatura nacional é utilizada também como instrumento na formação de uma consciência crítica nacional e como meio de realizar um revisionismo histórico pela perspectiva dos colonizados.

**Palavras-chave:** Metaficção. Angola. Pós-independência.

## LITERATURE AND HISTORY IN “A NOITE EM QUE PRENDERAM O PAI NATAL”

**Abstract:** the objective of this text is to examine the recent history of Angola is present in the tale *A noite em que prenderam o Pai Natal* (1999), of José Eduardo Agualusa, at a time when the national literature is used also as a tool in the formation of a critical conscience and as a means of national conduct a historical revisionism from the perspective of the colonized.

**Keywords:** Metafiction. Angola. Post-independence.

### Introdução

Os momentos de independência e pós-colonial, nos quais essas histórias imperiais continuam a ser vivamente retrabalhadas, são necessariamente, portanto, momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação.

(Pensando a diáspora , Stuart Hall)

O processo de resistência que se iniciou com força e (des)organização contra a política colonial portuguesa sobre seus territórios além-mar no final da década de 1950 resultou em um processo desastroso de transição e desocupação dos territórios na África. Quarenta anos passados desde a independência política em 1975, as histórias do período colonial, dos movimentos de resistência e os reflexos desses acontecimentos ainda surgem na literatura desses países, bem como marcas e cicatrizes permanecem no corpo e na memória de muitos indivíduos.

É necessário ressaltar que o fim do período colonial não retrata a morte definitiva do colonialismo, e tampouco enterra todos os traços deixados durante os anos de ocupação. O fim do

---

\* Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

regime colonial revela a nacionalização das heranças deixadas por essa ocupação e, ainda, problematiza a relação entre colonizador e colonizado, bem como faz notar os ecos do passado que continuam reverberando nesses territórios. Além dessas problematizações decorrentes do processo de colonização e descolonização, surge a necessidade da revisão do processo histórico, do passado, nesses países agora independentes. Os povos contam a história com suas próprias vozes, o que era realizado, até então, através das vozes do colonizador.

Desse modo, o período pós-independência marca a revisão, a releitura e a reescrita do passado histórico, tendo como principal objetivo estabelecer os pilares da identidade desses países, pensando histórica e criticamente esse contexto. Ao construir essa identidade, perpassa-se pela memória como forma de revisão e resgate das vozes daqueles que foram impedidos de falar até então, ou que tiveram suas vozes traduzidas pela voz do outro.

Além disso, conta-se com o auxílio da literatura como um instrumento nesse processo de reconstrução do passado histórico e na formação da identidade da nação. Linda Hutcheon, em *Poética do pós-modernismo*, destaca que “ficção e história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado” (1991, p. 121). Sendo ambas constructos discursivos, convencionadas e intertextuais, nota-se que estão sujeitas a processos interpretativos e seletivos; logo toda percepção do passado, histórica ou ficcional, possui implicações ideológicas, descartando a ideia de neutralidade nos fatos e no modo em que é recontado. Ainda observa-se que a literatura vai além de confirmar um consenso – ela “produz também a dissensão, o novo, a ruptura”, como afirma Antonie Compagnon (2010, p. 36) sobre a função da literatura em *O demônio da teoria*.

Partindo dessas observações iniciais, este estudo discutirá a relação entre o recontar histórico e o uso da metaficção historiográfica como forma de construção do passado, como meio de questionar e rever o passado oficializado e como esse recontar está presente no conto *A noite em que prenderam o Pai Natal*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa em seu livro de contos *Fronteiras Perdidas: contos para viajar* (1999).

## **O sentido e o valor da História**

Sentindo a necessidade de revisitar e reler o passado, as literaturas de diversas partes do globo seguem os caminhos trilhados desde o final do século XX. Essa compulsão pelas memórias

individuais e/ou coletivas visa compreender os anos de silenciamento em que essas pessoas ou grupos foram vitimados, e, na maioria das vezes, não constam na história oficial. É o caso das ditaduras e das Comissões da Verdade Latino-Americanas, dos Palestinos, da situação dos africanos e afrodescendentes nas Américas, da trajetória dos retornados às metrópoles ao fim do período colonial e das condições coloniais e pós-coloniais na África. Em suas *Teses sobre o conceito de história*, Walter Benjamin (1994, p. 224) afirma que:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso.

Benjamin rejeita a concepção de história como representação do passado “como de fato ele foi”. Essa visão de registrar os fatos como “realmente” aconteceram “confirma a visão dos vencedores, dos reis, dos papas, dos imperadores” (LÖWY, 2012, p.65), como ressalta Michael Löwy acerca da visão positivista da história. Löwy chama atenção para o surgimento de uma imagem inautêntica do passado visto que as classes oprimidas não são contempladas nesses registros.

As releituras do passado, o olhar revisionista da história, tem despertado o interesse pelos vencidos, estimulando uma perspectiva crítica da história oficial. Contudo, Löwy (2012, p.66) adverte para o duplo perigo de “transformar tanto a história do passado [...] quanto o sujeito histórico atual [...] em instrumentos nas mãos das classes dominantes”. Ao estabelecer essas releituras, essa relação dialética entre presente e passado, na maioria das vezes estamos escrevendo/lendo a história no “sentido contrário”, como diria Benjamin, uma vez que possibilitamos que os vencidos e excluídos sejam ouvidos. Sendo assim, Löwy (2012, p.61) afirma tratar-se de um “processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente”.

Em sua nona tese, Benjamin recorre ao *Angelus Novus*, quadro de Paul Klee, como representação do anjo da história que enfrenta a tempestade do progresso, sobre os escombros as ruínas do passado e com as asas estiradas para frente. O anjo é levado irresistivelmente ao futuro, porém mantém seu olhar preso ao passado, enquanto esses escombros se amontoam diante dele.

Dentre as múltiplas leituras que se depreende do quadro de Klee, podemos ver o anjo como a representação de escritores, especialmente os africanos pós-independência, que estão sobre as

ruínas do processo colonial, sendo levados ao futuro pelos novos ventos da história, porém com o olhar preso ao passado – não com saudosismo, mas um olhar crítico e questionador de todo o processo histórico vivenciado.

Em *Poéticas do pós-modernismo*, Linda Hutcheon (1991, p. 121) afirma que “parece haver um novo pensar historicamente, e hoje pensar historicamente é pensar crítica e contextualmente”. A Literatura, bem como as outras formas de expressão artística, tem, cada vez mais, se dedicado a essa releitura crítica. Contudo, o escritor possui liberdade para manusear e manipular a base histórica. Hayden White, em *Trópicos do Discurso*, afirma que essa liberdade é uma das características da literatura contemporânea que entrelaçam fatos históricos com personagens fictícias, manipulando e alterando os rumos da história oficial, além de desconstruir essas personagens. Hutcheon ressalta que essa manipulação do referente histórico é o principal meio para conscientização do leitor sobre sua natureza. White (1994, p.43), por sua vez, reforça que é um traço dessa literatura “a sua convicção subjacente de que a consciência histórica será obliterada se o escritor tiver que examinar com a devida seriedade aquelas camadas da experiência humana cuja descoberta é o propósito peculiar da arte moderna.”

Apesar de o artista possuir essa liberdade criadora, ele, enquanto homem, está preso ao senso da história, ou seja, à memória, também fonte de consciência. White trabalha com o pensamento de Nietzsche sobre os usos e abusos da história que demonstram que vivemos à parte num mundo cujos grandes feitos já haviam sido feitos. Todavia, Nietzsche adverte que a história não deve se tornar um culto insensato baseado na memória. White reforça a ideia de que a história é aquilo que o indivíduo se lembra e deseja lembrar, ressaltando o pensamento de Sartre que rejeita que o ato de lembrar como um fenômeno do inconsciente. Ele enfatiza ainda que o lembrar é um processo ativo e consciente, e, logo, escolhemos o nosso passado da mesma forma que escolhemos o nosso futuro. Por isso, a ficção tem buscado se libertar do senso histórico para que o homem possa enfrentar o presente; sendo assim, Hayden White afirma que “a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna” (1994, p.63).

Porém, como interpretar a história? Como usar a história como artefato literário? Começamos ressaltando que tanto a História como a Literatura são constructos discursivos, mediados pela linguagem, cujo sentido e cuja forma não estão nos acontecimentos, mas nos mecanismos que transformam esses acontecimentos passados em fatos históricos presentes.

Hutcheon esclarece que o que relaciona história, teoria e arte é a mesma preocupação que elas têm de como narrar o tempo e do status das informações de que dispomos sobre o passado. White e Hutcheon concordam que toda representação do passado tem implicações ideológicas, até do próprio ato de escrever. Desse modo, White (1994, p.65) afirma que a narrativa histórica é:

uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congêrie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa.

É importante ressaltar que a narrativa histórica é uma interpretação dos fatos a serem contados, e com isso percebe-se que existe uma seletividade durante a construção do discurso histórico, sendo marcado mais pelo que nós não narramos em nossas representações que pelo que incluímos. No entanto, narrar esse tempo passado não implica um sentimento nostálgico. Hutcheon destaca que o passado sempre está sendo retrabalhado criticamente em relação ao presente, ressaltando, ainda, que a releitura histórica problematiza e questiona a noção que possuímos de conhecimento histórico.

Sendo a narrativa histórica um processo interpretativo, ela não reproduz os fatos como eles aconteceram, mas “ela nos leva a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valências emocionais diferentes” (WHITE, 1994, p. 108). A narrativa histórica representa uma estrutura simbólica que nós queremos reproduzir. Para White a narrativa histórica “não *imagina* as coisas que indica: ela *traz à mente* imagens das coisas que indica, tal como o faz a metáfora” (1991, p. 108, grifos do autor). Sendo assim, Hutcheon demonstra a relação de proximidade existente entre a história e a ficção. Para a crítica, ambas “sempre foram conhecidas como gêneros permeáveis”, possuindo “elásticas fronteiras”, e assim nota-se que não é surpresa que não tenha havido preocupações e influência recíproca entre os dois gêneros.

Essa perspectiva de releitura do passado, do caráter inelutável da história como processo interpretativo e de imposição de significado à história, conduz a pensar sobre a noção de metaficção historiográfica, proposta por Hutcheon como narrativa que se apropria de personagens e/ou acontecimentos históricos sob a ótica da problematização dos fatos vistos como “verdadeiros”. A metaficção historiográfica traz à tona a relação problemática entre “a redação da história e narrativização, e, portanto, entre a redação da história e a ficcionalização [...] do conhecimento histórico” (HUTCHEON, 1991, p. 126). Portanto, a metaficção historiográfica conduz a uma

reflexão simultânea sobre a História e a escrita, diferenciando-se do romance histórico, visto que proporciona a autorreflexão a partir do questionamento das “verdades históricas”.

Essa noção de “verdade histórica” é uma das questões enfrentadas pela metaficção historiográfica. Hutcheon sugere que reescrever ou rerepresentar o passado é impedi-lo de que se torne conclusivo, uma verdade incontestável no presente, tanto do ponto de vista da história quanto da ficção. A rerepresentação do passado não é uma reconstrução mimética dos acontecimentos, mas uma proposta de texto a qual a relação produtor/receptor se torna essencial. A escritora destaca ainda que tanto a escrita da história como a ficção partem da verossimilhança, e:

as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Outro ponto destacado por Hutcheon é como o ficcionista manipula e interpreta o fato histórico em sua narrativa em relação ao historiador. Para White, o historiador propriamente dito busca explicar através da reconstrução precisa e minuciosa dos acontecimentos, baseada em arquivos históricos, o que aconteceu no passado. Hutcheon, por sua vez, afirma que “o poeta falaria sobre o que poderia acontecer e assim poderia lidar mais com elementos universais. Livre da sucessão linear da escrita da história” (1991, p. 142). Ela enfatiza que enquanto o historiador se preocupa com o problema da verificação dos fatos, a metaficção, por outro lado, se baseia na veracidade dos fatos que são representados. Esses dois gêneros são diferentes e têm como suporte os mesmos contextos sociais, culturais e ideológicos, e também as mesmas técnicas formais, como a autora ressalta.

Hutcheon aponta processo metaficcional historiográfico como uma leitura alternativa para o passado que leva a crítica da história oficial. Ressalta que as obras metaficcionalizadas variam ao longo do tempo conforme são determinadas historicamente. Portanto, as obras de metaficção historiográfica abrem caminhos para a existência de “verdades”, no plural, jamais uma verdade apenas a ser contada pela história. Através dessas histórias alternativas, as obras metaficcionalizadas desmarginalizam tanto os temas quanto as formas no campo literário. Além disso, adota a pluralidade e o reconhecimento das diferenças como princípios, reduzindo a noção de universalidade, de generalização de tipos sociais e aspectos culturais que os romances históricos

apresentavam. Ademais, é através do processo intertextual entre o metaficcional e o historiográfico que se acrescentam informações sobre o contexto histórico-cultural.

A incorporação literariamente do passado a partir de processos intertextuais visa reduzir as distâncias entre o passado e o presente para o leitor e, ainda, proporcionar a inserção do passado em um novo contexto ao reescrevê-lo. De acordo com Hutcheon, a utilização dessa técnica “não é a tentativa de esvaziar ou de evitar a história” (1991, p.157), mas uma forma de confrontação do próprio passado da literatura, que também é uma forma de produção de arquivos históricos.

Incorpora-se também à escrita metaficcional a paródia como recurso para textualizar o passado. O autor, ao se abrir para a história, não deve fazê-lo de forma inocente; os autores se propõem a uma “paródia seriamente irônica” afirma Hutcheon. Dessa forma ela explica que “a incorporação textual desses passados intertextuais como elemento estrutural constitutivo da ficção [...] funciona como uma marcação formal da historicidade – tanto literária como ‘mundana’” (HUTCHEON, 1991, p. 163).

Além disso, a representação da história através da paródia intertextual na metaficção historiográfica marca um passado que só pode ser conhecido a partir de seus textos, de seus vestígios – sejam literários ou históricos.

A utilização tanto da paródia quanto da ironia como formas de incorporação e de subversão do passado nas obras marcam o vínculo com esse passado, textualmente ou a partir de sua interpretação dos signos, contestando qualquer ideia ingênua de simples representação, não desvinculando a arte do mundo. Hutcheon enfatiza que a “paródia não é a destruição do passado; na verdade, parodiar é sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo” (1991, p.165).

Umberto Eco afirma que o leitor é um ingrediente tão fundamental no momento de contar uma história quanto para a própria história. Dessa maneira, o leitor exerce importante papel durante o processo interpretativo de obras metaficcionais, cujos vestígios históricos devem ser reconhecidos, bem como deve-se notar o tratamento dado a esses vestígios por intermédio da ironia e/ou da paródia. Ele também deve reconhecer que o texto metaficcional é um produto discursivo sujeito a valores e limitações. Não há como obter uma visão totalizadora do passado, no entanto, “só podemos ‘conhecer’ (em oposição a ‘vivenciar’) o mundo por meio de nossas narrativas (passadas e presentes) a seu respeito” (HUTCHEON, 1991, p. 168).

O passado só chega a nosso alcance através da textualização desses vestígios históricos, e portanto tornam-se “verdades discutíveis”. Entretanto, não se nega o valor histórico de sua

produção. Dessa maneira, a metaficção historiográfica se apresenta como um desafio na redação da ficção e da história, destacando a inevitável e inseparável representação de suas textualidades em ambas as formas, redefinindo-se os valores históricos que carregam em si. Hutcheon ressalta ainda que tanto a ficção quanto a história “fazem parte dos sistemas de significação de nossa cultura, e aí está seu sentido e o seu valor” (1991, p.182).

### **“A noite em que prenderam o pai natal”.**

Décimo sexto conto da coletânea *Fronteiras Perdidas* (1999), do escritor angolano José Eduardo Agualusa, “*A noite em que prenderam o Pai Natal*” representa bem uma das características do autor de mesclar a história recente do país com a produção literária. Seu texto busca recuperar o passado, fixando-o através da escrita à memória do país. Como afirma em entrevista ao programa brasileiro *Roda Viva*, sua intenção é perturbar, incomodar, criar o debate sobre o passado na sociedade de Angola, não apenas divertir. Agualusa justifica, em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, em 2006, sobre a utilização da história na construção de suas obras, que “Angola é um país de pouca memória. Tudo se esquece rapidamente. [...] Por isso mesmo me parece tão importante trabalhar a História de um ponto de vista literário” (KASSAB, 2006, p. 8). Entretanto, essa história traz consigo pitada de fantasia, cuja função é apresentar o absurdo na sociedade e como este é tratado como natural.

Agualusa não está vinculado a nenhum projeto político de reconstrução do país, mas também não se esquiva da responsabilidade que seu trabalho desempenha. Segundo ele, “é importante que o escritor saiba dar voz aos que não têm meios de se fazerem ouvir” (KASSAB, 2006, p. 8). Acredita que a ficção tem um papel transformador da sociedade. Ele afirma que sua escrita é uma tentativa de compreensão do mundo, ou pelo menos uma autocompreensão. Para tal, se utiliza de uma linguagem simples, em textos concisos e limpos, frutos de uma paixão pela palavra e de sua experiência como jornalista.

No conto, o narrador apresenta Pascoal, um negro albino que testemunha a recente história de Angola, vê o seu país ser destruído e os primeiros movimentos de reconstrução do país. Ele é apresentado com um ser desleixado e miserável, com uma imensa barba branca que fora o motivo de arranjar um emprego. Vivia como um andarilho pelas ruas de Angola e sobrevivia com os poucos alimentos que o General lhe dava, e à noite dormia na cervejaria sobre a mesa de bilhar e sonhava com a piscina.

A piscina é o grande símbolo do auge do período colonial. Pascoal era o zelador do clube, e trabalhara por quarenta anos cuidando desse clube. Naquela época, não era visto como o miserável que o narrador apresenta num primeiro momento. Devido ao seu contato com a Missão, o albino “sabia ler, contar, e ainda todas as devoções [...], sem falar na honestidade, higiene, amor ao trabalho” (AGUALUSA, 2002, p. 107). Ele tinha a afeição dos brancos que o tratavam com grande deferência, confiando-lhe as crianças pequenas e, até mesmo, confidências. O clube era a sua casa, o seu lar. Possuía um quartinho próximo aos vestiários masculinos que, às vezes, emprestava para os brancos para suas indiscrições.

Apesar de todo esse “quer bem”, não ficava livre de piadas sobre a sua origem. “Pascoal, o único preto em Angola que tem casa com piscina” e sua cor “Pascoal, o preto mais branco de África”, como demonstra o narrador. As piadas ainda revelam que a harmonia racial que se apregoava como política colonial portuguesa não passava de um discurso vazio e que na prática marcava a segregação entre pretos e brancos.

Contavam piadas sobre albinos:

– Conhecer aquela do soba, no Dia da Raça, que foi convidado para discursar? O gajo subiu ao palanque, afinou a voz e começou: «Aqui em Angola somos todos portugueses, brancos, pretos, mulatos e albinos, todos portugueses» (AGUALUSA, 2002, p.108).

Entretanto, para os pretos, Pascoal era visto como um traidor de sua gente, uma vez que servia com apreço ao colonizador e cuidava com esmero do clube. Atacava qualquer um que ousasse a macular aquele espaço. “As mulheres muxoxavam, cuspiam quando ele passava, ou pior do que isso, fingiam nem sequer o ver” (AGUALUSA, 2002, p. 108). Essas atitudes demonstravam desprezo que alimentavam por ele. O ato de cuspir em/para alguém representa um insulto violento contra a pessoa, sendo merecedora dos maiores castigos.

Além de sua subserviência aos brancos que incomodava aos pretos, sua condição fenotípica também era um forte fator de segregação para a personagem. Agualusa insere uma personagem que não é branca, nem negra ou mestiça: Pascoal é albino<sup>4</sup>. Em um país, onde o caráter fenotípico da cor

---

<sup>4</sup> O albinismo consiste num conjunto de anomalias genéticas que afeta o processo de produção de melanina, substância responsável pela pigmentação da pele, dos pelos, cabelos e olhos. Essa irregularidade na síntese da melanina leva a hipopigmentação.

da pele situa o indivíduo em determinado extrato social, a ausência de cor evidencia o seu não pertencimento, o seu deslocamento nessa sociedade.

A vida segura que Pascoal tinha como zelador do clube acabara com a fuga dos portugueses durante o processo de descolonização e transição política. Apesar da não presença dos portugueses, o albino ainda cuidava do clube e, em especial, da piscina, pois ele estava ligado afetivamente àquele lugar.

O clube e a piscina alegorizam a visão dos portugueses em relação a Angola como um grande “jardim à beira mar plantado” (BRAGA, 2009, p. 26-27). Com a intensificação dos movimentos independentistas pela tomada do controle do país e a evasão cada vez mais intensa dos portugueses, esse jardim murcha, retratando a situação logística caótica que o país enfrenta va como a falta de alimentos e até mesmo de água. A vida em Angola se torna amarga como a bile que ao oxidar-se, esverdeia, se tornando ainda mais amarga. Essa mordaz situação é alegorizada através da imagem da piscina, segundo o narrador: “A piscina murchou. Ficou amarela, de um amarelo baço, ficou ainda mais baça e, subitamente, encheu-se de rãs” (AGUALUSA, 2002, p. 109). Pascoal tentou resistir às mudanças históricas, mas logo se viu impotente diante das transformações que seu país estava enfrentando.

O narrador afirma que descia sobre a cidade um cansaço, e esta, gradativamente, morria. Esse cansaço e a morte da cidade marcam o fracasso do projeto moderno de civilização apregoado pelos ideais políticos-culturais europeus. Em o *Mal-estar na Modernidade*, Sérgio Paulo Rouanet recupera o ideal tradicional de civilização iluminista e afirma que “um povo é mais civilizado que outro quando dispõe de uma técnica mais avançada ou se orienta por padrões mais refinados de comportamento” (2001, p.43). Desse modo, o narrador ironiza o fim desse projeto civilizatório quando “África”, enquanto “barbárie”, e resolve se apoderar do que fora seu um dia, conforme o excerto:

Uma espécie de cansaço desceu por sobre as casas e a cidade começou a morrer. África – vamos chamar-lhe assim – voltou a apoderar-se do que fora seu. Abriram-se cacimbas nos quintais. Acenderam-se fogueiras nos jardins. O capim rompeu o asfalto, invadiu os passeios, os muros, os pátios. Mulheres pilhavam milho nos salões. Os frigoríficos passaram a servir para guardar sapatos. Pianos deram excelentes coelheiras. Gerações de cabras cresceram a comer bibliotecas, cabras eruditas, especializadas em literatura francesa, umas, outras em finanças ou arquitetura (AGUALUSA, 2002, p. 109).

A partir dessa visão irônica do fim do projeto colonizador europeu, a narrativa segue uma sequência cronológica dos acontecimentos históricos. Da luta pelo poder entre os grupos militares nacionais, “cujos membros adormeceram [...] como famigerados executores de carnificinas e acordaram [...] como membros de partidos políticos” (BRAGA, 2009, p. 27) em uma campanha violenta pelo controle político e contra a população civil; passando pela chegada da missão de paz da ONU (Organização das Nações Unidas) com a sua “tropa de brancos muito estrangeiros, todos com chapeuzinhos azuis” (AGUALUSA, 2002, p. 110); até o início da reestruturação política e econômica do país, quando a ordem começa a ser reestabelecida.

Nesse ínterim, Pascoal foi violentado devido seu aspecto fenotípico por forças militares, que afirmavam que ele “deve pensar que é branco, vejam só, um branco de imitação” (AGUALUSA, 2002, p. 109). Ao se acentuar a guerra, a piscina, bem como boa parte da cidade, foi destruída, e o albino passou a vagar por entre as ruínas do que fora sua cidade, sendo resgatado por membros das forças da ONU, que, ao se depararem com a situação de Luanda, exclamavam que “foi um urbicídio isto, um urbicídio” (AGUALUSA, 2002, p. 110).

A palavra urbicídio que tanto chama atenção de Pascoal, que a repete mesmo sem compreender o significado, recupera a ideia dos anos de 1980, postulada por Marshal Berman ao se referir ao processo de degradação física e social do Bronx. Depois o termo seria empregado para descrever a destruição deliberada de Sarajevo durante a guerra dos Balcãs, em 1992. Atualmente, o termo é empregado sob a perspectiva da morte da cidade mediante ao lento processo de deteriorização de caráter político-social ou por atos bélicos ou de terrorismo. Sendo assim, a narrativa destaca a destruição de Luanda durante a guerra civil que durou mais de vinte anos.

Com o cessar fogo entre os partidos políticos, a ordem pública é reestabelecida e observa-se o surgimento de um novo país, onde a figura do estrangeiro não é vista como uma ameaça pública, mas um elemento importante no processo de reconstrução do país. A figura do “indiano do novo supermercado, na Mutamba” (AGUALUSA, 2002, p. 110) reforça que o ideal de igualdade social, proposto logo no fim do colonialismo, com a adoção de uma política de cunho socialista, é suplantado por práticas capitalistas, tendo as riquezas e o poder nas mãos de um pequeno segmento da sociedade, permanecendo uma sociedade desigual que não oferece as mesmas oportunidades aos cidadãos.

Pascoal, que até então fora violentado pela sua aparência física, passa a ser valorizado por sua pele rosada e longa barba, diante das práticas capitalistas resgatadas pelo indiano dono do mercado que o aborda em um dia de dezembro:

– Precisamos de um Pai Natal – disse-lhe –, contigo poupávamos na barba e, além disso, como tens um tipo nórdico, ficava a coisa mais autêntica. Estamos a dar três milhões por dia. Serve?

A função dele era ficar em frente ao supermercado vestido com um pijama vermelho, e de barrete na cabeça. Como estava magrinho, foi necessário amarrarem-lhe duas almofadas na barriga. Pascoal sofria com o calor, suave o dia inteiro debaixo do sol, mas pela primeira vez ao fim de muitos anos sentia-se feliz (AGUALUSA, 2002, p. 111).

O ofício de cambulador apresenta uma crítica à política social do governo e à ajuda humanitária no auxílio da população mais necessitada. As prendas distribuídas às criancinhas eram “preservativos doados por uma organização não governamental sueca ao Ministério da Saúde” (AGUALUSA, 2002, p. 111). A não observação às reais necessidades da população a ser atendida pelos órgãos internacionais, o desvio desses recursos e o desconhecimento da finalidade do uso do preservativo é ironizado a partir da fala do menino e das instruções que são dadas ao albino pelo empregador:

Um, pequenino, fraquinho, segurou-lhe as calças:

– Paizinho Natal – implorou –, me dá um balão.

Pascoal tinha instruções severas para só oferecer preservativos às crianças acompanhadas, e mesmo assim dependia do aspecto da companhia. O contrato era claro: meninos de rua deviam ser enxotados (AGUALUSA, 2002, p. 111).

Enquanto Pascoal estava vestido de Pai Natal, ele despertava olhares complacentes daqueles que o encontravam.

As crianças corriam para ele de braços abertos. As mulheres riam-se, cúmplices, piscavam-lhes o olho (nunca nenhuma mulher lhe tinha sorriso); os homens cumprimentavam-no com deferência (AGUALUSA, 2002, p.111).

Todavia, ele, enquanto “bom velhinho”, devia expulsar todas as crianças de rua que importunassem a entrada do supermercado. No entanto, ao permanecer fantasiado durante o final de semana causou desconforto àqueles que frequentavam a cervejaria. Contudo o dono do bar o serviu como de costume em silêncio.

Nessa noite em que permanecera sob o seu disfarce de Pai Natal, o albino não sonhara com a piscina, mas recebera a visita de uma senhora em seu sonho. Há, nesse momento, na narrativa uma quebra do tempo histórico para um tempo onírico e fantástico. Nesse sonho, essa senhora de “vestido comprido com pedrinhas brilhantes e uma coroa dourada na cabeça” (AGUALUSA, 2002, p. 112) lembra a Pascoal qual era a sua verdadeira função enquanto Pai Natal:

– Tu és o Pai Natal – disse-lhe a senhora. – Mandei-te aqui para ajudar os meninos despardalados. Vai à loja, guarda os brinquedos no saco e distribui-os pelas crianças.

O velho acordou estremunhado. Na noite densa, em redor da mesa de bilhar, flutuava uma poeira incandescente (AGUALUSA, 2002, p. 112).

Ao acordar assustado, Pascoal está envolto em por uma névoa brilhante, ressaltando o carácter fantástico daqueles acontecimentos. Sem conseguir dormir, o albino sai à rua para cumprir as ordens que aquela senhora lhe dera em seu sonho. Não demorara muito e Pascoal estava com um saco cheio de “Barbies [...] com seu sorriso entendido [...], monstros mecânicos, pistolas de plástico e carrinhos elétricos” (AGUALUSA, 2002, p.112). Novamente, em meios às acácias, Pascoal viu a imagem de sua senhora.

Essa aura mágica que envolve a narrativa é quebrada com a chegada da polícia que interpela o albino sobre o conteúdo do saco que carregava. Mesmo contra a sua vontade, “Pascoal sentiu que a sua boca se abria [...] e ouvi-se a dizer: – São rosas, senhor” (AGUALUSA, 2002, p. 113). Descrente de suas palavras, o policial ordena ao Pai Natal que abra o saco. Mais uma vez é restabelecido o clima fantástico da narrativa quando ocorre um “milagre de natal”:

– São rosas? Então mostra-me lá essas rosas!

O velho hesitou um momento. Depois voltou a olhar para a acácia em flor e viu outra vez a senhora sorrindo para ele, belíssima, toda ela em festa de luz. Pegou no saco e despejou aos pés do guarda. Eram rosas, realmente – de plástico.

Mas eram rosas(AGUALUSA, 2002, p.113).

O desfecho do conto contraria a expectativa e a linearidade histórica que estava sendo traçada e passa para a fantasia, reatualizando as heranças culturais deixadas pela colonização portuguesa. A conclusão reconta o milagre da Rainha Santa Isabel de Aragão, que em uma manhã de inverno saiu do castelo para distribuir pães aos desfavorecidos. Ao ser surpreendida pelo rei que lhe questionara sobre o que carregava, ela responde: “São rosas, senhor”. Não acreditando em suas palavras, o rei ordenou-lhe que mostrasse o conteúdo do regaço do seu vestido e nele havia rosas ao

invés dos pães que ocultara. No caso da narrativa, as rosas eram de plástico, assim como os produtos que o Pai Natal distribuiria às crianças.

## Conclusão

Observa-se neste conto a utilização da história como um elemento fundamental para a construção da narrativa, como uma estratégia para que a história nacional não se perca com o tempo. Apresenta problematizações sobre a realidade de seu país, perpetuando uma característica típica dessa literatura nacional que desde os primeiros movimentos a favor da resistência e da emancipação política já incluíam a realidade histórica em suas obras. Essa estratégia defende a empatia, a projeção e a identificação do leitor com a obra literária.

No entanto, percebe-se que ela não é mostrada em sua totalidade e sim por fragmentos, uma vez que, conforme afirma Iain Chambers, citado por Stuart Hall (2006, p. 27) em *Da diáspora*, “não podemos conhecer uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem”.

Metaficcionalizar a história nas narrativas é uma das estratégias adotadas por Agualusa, que acredita que seus textos são ferramentas no processo de preservação e releitura das memórias do país, como, também, na edificação da identidade e do sentimento de pertencimento à nação. Bhabha ressalta que essas narrativas que propõe a construção cultural de nacionalidade geram “estratégias complexas de identificação cultural e interpelação discursiva que funcionam em nome ‘do povo’ e o tornam sujeito imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias” (BHABHA, 2007, p. 199, grifo do autor).

Enfim, nota-se que o conto apresenta o objetivo de ressaltar a história como um veículo para realizar uma revisão do passado. Além disso, Agualusa usa a literatura como guardião da representação da memória de uma história que não deve ser esquecida, apesar de ser dura e traumática para muitos.

## Referências

AGUALUSA, José Eduardo. **Fronteiras perdidas**: contos para viajar. 3.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BRAGA, Dulce. **O sabor de Maboque**. Campinas: Pontes, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v.1.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: História, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KASSAB, Álvaro. Aqualusa, cidadão de três continentes, reflete sobre coisas de todo o mundo. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p. 8, p.14- 20, ago. 2006.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêncio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

## DA ABSOLVIÇÃO PELO AMOR

Renato Pardal Capistrano\*

**Resumo:** Pode o amor redimir a existência? Partindo da visão clássica de amor expressa em *O banquete*, de Platão, buscamos aqui colocar em perspectiva as questões que se abrem nas estrofes finais dos cantos V e X da epopeia camoniana, trechos em que um sentimento de pessimismo parece distanciar o poeta de sua posição inicial de orgulho. Para a problematização dessa ruptura, propomos uma rápida análise de temas históricos e sociais do reino português no contexto do renascimento. Sem ser possível encerrar a questão nessa análise, sobressai a dissidência do poeta em relação ao pragmatismo material de seu tempo, confirmada na concepção mitológica da Natureza expressa em sua obra. A apreciação do episódio da “insula divina”, presente nos cantos IX e X do poema, e a ideia de “procriação no belo” e a contemplação da “grande máquina do mundo” surgem para resolver o problema. Resta ainda prever as reverberações desse destino em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. O que no renascentista pudemos perceber como uma solução que tendia para a ideologia de expansão da natureza nas formas interventoras de figuras mitológicas, em Fernando Pessoa revelou-se como a designação de um destino ainda (ou novamente) porvir.

**Palavras-chave:** Amor. Mitologia. Redenção Estética.

## ABSOLUTION BY LOVE

**Abstract:** Can love redeem existence? Starting from the classical vision of love expressed in *The Banquet*, by Plato, we seek here to put into perspective the questions that open the final stanzas of V and X cantos of Camões epic work, *Os Lusíadas*, in which a sense of pessimism appears to distance the poet from his initial pride position. For questioning this break we propose a quick analysis of historical and social issues of the Portuguese kingdom in the Renaissance context. Being impossible to close the issue in this analysis, we show the poet's dissidence against the pragmatism of his time, confirmed in his mythological conception of nature expressed in his work. The appreciation of the episode of the "insula divina", present in the cantos IX and X of the poem, and the idea of "procreation in the beautiful" and contemplation of "the great machine of the world" come to solve the issue. At last this paper tries to predict the reverberations of that mythical destination in *Mensagem*, by Fernando Pessoa. What we could see in the Renaissance as a solution that tended to the ideology of expansion of nature in the intervening forms of mythological figures in Fernando Pessoa turned out to be in the name of a new destination still (or again) to come.

**Keywords:** Love. Mythology. Aesthetic Redemption.

---

\* Doutorando em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sabemos, por antiga musa, que “todos os homens desejam procriar segundo o corpo e segundo o espírito” (PLATÃO, 1999, p.112). O relato de Platão acerca de um encontro de Sócrates com a estrangeira Diotima de Mantinea nos apresenta uma proposta de síntese para o entendimento de Eros: no despontar do desejo amoroso, há alguma coisa de divino que se alia à carnal mortalidade humana. Graças à incoercível intervenção da fatalidade do Amor, o homem é síntese: ambivalência de finito e infinito, do perdurável e do passageiro. Eros é uma força que reside na interferência do que é mortal e do que é divino. Seu estatuto coincide com um meio-termo, com algo que não participa, por exclusão ou excesso, de um polo extremo. O Amor é relação de complementaridade e, como tal, posiciona-se na busca de coisas que não são possuídas por aqueles que as desejam. Trata-se de um trabalho específico em virtude do Belo, que a visão clássica conhece como o absoluto, o cheio, o completo. Obrigada está a natureza mortal a procurar, na medida de suas forças, eternizar-se pelo alcance disto. Mas amar, diz a Sócrates a estrangeira de Mantinea, não se confunde com a posse do Belo, trata-se antes do desejo de procriação no Belo. Coisa imortal num ser mortal, o Amor não é desejo de encerramento do Belo, mas de procriação ablativa nesta ideia.

Mas muitas são as almas e vários são os peitos, e, assim, diversas são as vias que à imortalidade levam (ou desviam) os corações humanos. Alguns a procuram na faina de alcançar louvor por perigos e fadigas vencidos, alguns a procuram na defesa da família e no legado da linhagem, e outros, mais raros, se apegam em cuidar do Eterno pelo pensamento e pela poesia. Guerreiros, amantes, poetas, legisladores: todos se enredam em laços de Amor.

Segundo Diotima, se a uns compete amor mais belo e elevado, é que estão contribuindo com “o liame que une o todo a si mesmo” (PLATÃO, 1999, p. 108) de maneira a privilegiar “a parte mais importante e bela da sabedoria, [...] aquela que diz respeito à organização dos Estados e da vida doméstica, e que denominamos justiça e economia” (PLATÃO, 1999, p. 114). As obras desse amor, isto é, seus filhos, são poemas, leis, costumes: produtos do espírito que difundem a virtude e se encontram no mais elevado patamar da hierarquia dos amores.

O amor do pensamento precisa de defesa, depende de sujeitos que cuidem da memória e tratem doutamente de sua fugacidade. Como explica Diotima: “O esquecimento nada mais é do que a fuga de um conhecimento, e a reflexão, pondo uma nova recordação no lugar da que se foi, salva o conhecimento, dando a impressão de que ele permanece sempre o mesmo” (PLATÃO, 1999, p. 113).

Em sua força de esvaecimento, o olvido tem a capacidade de apagar nossos pensamentos, como que os tornando mortais. A memória, por sua vez, é um trabalho que nos garante a impressão de imortalidade aos pensamentos, já que por meio dela, tornamos presentes ideias que se julgavam ausentes da vida. Memória é trabalho para o mais alto amor.

A escala dos amores obedece a uma gradação que parte, em seu aprendizado, da beleza particular dos corpos físicos para a beleza das ideias abstratas, até se erguer a uma contemplação da Beleza em si, idêntica a si mesma e eterna, sendo preferencialmente preciso, aos interessados em conhecer os mistérios de Eros, uma iniciação mediada por um guia já experimentado.

O que dissemos parece associar-se, no teor dos valores que veicula, com as críticas que encontramos pelas estrofes finais dos Cantos V e X de *Os Lusíadas*, respectivamente,

Em fim, não houve forte capitão  
Que não fosse também douto e ciente  
Da lácia, grega ou bárbara nação,  
Senão da portuguesa tão somente  
Sem vergonha o não digo: que a razão  
D'algum não ser por versos excelente  
É não se ver prezado o verso e rima  
Porque quem não sabe a arte não na estima (LUS., V, XCVII, I-VIII).

Por isso, e não por falta de natura,  
Não há também Virgílios nem Homeros;  
Nem haverá, se este costume dura,  
Pios Enéas nem Aquiles feros (LUS., V, XCVIII, I-IV).

e

No mais, Musa, no mais, que a lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
E não do canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho  
Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cubiça e na rudeza  
Dua austera, apagada e vil tristeza (LUS., X, CXLV, V-VIII).

Que sentimento pessimista será esse a mover o poeta para uma curva de afastamento de sua proposição inicial? Encontraremos explicação se buscarmos alguma correlação entre sua postura e a situação histórica de seu país? O que o renascimento português, em plena explosão de descobertas marítimas, pode atestar de significativo a esta dúvida?

Joaquim Barradas de Carvalho, no conciso ensaio *O renascimento português (em busca de sua especificidade)*, partindo de uma seleta de obras representativas do que se conhece como “literatura portuguesa de viagens”, dos séculos XV e XVI e “literatura científica e técnica” que

àquela se associa, intenta uma definição conceitual para o tema que marca o despontar histórico da expansão imperial de Portugal. Para tanto, distingue dois vocábulos a fim de erradicar sua ambiguidade: trata-se dos conceitos de humanismo e renascimento. O renascimento tem seu fato essencial nos descobrimentos marítimos, enquanto o humanismo se guia por um esforço de destacar a dignidade e o valor do espírito humano, estabelecendo um nexos entre as culturas clássica e moderna (CARVALHO, 1980, p. 9). E para caracterizar a situação portuguesa, Carvalho (1980, p. 9) afirma que:

Evidentemente, o conceito de renascimento é muito mais amplo do que o conceito de humanismo. Assim haverá renascimentos mais ou menos humanistas. Haverá renascimentos nos quais o conceito de humanismo cobre quase inteiramente o conceito de renascimento. Haverá renascimentos nos quais o conceito de humanismo não cobre senão uma pequena parte, algumas vezes mesmo muito pequena, do conceito de renascimento. Ora, parece-nos que este último é indiscutivelmente o caso de Portugal (CARVALHO, 1980, p. 9).

Na trilha da preparação do movimento de expansão marítima, o autor destaca a revolução de 1383, que se insere no quadro português com a relevância de ser “a primeira revolução burguesa da história da Humanidade à escala de uma nação” (CARVALHO, 1980, p.13). A esse fato coloca como consequência direta a conquista de Ceuta, em 1415, e, esquematicamente, traça um vetor para conduzir o movimento dos grandes descobrimentos. Esse vetor está na propriedade de as expansões inscritas a partir da dinastia de Avis representarem “uma empresa da burguesia comercial e não uma façanha da nobreza cavaleiresca” (CARVALHO, 1980, p. 14).

Devemos esclarecer que o ensaio, deliberadamente, não trata da epopeia camoniana – seu objetivo principal é indicar, dentre uma amostra da literatura de viagens, os autores mais representativos para um marco histórico de referência ao peso da Idade Média e à projeção para a modernidade. É nesse sentido que os nomes de Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro<sup>1</sup> são salientados como escritores mais representativos do Renascimento português. A conclusão final de Barradas de Carvalho (1980, p. 40) não se exime, no entanto, de uma referência explícita ao autor da epopeia:

Camões, falando dele próprio em *Os Lusíadas*, define a sua vida, escrevendo: “Numa mão sempre a espada e noutra a pena”. Podemos dizer a mesma coisa

---

<sup>1</sup> Nomes que, como salienta Joaquim Barradas de Carvalho, são citados por Camões no poema (*Lus.*, I, XIV e *Lus.*, X, LXVII).

para Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro: numa mão sempre a espada e noutra a pena. A espada do cavaleiro medieval; a pena do cientista, do técnico moderno. A espada ao serviço da nobreza, a pena ao serviço da burguesia... (CARVALHO, 1980, p. 40).

Ocorre, porém, que a caracterização dessa partição entre força militar e força intelectual, respectivamente engajadas pela nobreza e por uma burguesia que “acaba de nascer, ainda indecisa, ainda sem consciência da sua existência como classe social” (CARVALHO, 1980, p. 18), não diz respeito à situação de Camões, mas sim, como é óbvio, ao movimento social mais representativo da época.

Dessa maneira, a dúvida que levantamos persiste.

Sentimo-nos mais à vontade agora para introduzir a consideração de António José Saraiva quanto ao problema da “ideologia oca” presente na epopeia camonianiana. Saraiva inicia a defesa desta proposta fornecendo subsídios históricos para a ocorrência da forma literária de uma epopeia em Portugal. Como parâmetro antitético, numa oposição de polos diametralmente opostos, coloca em seu balanço a forma romanesca inaugurada pelo Quixote, de Cervantes.<sup>2</sup> O passo seguinte de Saraiva é determinar a situação social de Portugal no momento histórico em que se dá a publicação de *Os Lusíadas*:

Trata-se de uma sociedade em que o poder e a riqueza se acham concentrados nas mãos de uma pequena oligarquia de magnates muito consideráveis, oriundos da grande nobreza, flanqueados de alguns poderosos capitalistas protegidos pelo rei; em que os dirigentes eram recrutados principalmente no seio da nobreza; em que o povo miúdo não tinha intelectuais nem dirigentes; em que os grupos produtivos se reduzem em favor de grupos parasitários, ou fossem leigos – o séquito e a criadagem do rei e dos principais senhores – ou fossem eclesiásticos (SARAIVA, 1972, p. 167).

O quadro que elabora é emoldurado por uma legenda que vaticina o pertencimento dos valores dominantes de uma sociedade, isto é, sua ideologia dominante, à classe que nela também é dominante, e, como dirá mais adiante “os homens têm necessidade de teoria quase como têm necessidade de pão” (SARAIVA, 1972, p. 176). O crítico adianta sua tese para a noção de que a

---

<sup>2</sup> Enquadrando historicamente a conquista de Ceuta em vinculação legitimadora de guerra santa, Saraiva diz que a expansão rumo ao Oriente seguiria numa continuidade de “luta contra o inimigo de Cristo”, já que o islamismo se alongava também pelo território sul da África e da Índia. Fornecia-se assim uma matéria épica peculiar a Portugal e talvez render a *Os Lusíadas* um significado ibérico avesso àquele registrado pelo Quixote.

ideologia da nobreza que está veiculada em *Os Lusíadas* afasta-se da realidade social de sua época e perde com isso sua capacidade de adaptação. Para reforçar essa proposta, aponta para a ausência de exotismo que as terras do Oriente trazem pela caracterização do poeta. O que se dá, segundo Saraiva, é uma redução das experiências passadas pela esquadra do Gama no Oriente a uma visão de mundo formalmente estreitada pelos eixos da ideologia cavaleiresca, ou mesmo feudal. A acusação de Saraiva pretende assim aproximar a estrutura ideológica de *Os Lusíadas* daquela presente no romance de Cervantes:

Da mesma forma que D. Quixote projetava na realidade que o envolvia as suas leituras romanescas, Camões, entre a costa oriental da África e a costa chinesa, até Macau, região que frequentou durante quinze anos, parece não ter visto senão o que tinha aprendido na escola, na corte e nos seus clássicos (SARAIVA, 1972, p. 169).

A questão central que o autor da *História da Literatura Portuguesa* quer atingir é o relacionamento da ideologia presente em *Os Lusíadas* e a manutenção de um regime de poder que, a seu ver, já está desgastado, mas que não encontra rival pela ausência de setores sociais que possam se organizar e laçar em torno de si uma proposta ideológica distinta. Trata-se de um problema oriundo da crítica literária sociológica, que busca entender nos versos da epopeia uma função social realizada, conscientemente ou não pelo autor. O problema da “ideologia oca” se delinea no questionamento da medida em que os valores publicados em *Os Lusíadas* relacionam-se com a vida prática e a crença geral da sociedade portuguesa de seu tempo, ou com uma crença “fechada sobre si mesma” e sem respaldo possível na sociedade.

A conclusão de Saraiva é tão surpreendente que destrói sua própria proposição inicial e realoja a epopeia camoniana em relação ao romance de Cervantes para uma relação não mais de oposição bipolar. A aproximação executa uma conciliação do poema de Camões com os ideais de D. Quixote e tende a sobressaltar o desajuste do poeta, em sua sensibilidade renascentista, com os valores ideológicos de seu tempo: é um dissidente a partir de sua concepção mitológica da Natureza, vislumbrando um panteísmo imanentista que não traduz uma alegoria, mas uma verdade profunda e estrutural.

Diante da crítica de Saraiva, a absolvição da obra, se assim pudermos nos expressar, deve se dar no plano estético e no conflito de duas crenças: a mitologia e a ideologia cristã, pois, no plano social, o que Saraiva percebe é um vácuo em que o som da Musa não se propaga. O que traz propiciamente à memória a consideração de Vilma Areas, no ensaio *Os Lusíadas ou a navegação*

*desventurosa*, no qual, ao analisar a construção do poema, a autora põe em perspectiva duas viagens: a do objeto narrado, ou seja, aquela realizada pela esquadra de Vasco da Gama; e a do sujeito narrador, isto é, a própria feitura do poema em sua “insólita estrada”. Tomando como partida as tensões opostas entre as figuras de Baco e Vênus, Lusos e Mouros, Fama e Infâmia, a autora percebe a origem de uma fissura na empreitada do sujeito narrador, quando este, em excuro do trabalho de narrar, reflete sobre os costumes de pouca atenção da política de seu país com relação à cultura literária.

Se o termo mediador, o poeta, desliza do pólo da Fama para o da Infâmia, isto significa uma inversão correlativa entre valor de função e valor de termo, isto é, Fama, anteriormente função do termo poeta, navegantes, reis, etc, passa a ser termo regido por uma função construída por inversão: aduladores, gente rude, os “infíeis”, em suma, que de vencidos, passam a vencedores (AREAS. 1980, p. 178.).

O problema da navegação desventurosa curiosamente dispensa o destino dos lusos para uma posição semelhante à do monstruoso gigante Adamastor.

O que poderia salvar a tragédia estética do poema? Que prêmio garantiria a absolvição da “lusitana gente” a um destino fadado ao rebaixamento “dũa austera, apagada e vil tristeza”? (*Lus.*, X, CXLV, VIII). Se aceitarmos que a ideologia de *Os Lusíadas* se adequa às formas da classe dominante do período absolutista, não poderemos procurar a resposta em outra perspectiva senão a da intenção persuasiva – e submissa – que se expressa na dedicatória endereçada ao monarca D. Sebastião. No entanto, dentro da estrutura mitológica que o poema constrói, há aparentemente um movimento principal que realiza a consagração dos marinheiros e dos “barões assinalados” da esquadra de Vasco da Gama. Ocorrência fantástica que lhes garante a conquista daquilo que, ao longo de todo o decorrer da viagem náutica, Baco tentou lhes afastar e que por isso defende a realização da proposição do poema. Falamos do episódio da “insula divina”, encontrado nos cantos IX e X do poema.

Quem organiza, no plano mitológico, a preparação desse prêmio é o filho da deusa Vênus, “por cuja potestade/ os deuses faz descer ao vil terreno/ E os humanos subir ao céu sereno” (LUSÍADAS, IX, XX, VI-VIII). Já em sua apresentação, notamos uma aproximação daquela noção de força daimônica que Diotima dedica a Eros: seu lugar está na interferência do que é divino e do que é mortal, na comunicação desses dois polos. A semelhança permanece ainda na escolha do local onde Vênus encomenda a Cupido o aparelhamento do prêmio destinado aos lusitanos. É no meio das águas, junto às aquáticas donzelas, as nereidas, ninfas marítimas, que se deve implantar a ilha

em que se ofertarão os deleites de amor aos navegantes. Esse posicionamento deve refletir o aspecto relacional do próprio amor. Dando-se no mar, está situada em uma região que é por excelência uma região de passagem, de movimento. Não é um lugar em si, mas um entre-lugar, quer dizer ocupa o estatuto de ponto médio entre a partida e a chegada, entre o despontar do desejo e o objeto desejado.

A empreitada de Cupido e das tropas que reúne suporta declaradamente uma ação corretora. Vai sua “expedição/ contra o mundo revelde, por que emende/ erros grandes que há dias nele estão,/ amando cousas que nos foram dadas/ não pera ser amadas, mas usadas” (LUSÍADAS, IX, XXV, V-VIII). A ação do amor aqui comporta também uma função de justiça, pois cabe a sua capacidade corretora incidir sobre a “fea tirania” em que “leis em favor do rei se estabelecem;”(Lus. LUSÍADAS, IX, XXVIII, VII) e “as em favor do povo só perecem” (LUSÍADAS, IX, XXVIII, VIII).

Podem se dar, contudo, os casos em que os amores nascentes da artilharia criem desconcertos: é o perigo ambivalente do Amor que “entre o povo ferido miserando; e também nos heróis de altos estados/ exemplos mil se vêem de amor nefando” (LUSÍADAS, IX, XXXIV, IV-VI). Em relação à doutrina de Diotima, tais ocorrências talvez se deem justamente pela ausência de uma iniciação equilibrada no Amor. A requisição de Vênus, porém, expressa uma intenção específica que afasta este perigo. Cupido deve garantir aos lusitanos o prêmio e a “doce glória/ do trabalho que faz clara a memória” (LUSÍADAS, IX, XXXIX, VII-VIII). A ligação do Amor com a perpetuação do pensamento pelo trabalho da memória é definidora da intenção da deusa em conceder aos navegantes aquele prêmio de atingir uma caracterização que tange a imortalidade: o divino.

Cupido, então, convoca a Gigantea Fama a se unir na empresa encomendada por Vênus. Partem assim para alvejar as ninfas do mar e prepará-las para a recepção destinada aos marinheiros.

Pela consagração e deleites experimentados na Ilha, os homens da esquadra de Vasco da Gama alcançam o mais alto patamar do caminho da virtude. Em seus conúbios com as ninfas do mar, prometem ao mundo uma linhagem de descendentes sublimados pelo sangue divino e pela extraordinária qualidade dos homens que realizaram a façanha de atingir, por tão perigosa rota, o Oriente. A ideia de procriação no Belo, sem o acarretamento de sua posse, ganha assim lugar especial no poema, porque os marinheiros não restarão na Ilha, mas retornarão a seu porto de partida na Europa, após a efetuação dos laços amorosos com as ninfas.

Outra ocorrência fantástica que parece prometer a salvação da proposição do poema está na revelação que a ninfa Tétis permite ao capitão Vasco da Gama. Guiando-o para o alto de um dos

cumes da Ilha dos Amores, a ninfa lhe apresenta “a grande máquina do mundo” (LUSÍADAS ,X, LXXX, D), um conjunto de orbes que representam a concepção cósmica da totalidade do universo, e que permitem a contemplação da Beleza absoluta que é o próprio Deus em sua perfeição.

A contemplação da Beleza em si é descrita por Diotima de Manteneia como o ápice da escala de aprendizagem proposta para o conhecimento do Amor. Em suas últimas palavras confessadas a Sócrates, a estrangeira faz interrogações que parecem de fácil apropriação a Vasco da Gama:

Que devemos pensar de um homem ao qual tivesse sido dado contemplar a beleza pura, simples, sem mistura, a beleza não revestida de carne, de cores, e de várias outras coisas mortais e sem valor, mas a Beleza Divina? Achas que não teria valor a vida daquele que elevasse seu olhar para ela e a contemplasse, e com ela vivesse em comunicação? Não te parece que vendo assim adequadamente o belo, esse homem seria o único a poder criar, não sombras de virtude, mas a verdadeira virtude, uma vez que se encontra em contato com a verdade? Ora, para aquele que em si cria e alimenta a verdadeira virtude é que vão os favores e o amor dos deuses, e, se é dado ao homem tornar-se imortal, ninguém mais do que esse o consegue! (PLATÃO, p. 1999, p. 117).

A maneira de salvar o poema parece ser, junto com a contemplação de Vasco da Gama e da procriação dos navegantes no belo entre-lugar da Ilha dos Amores, acreditar na promessa de Diotima e manter uma esperança pela derivação do Amor entre os lusitanos, eternamente.

Mas será possível encontrar essa ressonância no futuro?

A aventura salvadora dos navegantes, a conquista dos mares e o conhecimento mítico do mundo, a ascensão pelos amores: sobreviverão estas relíquias na alma do povo dos “barões assinalados”? Para concluir o presente trabalho, buscaremos brevemente a permanência desse destino consagrado em quatro poemas de “Mar Portuguez”, segunda parte da *Mensagem*, de Fernando Pessoa.

António Cirurgião, na introdução do livro *O ‘olhar esfíngico’ da Mensagem de Pessoa*, aponta para o diálogo existente entre a epopeia camoniana e a obra desse poeta do século XX. A intertextualidade presente em *Mensagem* propõe uma visão messiânica para o futuro de Portugal e encaminha um motivo de “regresso à Idade de Ouro” (CIRURGIÃO, 1990, p. 19).

A segunda parte do livro de Pessoa, “Mar Portuguez”, traça um roteiro mítico e histórico da ascensão, da queda e do desejo de restauração do império marítimo lusitano. O poema que a inicia, “O Infante”, associa sua significação aos fatos que deram origem ao próprio Estado nacional e

mescla a independência de Castela à vontade divina (a luta cruzada contra os mouros) em favorecer a expansão marítima. A estrofe final desse poema já adianta o problema do crepúsculo daquele Império, conclamando a perene vontade daquele mesmo senhor fundador para a realização do Quinto Império.

O poema seguinte, “Horizonte”, terá uma importância maior na observação que pretendemos. Indica o alcance do infinito, a redução da distância que separava o sonho dos homens, e prepara o prêmio da iniciação no conhecimento do oculto, isto é, “os beijos merecidos da Verdade”. A figura poética da flor parece simbolizar a disposição à fecundidade reservada àqueles que, no caminho da virtude, vencem as tormentas e a noite, atestando assim uma referência ao episódio da Ilha dos Amores e à ideia de procriação no Belo.

Nos beijos de consagração dedicados ao sujeito lírico do poema (o “nós”, que no primeiro verso representa o povo português) talvez esteja a anunciação da gestação de frutos polinizados no néctar do conhecimento e nos lábios da deusa que se opõe ao esquecimento (a verdade, que em grego se diz *alethéa*, antítese da própria irmã, Letes, que rege a “lei letea” (LUSÍADAS., VIII, XXVII, VIII)). O horizonte, como linha de separação entre o mundo e o abismo aproxima-se simbolicamente da definição que se encontra no *Banquete* para o Amor: “liame que une o todo a si mesmo”. Alcançado, não somente pela quilha das naus, mas pela sola dos calçados lusitanos, ele confere, em seu contato, a realização daquele objeto tão fugaz que é o Universo.

Mais à frente, n’ *O Monstrego*, quarto poema da segunda parte do livro, Pessoa organiza uma estrutura de narração e drama em que projeta o confronto do “homem do leme” contra uma figura grotesca que se ergue no limite do mar. Resguardando o conhecido e o oculto, o até então permitido e o proibido, o monstrego retoma a imagem do Adamastor camoniano e, nas perguntas que dirige ao navegador temeroso e irresoluto, parece desafiar a empresa náutica portuguesa. Sua função mítica liga-se à fala esfíngica que Édipo precisou derrotar para seguir o curso de seu destino (CIRURGIÃO, 1990). Respondendo duas vezes com uma metáfora de si na figura do monarca D. João II, o navegador encerra a disputa contra o monstro por uma metonímia: “Aqui ao leme sou mais do que eu:/ Sou um povo que quer o mar que é teu” (PESSOA, 1998, p. 56). A identidade do destino de seu povo consolida-se assim em junção ao projeto de expansão marítima requerido pela vontade do soberano.

Por um viés antagônico, *Os Colombos* serão um poema que também trarão uma visão coletiva das façanhas náuticas portuguesas. É que a tonalidade do sexto poema da segunda parte da

*Mensagem*, caracteriza-se por uma lamentação, um sentimento de perda. O penhor que consola essa consciência está no orgulho do privilégio reservado unicamente aos portugueses pela primazia de suas descobertas. A glória de lançar-se ao oculto, à dianteira dos demais, assemelha-se à glória da criação e parece revelar uma verdade: aqueles que, após o declínio das forças de expansão dos portugueses, têm o que estes houveram de perder, não são mais que inquilinos da glória dos primeiros. Ainda que encoberta pela História, a missão sagrada de Portugal permanece.

A ressonância que pretendemos encontrar daquela salvação estética empreendida por Camões vai se esboçando assim, mas de certa forma transformada, na *Mensagem* de Pessoa. O que no renascentista pudemos perceber como uma solução que tendia para a ideologia de expansão da natureza nas formas interventoras de figuras mitológicas, em Fernando Pessoa revela-se como a designação de um destino ainda (ou novamente) porvir. Se quisermos verificar uma incidência mais precisa, a persistência do conhecimento do Amor pode ser apontada na primeira estrofe do poema *O Quinto Império*:

Triste de quem vive em casa,  
Contente com o seu lar,  
Sem que um sonho, no erguer de asa,  
Faça até mais rubra a brasa  
Da lareira a abandonar! (PESSOA, 1998, p. 76).

A lição que se pode tirar da absolvição pelo Amor parece ser a mesma que confessara Diotima a Sócrates: não se trata de possuir o Belo, mas de reproduzir e expandir em sua ideia, e, aliás, não tão-só na poesia.

## Referências

AREAS, Vilma Sant'Ana. Os lusíadas ou a navegação desventurosa. **Revista camoniana**, São Paulo, n. 3, p. 167-178, 1980.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O renascimento português** (em busca de sua especificidade). Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1980.

CIRURGIÃO, António. **O “olhar esfíngico” da mensagem de Pessoa e a concordância**. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Organização de Fernando Cabral Martins).

PLATÃO. Banquete. **Diálogos I**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SARAIVA, António José. “Os Lusíadas, o Quixote e o problema da ideologia oca”. In: \_\_\_\_\_.  
**Para a História da cultura em Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

## O FAZER LITERÁRIO EM TORNO DAS LACUNAS DA HISTÓRIA OFICIAL

Camila dos Reis Iglesias Pazolini\*

**Resumo:** com a finalidade de analisar o entrecruzamento de textos literários e históricos que tratam da colonização brasileira, o presente artigo expõe uma reflexão sobre as abordagens historiográficas, tais como a Micro-história e a Nova História Cultural, baseadas em Burke (2008), Vainfas (2002), Chartier (2010), dentre outros, que se coadunam com o fazer artístico dos literatos selecionados, Oswald de Andrade, José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, pois estes colocam em foco personagens que figuravam à margem dos discursos literários e históricos. Busca-se perceber que os textos elencados para estudo, e são eles: os poemas “brasil”, “erro de português” e “meninas da gare”, de Oswald de Andrade, e o romance Terra Papagalli, de Torero e Pimenta, além de proporcionar fruição ao leitor, intentam preencher as lacunas deixadas pela história oficial.

**Palavras-chave:** Literatura. História oficial. Colonização.

### THE LITERARY MAKING AROUND THE GAPS OF THE OFFICIAL HISTORY

**Abstract:** in order to analyze the intersection of literary and historic texts that deal with the Brazilian colonization, the actual article presents a reflection about the historiographical approaches, such as Microhistory and New Cultural History, based on Burke (2008), Vainfas (2002), Chartier (2010), among others, which coadunate with the artistic making of the following writers, Oswald de Andrade, José Roberto Torero and Marcus Aurelius Pimenta. These writers bring into focus characters that appeared on the sidelines of the literary and historical discourses. The following text aim to understand the approaches cited above, and they are: the poems “brazil”, “erro de português” and “meninas de gare”, by Oswald de Andrade, and the romance “Terra Papagalli”, by Torero and Pimenta. Besides providing enjoyment to the reader, these texts try to fulfill the gaps left by official history.

**Keywords:** Literature. Official History. Colonization.

---

\* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Diante de um novo cenário de discussões acerca da história e do ofício do historiador, estimuladas por aqueles que buscam contestar a abordagem positivista e historicizante dos conhecimentos, como a Nova História e a História Cultural, dentre outros movimentos, consideramos importante refletir sobre a reverberação disso no fazer literário e, principalmente, na articulação entre a literatura e a história.

Essa necessidade se aponta para nós uma vez que as obras literárias têm, com maior frequência, estabelecido um diálogo direto com a história. Tomamos como ponto de partida para nossas observações o *corpus* desta pesquisa: *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, publicado em 1997, e os poemas de Oswald de Andrade “meninas da gare”, que faz parte do livro *Pau- Brasil* publicado em 1925, “brasil” e “erro de português”, do livro *Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade*, publicado em 1927. Todos os quatro textos referência são passíveis desse tipo de análise, pois remetem à história, não no sentido de legitimar o passado, mas de constantemente questioná-lo, propondo, dessa forma, uma resignificação dos fatos. Para isso, os autores usaram a via da paródia, recurso de linguagem que explora a crítica e o humor, provocando um mundo às avessas, como aponta Bakhtin.

Os requisitos necessários à narração histórica, tais como documentos de referência e provas, não são exigidos às obras de ficção, que podem valer-se de determinados eventos para reinventá-los, inclusive contrariando as versões legitimadas pelo discurso oficial. É o caso de Cosme de *Terra Papagalli*, um degredado elevado à condição de “descobridor” da nação, e do poema “brasil” de Oswald de Andrade, em que negros e índios são incluídos no discurso de formação do Brasil. Nos dois exemplos, temos lacunas (ausência ou emarginação e sujeitos/espacos/eventos) deixadas em aberto pela história oficial, e que os textos literários preenchem com referências imaginárias, cuja relação com o real, todavia, acaba sendo mais intensa e profunda do que a tecida pelos discursos históricos.

Chartier (2010, p. 12) nos diz que:

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência [análise dos pontos em comum entre os discursos e os fatos] e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção.

Segundo o autor, a intenção de verdade constitui o discurso histórico, porém este se confronta comumente com as lacunas da documentação, fazendo da escritura da história algo desdobrado, folheado e fragmentado. Os historiadores, já na virada do século XX para o atual, sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado (CHARTIER, 2010). Com isso, é possível perceber nas obras de ficção, em algumas, e na memória, coletiva ou individual, a presença do passado de maneira mais poderosa do que nos livros de história.

Para Chartier (2010, p. 24):

Entre história e ficção a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é.

Essa distinção, como aborda o estudioso, tem sido ofuscada em primeiro lugar pela evidenciação da força de representação proposta pela literatura. Algumas obras literárias esboçaram, com maior ênfase que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado. Como exemplo, Chartier expõe o romance do século XIX que se apoderou do passado deslocando fatos e personagens históricos, colocando na ficção situações que foram reais ou que são apresentadas como reais. Em segundo lugar, ele mostra que a literatura não se apodera só do passado, mas dos documentos e técnicas que manifestam a condição de conhecimento da disciplina história. Para Chartier isso não teria a finalidade de produzir “efeitos de realidade”, expressão cunhada por Roland Barthes, mas de criar a ilusão de um discurso histórico. O que para alguns historiadores parece sem muita importância, para esse estudioso acarreta um desafio essencial. Conforme expõe:

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi (CHARTIER, 2010, p. 31).

A ligação entre história e literatura pode se justificar pelo uso que as duas fazem dos discursos, uma buscando uma maior objetividade ao analisá-los, tentando neles inferir as marcas dos fatos, já a outra, explorando o imaginário e a estética, sem necessariamente se preocupar com a verdade daquilo com que trabalha, embora se apegue à lógica interna do universo que aborda.

Hutcheon (1991, p. 21-22) denomina o tipo de obra literária que abarca o histórico como metaficção historiográfica:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos. [...] A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios (literatura, história, teoria), ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para se repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado.

A autora faz essa abordagem ao analisar o pós-modernismo, que para ela é um fenômeno cultural “fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político” (HUTCHEON, 1991, p. 20). Nesse fenômeno, a presença do passado não é um retorno nostálgico, mas uma reavaliação crítica e um diálogo irônico, por isso a paródia torna-se um recurso importante para essa literatura.

O romance de Torero e Pimenta tem justamente esse caráter. Nele, as críticas e ironias se fazem por meio da paródia em diversos níveis: paródia da história, de personagens históricos, de textos acerca da colonização considerados importantes, como a *Carta de Caminha* e o Tratado da Terra do Brasil, de Pero de Magalhães de Gândavo, constituindo uma grande carnavalização sobre o fato histórico da colonização.

Na referida obra, Cosme, um degredado de Portugal, assume o lugar de Cabral e descobre o Brasil ao levar um pontapé de um soldado para consertar uma vela. É ele, Cosme, que relata, como o fez Caminha, os primeiros contatos com os indígenas, a primeira missa, dentre outros acontecimentos. Torna-se o rei do Brasil nas primeiras décadas de colonização e implanta o negócio bem sucedido do tráfico de escravos indígenas. O mundo ao revés constantemente se faz presente no romance.

De forma semelhante, ainda que elaborados em pleno movimento modernista, os poemas de Oswald de Andrade que selecionamos para esta pesquisa também revisitam fatos e narrativas históricas, não para consolidá-los, mas para interpretá-los em uma dimensão crítica e irônica. No projeto nacionalista do poeta, as nossas origens, embora celebradas, são deslocadas para sujeitos que tradicionalmente ficaram à margem da construção identitária nacional, ou que foram por ela instrumentalizados em prol de uma narrativa exclusiva. Em seu poema “brasil”, por exemplo, expõe, de forma irônica, os elementos fundadores de nossa sociedade e cultura: o branco, o índio e o negro.

brasil

O Zé Pereira chegou de caravela  
E perguntou pro guarani de mata virgem  
-Sois cristão?  
-Não, Sou bravo, sou forte sou filho da morte  
TetetêtetêQuizáQuizáQuecê!  
Lá de longe a onça resmungava Uu! Ua! uu!  
O negro zonzo saído da fornalha  
Tomou a palavra e respondeu  
-Sim pela graça de Deus  
Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum!  
E fizeram o carnaval.

(ANDRADE, 1974, p. 169-170).

Já em “as meninas da gare” há o questionamento implícito das “vantagens” do desenvolvimento da civilização, pois contrapõe, com a figura das prostitutas na estação de trem, a figura das índias em estado de nudez e inocência natural/ original.

as meninas da gare  
Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis  
Com cabelos mui pretos pelas espáduas  
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas  
Que de nós as muito bem olharmos  
Não tínhamos nenhuma vergonha

(ANDRADE, 1974, p. 80).

Enfim, no poema “erro de português”, paródia mais que explícita do fato histórico do “descobrimento”, concretiza o que Bakhtin define como “o mundo ao revés”, no momento em que, ao definir a colonização como “erro de português” derivado de um dia de chuva, a contrapõe a uma realidade utópica, resultado de um dia de sol, onde o português é desvestido pelo índio.

erro de português

Quando o português chegou  
Debaixo de uma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português

(ANDRADE, 1974, p. 177).

Nesse sentido, vale salientar que tanto as poesias modernistas de Oswald de Andrade, como o romance pós-moderno de Torero e Pimenta, fazem, assim como defende Hucheon (1991, p. 230), “com que seus leitores questionem suas próprias interpretações (e, por implicação, as interpretações dos outros)”<sup>1</sup> Mais claramente, a metaficção historiográfica não tem intenção de reproduzir acontecimentos, mas sim de orientar-nos para os fatos e as novas maneiras de pensarmos sobre os acontecimentos. E é exatamente quando buscamos essas novas formas de pensar sobre os fatos que as lacunas da história são percebidas. O passado só nos torna acessível por intermédio dos textos e esses não são neutros porque são sociais e, também, produtos históricos, como afirma o historiador português Fernando Catroga (2009).

No tocante ao caráter social dos textos sobre o passado, é útil pensar sobre a questão das culturas. No embate com a história positivista, aquela que defendia deter a verdade absoluta acerca dos fatos, alguns historiadores começaram a prática de uma historiografia que percebesse o que havia sido deixado de fora e era importante para a compreensão dos acontecimentos históricos. Nessa busca houve então a ascensão da história cultural para uma “virada cultural” (BURKE, 2008, p. 8) em que os valores dos grupos particulares, em locais e períodos específicos, começavam a ganhar espaço. Nesse contexto, os historiadores da revista francesa *Annales* contribuíram com o rompimento de uma historiografia que cultuava os heróis e atribuía aos homens de elite toda ação histórica. Burke (2008, p. 32-33) aponta que para essa nova abordagem: “A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”.

Essa nova tendência historiográfica vai provocar, entre as décadas de 1960 e 1990, uma grande aproximação da história com a antropologia, sendo decorrente também da ascensão dos estudos culturais seguindo o modelo dirigido por Stuart Hall. Com isso, o termo cultura se pluraliza, ganhando um sentido cada vez mais amplo e fazendo com que os estudiosos recorram a diversas áreas, como psicologia, geografia, economia, entre outras, para tentar se aproximar da realidade do seu objeto de análise, seja um fato ou um acontecimento.

Segundo Burke (2008), a partir de 1980, busca-se a história cultural de tudo, de sonhos, da comida, do humor, da memória, etc. Surge então a Nova História Cultural:

---

<sup>1</sup>Apesar de nas teorias de Hucheon não constarem análises de poemas, só de romances, percebemos que suas fundamentações cabem para esse gênero textual.

A expressão “nova história cultural” teve muito sucesso nos Estados Unidos, reunindo historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”, historiadores da arte e da ciência, bem como o que podemos chamar de historiadores “comuns” ou “normais”. No entanto, o movimento é internacional (BURKE, 2008, p. 46).

Essa nova abordagem amplia o que se fazia na micro-história, em que se propunha reagir contra a globalização, dando ênfase aos valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais. A consciência do que havia ficado de fora ou havia se tornado invisível foi uma das causas da ascensão do pós-colonialismo. Segundo Burke (2008, p. 158):

Os historiadores sociais radicais rejeitavam a narrativa porque a associavam a uma ênfase excessiva sobre os grandes feitos de grandes homens, à importância dos indivíduos na história e especialmente à supervalorização da importância dos líderes políticos e militares em detrimento dos homens – e mulheres – comuns. Mas a narrativa retornou, junto com uma preocupação cada vez maior com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão sentido às suas próprias experiências, suas vidas, seus mundos.

Na Nova História Cultural, os personagens marginais não foram acrescentados à história, eles têm, na verdade, ocasionado sua reescrita. Nesse ponto, essa teoria nos interessa pelo fato de percebermos aí a possibilidade de analisar a configuração dos personagens protagonistas dos textos desta pesquisa e o porquê de eles terem uma posição de destaque nas obras. As reflexões acerca da Nova História Cultural cabem à abordagem de nossos objetos de análise, uma vez que em todos eles o enfoque é o marginalizado, ainda que o ponto de vista possa revelar-se dominante. Não por acaso, “A NHC é a forma dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história – praticada hoje (BURKE, 2008, p. 68).

Fica claro, a partir disso, que as barreiras entre as disciplinas ou áreas de pesquisa estão se dissolvendo. A história e a literatura tornaram-se muito próximas uma da outra, percebendo-se, nessa relação, que o que foi omitido até então pela primeira a segunda se dispõe a mostrar, até mesmo de um ponto de vista criativo e jocoso, como no caso das obras aqui analisadas.

O degredado de *Terra Papagalli*, Cosme Fernandes, o índio, o negro e a prostituta dos poemas de Oswald de Andrade não se esgotam no literário, pelo contrário, extrapolam para as novas perspectivas de se pensar o fazer histórico. O movimento entre literatura e história é recíproco, pois uma fornece à outra material para a construção de seus textos, e estes, por sua vez, narram fatos de indivíduos e da sociedade, e o ponto maior de encontro é que fazem isso pela linguagem. Ao refletir sobre história e ficção, Hutcheon (1991, p. 141) nos aponta:

[...] as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa.

A centralidade da linguagem nessa abordagem nos remete novamente a Bakhtin, apontado por Burke (2008) como um dos teóricos mais originais do século XX. A importância de Bakhtin é confirmada também por este estudo, que se vale de seus conceitos sobre paródia, ironia e carnavalização para interpretar as obras que nos interessam. Estas, ao trazerem personagens e fatos consagrados pela história para, de certa forma, profaná-la e subvertê-la, acabam por produzir algo novo acerca do passado que abordam. O olhar que a história oficial lança aos eventos, focalizando os “grandes homens” e seus “grandes gestos”, é, dessa forma, desafiado, e o leitor é convidado a experimentar novas lentes, a explorar novos horizontes e a encarar os fatos a partir de outros possíveis, ainda que inusitados, pontos de vista. Daqui a nossa ideia acerca da proximidade, se não de métodos e objetivos, pelo menos entre as intenções da Nova História Cultural e a dos textos literários abordados por esta pesquisa. Ambos, a nosso ver, colaboram para uma descentralização da história, lançando luzes – poéticas, narrativas ou documentais – sobre sujeitos marginalizados pelos discursos oficiais.

A colonização serve-nos como exemplo de fato que sempre foi abordado pela perspectiva dos grandes homens, dos heróis que descobriram novas terras, segundo as narrativas tradicionais. Por isso o nosso interesse pelas obras literárias já mencionadas. Nelas, personagens que nem figuravam na história ou figuravam como pano de fundo vêm para o primeiro plano, e passam a ser os que fazem os fatos se concretizarem. A respeito da palavra “descoberta”, tão comum nesse contexto, Burke demonstra outra expressão que pode ser considerada mais social:

A expressão “encontros culturais” passou a ser usada em substituição à palavra etnocêntrica “descoberta”, especialmente a partir de 1992, com as comemorações dos 500 anos do desembarque de Colombo nas Américas. Ela está associada a novas perspectivas na história, dando atenção tanto à “visão dos vencidos”, como chamou o historiador mexicano Miguel León-Portilla, como a visão dos vencedores (BURKE, 2008, p. 155).

A mudança de um termo para outro não altera a intenção dos colonizadores. Embora realmente houvesse o encontro de culturas – que Oswald vai usar em seu poema “brasil” como justificativa da formação do nosso país (a mistura do português, do índio e do negro) – os

colonizados tiveram que se submeter à cultura do colonizador. Burke usa a palavra tradução para se referir ao trabalho dos indivíduos, no caso os colonizadores, para “domesticar” os colonizados.

Com uma visão etnocêntrica e colonizadora, os portugueses se achavam no direito e até no dever de alterar o modo de viver dos índios. Os padres jesuítas são um bom exemplo da defesa em sujeitar os naturais da terra. O fundador da missão jesuítica no Brasil, Padre Manuel da Nobrega, em carta de 1558 ao Padre Miguel de Torres, afirma que o único “remédio era, pois, domá-los por temor e sujeição” (HOLANDA, 2000, p. 377). Ainda nesse mesmo propósito, Padre José de Anchieta,

mostrando-se igualmente partidário da sujeição dos índios, ajunta que não vê outro remédio senão este: “porque”, diz, “para este gênero de gentes não há melhor pregação do que espada e vara de ferro” [...] se compara mais ou menos a um veterinário, pela necessidade em que se achou de tratar das doenças dos índios (HOLANDA, 2000, p. 377).

Essa visão que se tinha do gentio não era fruto só da missão de catequizar ou cristianizar. Os cronistas que descreviam o Brasil quinhentista, e em específico Pero de Magalhães de Gândavo, em seu *Tratado da Terra do Brasil*, apontavam a sua opinião sobre os índios.

A lingoa de que uzam, toda pela costa, he uma [...] carece de três letras, convém a saber nam se acha nella F, nem L, nem R, couza digna despanto porque assi nam tem Fé, nem Lei, nem Rey, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem pezo, nem medida (GÂNDAVO, 1858, p. 44).

Para esse português, ao abordar a língua tupi, os índios careciam de três letras: F, L e R, e por isso não tinham fé, nem lei, nem rei. Conclusão típica do olhar etnocêntrico. O que mais precisariam para dominar o outro, sendo este, segundo a ideologia portuguesa nos quinhentos, sem qualquer tipo de organização social ou cultural, como política, religião e legislação?

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão de Paraíso*, busca uma representação da sociedade no contexto da colonização brasileira, apontando as razões pelas quais os portugueses tomavam para si o direito de dominar os povos e as terras que encontravam, analisando também as consequências das atitudes que tinham para esse fim. Em decorrência desse tipo de análise seu livro foi considerado o primeiro no Brasil a realizar a história das mentalidades, devido ao seu caráter histórico-sociológico. Devemos levar em conta que a primeira publicação se deu em 1958, com viés de tese universitária, e a história das mentalidades ganhou destaque na França a partir de 1960, com Lucien Febvre. Com isso, podemos perceber que o historiador brasileiro já estava engajado na

proposta de um fazer histórico que não prezasse mais pelo narrativismo, pela história dos vencedores, como nomeia Burke.

Ratificando essa assertiva, no prefácio à segunda edição, Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. XVII e XVIII) aponta, a respeito do ofício do historiador:

[...] não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. [...] uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da História. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre.

Holanda nos aponta que os relatos dos cronistas e dos padres sempre se remetiam a uma visão de que o Brasil seria o paraíso terrestre. Para ilustrar vejamos o que recorta dos discursos de Padre José de Anchieta e de Pero de Magalhães de Gândavo:

Anchieta, em carta de 1560, quando já contava cerca de sete anos de residência na terra. Nesse documento, depois de falar das estações do ano, que nela se dividem de modo inteiramente oposto ao da Europa, de sorte que é inverno aqui quando lá é verão, e vice-versa, acrescenta que ambas “são de tal modo temperadas, que não faltam no tempo de inverno os calores do sol para contrabalançar o rigor do frio, nem no estio, para tornar agradáveis os sentimentos, as brandas aragens e os úmidos chuveiros, posto que esta terra, situada [...] à beira-mar, seja regada em quase todas as estações do ano pelas águas da chuva.”

E de fato é a esta “província de Santa Cruz”, tomada no seu conjunto, que pretendem aplicar-se aquelas palavras do cronista, onde escreve que é “à vista mui deliciosa e fresca em gram maneira: toda está vestida de mui alto e espesso arvoredo, regada com as águas de muitas e preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura, com aquela temperança da primavera” que em Portugal, acrescenta, “nos oferece Abril e Maio”. Concluindo, diz ainda: “E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam as suas plantas, como cá ofendem as nossas. Em fim que assi se houve a Natureza com todas as cousas desta Província, e de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nela se sente frio nem quentura excessiva” (HOLANDA, 2000, p. 367-368).

A abundância de águas, a pouca mudança climática fornecendo “os bons ares”, a variedade da fauna e da flora, os discursos dos naturais da terra sobre o que ali havia atiçavam nos portugueses a cobiça e a ânsia pela posse. Para a exploração de todos os elementos favoráveis à riqueza dos colonizadores, o índio foi a melhor ferramenta, que, para além do uso de sua mão de obra, serviu também como mercadoria para o grande e lucrativo tráfico de escravos. Este último é um dos pontos fortes da trama de *Terra Papagalli*, já que Cosme Fernandes, o protagonista do

romance, ganha fama na história (o Bacharel da Cananeia) e na ficção, por consequência, por traficar grande número de escravos indígenas. Acerca do tráfico, HOLANDA (2000, p. 104) destaca:

[...] o grande atrativo que podiam oferecer agora aquelas regiões, tão cobiçadas de início como portas de fabulosos tesouros, concentrava-se nos lucros proporcionados eventualmente por um tão largo viveiro de índios submissos e prestativos. A inclinação para as jornadas de caça ao gentio desponta assim no ânimo dos habitantes da capitania [...].

Esse tráfico foi motivo para conflitos entre os colonos e os jesuítas. O misto de ambição e devoção deu origem a diversos atritos, resultando na expulsão dos padres em determinadas localidades. Já mencionamos que mesmo esses, os jesuítas, não tinham uma visão muito humana dos índios que, no ver deles, eram alvo de uma ação para que passassem a ter características de gente: “não podem converter hum em hum anno por sua rudeza e bestialidade” (NOBREGA apud HOLANDA, 2000, p. 373).

Para Holanda, os portugueses reduziram os motivos edênicos a uma dimensão verossímil, ou seja, se o Brasil tinha tantos atrativos por que não usá-los para enriquecer? Por isso esse autor aponta os dizeres de outro historiador brasileiro:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto (PRADO JÚNIOR apud HOLANDA, 2000, p. 402).

Estudioso e professor de literatura, Alfredo Bosi, em seu livro *Dialética da Colonização*, reforça esses argumentos mencionando como motivação dos colonizadores portugueses o dilatar a fé e o império. De acordo com Bosi (1992, p. 20):

Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva à aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de consequências para o sistema de troca internacional. Pode-se calcular o que significou para a burguesia europeia, em pleno mercantilismo, a maciça exploração açucareira e mineira da América Latina. Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em progresso, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial europeia durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

É inegável para o estudioso o caráter constante de coação e dependência a que foram submetidos os índios, os negros e os mestiços nas diversas formas de produção. A colonização é

sintetizada por ele como uma luta material e cultural, e, por consequência, política. A prática dos jesuítas em aculturar os índios se dava por meio de alegorias, o uso abstrato sobre o concreto nos autos encenados e nos sermões. A exploração para o trabalho escravo foi uma forma de manter, por bastante tempo, a condição para a existência social do branco livre. Somando essas ações o estudioso vai além, provocando a reflexão da colonização, enquanto máquina mercante e sistema, como provocadora e preparadora do surto do capitalismo mundial em que o Brasil acabaria por ingressar como uma nação dependente.

Bosi (1992) incursiona nessas análises, por meio dos textos literários, objetos com os quais trabalha, e, por meio deles, alcança os contornos históricos que os envolvem. Para ele: “Quem lida com redes simbólicas, como são os poemas, sermões ou romances, acaba descobrindo, na malha das frases, imagens trazidas pela memória social” (1992, p. 382).

Foi justamente a isso que se propôs o presente trabalho, compreender que o texto literário, além da fruição ao leitor, pode suscitar a percepção da busca pelo preenchimento das lacunas que a história oficial deixou, sem se preocupar em ser a única ou a última versão dos fatos.

## Referências

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas, VII Poesias Reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Caminha: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. 2. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **História da Província da Santa Cruz**. Lisboa: Tipografia da Academia real das ciências, 1858. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01968900#page/4/mode/1up>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

\_\_\_\_\_. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1985.

TORERO, José Roberto; PIMENTA, Marcus Aurelius. **Terra Papagalli**: narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiçada e gulosa história do primeiro rei do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

## A PESQUISA EM TEORIA LITERÁRIA COMO CAMPO DE POSSÍVEIS (RE)VISÕES DA FICÇÃO BRASILEIRA DOS SÉCULOS XIX E XXI

Felicio Laurindo Dias \*

Alexandre Amaral Ferreira \*

**Resumo:** Propomos uma análise crítica acerca das questões estéticas, políticas e ideológicas que se entrecruzam no texto literário a fim de ressignificá-lo. Deste modo, o discurso literário se apresenta como uma forma de discurso que se mostra fonte de saber e aprendizagem, sem abdicar do olhar crítico, fundamental na formação do professor/pesquisador. Neste percurso, a partir do estudo da poética de Michel Laub, na contemporaneidade, e do resgate das obras do escritor Virgílio Varzea, na estética naturalista, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, contextualizaremos as questões que nos motivam a pesquisar autores de épocas e estéticas distintas, mostrando que as relações entre passado e presente se dão nas interseções que nos ajudam a redefinir o campo conceitual traduzido por muitos como sendo a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Teoria Literária. Crítica Literária. Pesquisa Literária

## RESEARCH IN LITERARY THEORY AS A FIELD OF BRAZILIAN FICTION POSSIBLE RE(VIEWS) FROM THE 19TH AND 21ST CENTURIES

**Abstract:** We propose a critical analysis about the aesthetic, political and ideological that intersects in the literary text, offering new point of view to it. Thus, the literary discourse is presented as a form of discourse that shows a source of knowledge and learning without giving up the critical eye, fundamental for teacher / researcher. In this perspective, starting from the study of the poetics of Michel Laub, in contemporary times, and the recovery of the works of the writer Virgilio Varzea, the naturalist aesthetic, we intend to contextualize the issues that motivate us to search authors from different time and aesthetic, showing that the relationship between past and present give the intersections that help us redefine the conceptual field translated by many to be the contemporary.

**Keywords:** Literary Theory. Literary Criticism. Literary Research.

---

\* Mestrando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada na UERJ.

\* Cursa especialização em Estudos Literários na UERJ/FFP.

## Introdução

Sob o olhar da crítica literária atual, pensar a contemporaneidade nos guia a uma discussão acerca não só dos autores que compõem a produção literária do século XX e XXI, mas também requer de nós uma compreensão mais ampla do diálogo com o passado, essencial aos que se aventuram nos estudos da contemporaneidade. Giorgio Agamben (2013) nos diz que o sujeito contemporâneo é aquele que mantém o olhar fixo no seu tempo e nele percebe o escuro, entendendo o sujeito contemporâneo como “[...] aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (p. 63). Ou seja, para Agamben é preciso reconhecer as complexidades do tempo, (re)constituir fatos e noções de origem, por meio de novos olhares, levando sempre em conta os espaços difusos, híbridos, em que se inserem as narrativas dos últimos anos, sem esquecer a importância do passado como norteador do que hoje se entende como herança, influência, resgate.

Para compreendermos melhor essa obscuridade da qual trata Agamben, atentemos para uma específica reflexão de Walter Benjamin (2012) sobre o sujeito histórico e seu tempo. Benjamin nos diz que o passado só se deixa capturar como uma imagem que relampeja no momento de um perigo, é um tempo irrecuperável da história que só se apreende, ainda que em sua impossibilidade, sob o risco, como uma imagem na escuridão, que ameaça tanto a existência quanto a tradição. Trata-se, para o filósofo, de fixar o passado como uma obscuridade diante do sujeito histórico, a fim de apreender esse momento de relampejo do qual tratou Walter Benjamin, ao entender que jamais traremos à história o fato em sua completude, em espaços seguros e sem a afronta do risco. Neste percurso, assumindo esta obscuridade como modo de ser e ver o contemporâneo, propomos uma reflexão com foco no debate crítico que se trava hoje: de um lado, nos concentramos na produção literária recente e em seus embates políticos, textuais e filosóficos; de outro, preocupados com o resgate e a reavaliação de escritores postos às margens do cânone literário ou, mais especificamente, atentos à possibilidade de se reescrever a historiografia literária, buscamos revalidar e reavaliar escritores, redefinindo o papel a eles reservado pela tradição crítica. Tentaremos sintetizar, de forma brevíssima, as possibilidades de reflexões geradas a partir de nossas experiências como alunos e pesquisadores do curso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, contextualizaremos algumas questões iniciais e seus possíveis desdobramentos acerca do entrecruzamento entre crítica literária e literatura brasileira, deixando a análise cerrada dos textos para outro momento.

Se em um momento há uma criteriosa e árdua tarefa ético-política de desconstrução de tradicionais jargões e direcionamentos historiográficos cartesianos e positivistas em parte do discurso da crítica tradicional em relação ao século XIX, preocupa-nos, também, os rumos (não) dados ou solidificados nos espaços da literatura contemporânea, cujos caminhos podem ruminar a uma nova apropriação canônica e excludente de escritores ao invés de uma produção teórica de novos modos de leituras não excludente dentro da vasta e múltipla produção ficcional hoje. Essas angústias, ora distintas, ora emaranhadas, se encontram e solidificam nas bases das pesquisas em teoria e literatura dentro dos âmbitos acadêmicos. Há de se pensar na tarefa de se (re)desenhar o passado e escrever o futuro de maneiras uníssonas e fora dos planos cartesianos e lineares de ensino de literatura.

### **A literatura e seus modos de entrada: A (re) construção de Virgílio Varzea**

No temor e na aventura de se (re)desenhar o passado sob as incertezas do presente, uma de nossas pesquisas, intitulada “*George Marcial: Virgílio Varzea e a trajetória de um romance naturalista esquecido*”<sup>1</sup>, distende as noções retrógradas de uma historiografia literária pautada em um modelo romântico-cartesiano e recupera, por meio da pesquisa histórico-literária, a possibilidade de trazer o passado por meio de sua pluralidade buscada ainda que em meio a ruínas.

Entendemos que, se o passado não mais precisa ser salvo, mas sim ressignificado frente às transformações da experiência, o papel e a importância da pesquisa é, na melhor acepção benjaminiana da narrativa histórica, a possibilidade de darmos nova forma e face ao presente, a partir das experiências do passado, marcadas pelo inacabamento e pela pluralidade, o que nos leva a compreender a verdade da história como construção, quase sempre de matriz ideológica rígida e não dialógica.

Como exemplo inicial, diremos que, um dos principais objetivos das pesquisas acerca da obra do escritor catarinense Virgílio Varzea (1863-1941) é o de problematizar a ideia de um modelo hierarquizante e hegemônico de leitura para, em seguida, propor um estudo dos romances-folhetins, categoria em que inserimos este autor, como manifestações de um gênero textual novo e válido,

---

<sup>1</sup>Pesquisa em fonte primária desenvolvida com alunos da graduação em Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, sob a orientação do professor doutor Leonardo Mendes.

ligado ao surgimento da figura do “autor-jornalista” e da concorrência entre dois regimes textuais: o literário e o jornalístico, típicos do sistema literário do século XIX (THÉRENTY, 2007).

Tradicionalmente tomado como literatura menor, o romance-folhetim foi um gênero mal falado e desprezado desde sua origem, na primeira metade do século XIX, a despeito de seu grande sucesso comercial (ou talvez por isso mesmo). Reconhecido em seu tempo, Virgílio não teve sua trajetória contemplada pelas historiografias literárias que eram, à época, de grande circulação e importância, e isso motiva nosso trabalho. Embora permeado por dúvidas, lacunas evidenciadas pela fragilidade da documentação e dos registros históricos disponíveis, acerca desse escritor, a pesquisa, no entanto, nos estimula, cada vez mais, a pensar o lugar dessa figura, sua participação e importância no campo da literatura nacional e da história da imprensa brasileira.

Levando em conta sua produção, sua história e trajetória, buscamos não só resgatar a obra de Varzea, mas também situar o autor em um “lugar” que faça jus a sua relevância, conseqüentemente, questionando seu esquecimento e quase exclusão da cena literária do século XIX. Inicialmente, propomos pensar Virgílio Varzea como um dos representantes de um pequeno e desvalorizado rol de escritores que tinham o materialismo cientificista como combustível. Sendo grande entusiasta de Émile Zola, Varzea não poupou elogios ao francês e tomou para si, em sua escrita, elementos estéticos que mais os aproximava. De fato, as fontes consultadas sugerem que Varzea era visto como um escritor naturalista pela crítica de sua época. Nesse contexto, a pesquisa visa não só a encaixar Virgílio no Naturalismo brasileiro, mas também desvendar e apontar a presença de um Naturalismo que tinha suas raízes no sul do Brasil, expressão diversa do Naturalismo de Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha, que vinham do norte.

Nas buscas e consultas aos arquivos, encontramos nosso primeiro objeto de trabalho: um folhetim escrito por Virgílio Varzea e Oscar Rosas, publicado no jornal carioca *Cidade do Rio*, nos meses de novembro e dezembro de 1890, com o título de *O Comodoro*. Anos mais tarde, em 1901, a narrativa seria publicada em forma de livro, em Portugal, com o nome de *George Marcial*, sendo assinado somente por Varzea.

Nosso trabalho passou, então, a atrelar Virgílio Varzea e sua obra ao momento naturalista brasileiro, embora ele não apareça nas historiografias tradicionais como um integrante daquele movimento. A única exceção é uma menção tímida ao seu nome por Lucia Miguel Pereira, em *Prosa de ficção: história da literatura brasileira*, trabalho de 1950. Nossa tarefa atual é o de dar continuidade à busca e aquisição de material (fontes primárias, especialmente), a fim de

fundamentar teoricamente a posição de Varzea em relação ao Naturalismo, em especial, de acordo com os postulados do crítico norte americano David Baguley, em seu livro *Naturalistic Fiction: the entropic vision* (1990), cujas reflexões constam em artigo já em produção.

Ainda não fomos capazes de compreender bem os posicionamentos estéticos do grupo de Santa Catarina (que tinha simbolistas, naturalistas e decadentistas), mas encontramos várias menções a Virgílio Varzea como escritor naturalista na imprensa da época (que também deverão fazer parte do artigo a ser publicado), o que nos dá confiança para avançar nossa hipótese, de que ele seja um “pequeno naturalista” brasileiro. Dessa forma, essa hipótese já nos direciona a um novo momento, principalmente nos possibilitando novos impactos nos recortes canônicos da historiografia.

Lidamos, assim, com o perigo dos reducionismos e dos jargões que apregoam o discurso da crítica e fixam a produção literária de um determinado período dentro de uma perspectiva positivista de historiografia, corroborando em delimitações não plurais e muito restritas à pesquisa literária. Essas delimitações conservam conceitos e grupos hierárquicos excludentes, que também são englobados nas terminologias de gerações literárias ou escolas, das quais não se restringem unicamente ao século XIX, mas percorrem e ameaçam também algumas poéticas do século XXI, que são, também, delimitadas e comumente conhecidas como ficção contemporânea, até mesmo banalizando e esvaziando ideias que em sua raiz previam justamente a desconstrução de lugares definidos e centralizados na contemporaneidade. É por isso que devemos flunar nas lições do passado, mas também nos atentarmos às escrituras das poéticas do contemporâneo, como veremos a seguir.

### **Nas lições do passado, a reflexão contemporânea**

Em um segundo momento deste trabalho, e nas trilhas do que aprendemos com a pesquisa sobre a obra de Virgílio Varzea, encadeados pela já aludida pluralidade de vozes, estamos cientes do risco que paira sobre o pesquisador, dada a natureza do objeto pesquisado – a matéria literária. Mais ainda, sabemos o quanto é árduo estabelecer diálogos com as questões do passado. Aprendemos, a todo o momento, a saudar os avanços e reconhecer as (i)limitações da crítica, em sentido amplo e polifônico: daí reconhecer que nos encontramos em um terreno pantanoso e difuso, mas, ao mesmo tempo, entendemos que é esse terreno árduo, no qual as poéticas do contemporâneo se inserem, que paradoxalmente pode se configurar como um campo cooperativo fértil, estimulando

diálogos entre o que nos move e o que estimula das pesquisas acerca de Virgílio Varzea. Nesse percurso, entrelaçados nas aporias do estatuto do tempo e do indefinível fenômeno do ser (contemporâneo), a pesquisa intitulada “(Re) leituras do trágico na ficção contemporânea”<sup>2</sup> adentra os espaços de diálogo e embate entre tradição e contemporaneidade, especialmente no âmbito da prosa brasileira contemporânea.

Nesta perspectiva, a possibilidade de diálogo entre investigações aparentemente diversas requer de nós atenção para possibilidades de leitura do texto literário, com ênfase na crítica ao cânone e na revisão de seus postulados (por extensão, queremos repensar nossa tradição cultural baseada na hegemonia e na percepção de grupos que confundem seu gosto particular como o gosto de toda uma sociedade dada). Essas questões desestruturam as noções de estilos de época baseadas em um plano de ensino conservador e canônico. Deste modo, recuperando e apresentando autores que não se enquadram na redução historiográfica hegemônica, os lemos como articuladores de discursos híbridos, não conformados às ideias contrárias, entretanto vitoriosas, acerca dos movimentos artísticos e literários. Nossa crítica quer levar em conta, ao invés do que pressupõe certa teoria canônica, a pluralidade discursiva tratada por Mikhail Bakhtin (2003), como a polifonia própria do texto literário, em especial na prosa de ficção.

No contexto atual, a reavaliação das noções estabelecidas pelas instituições literárias – para as quais Terry Eagleton (2011) já bem nos alerta – emerge a análise crítica da obra do autor gaúcho Michel Laub. Este publicou em 1998 seu primeiro livro, intitulado *Não depois do que aconteceu*, uma reunião de contos que marcam sua primeira aparição no mercado literário como escritor de literatura. Publicou também *Música anterior* (2001), *Longe da água* (2004), *O segundo tempo* (2006), *O gato diz adeus* (2009) e *Diário da queda* (2011) e, recentemente, o romance *A maçã envenenada* (2013).

Assim, foi a partir das reuniões e discussões do grupo de pesquisa interinstitucional *Poéticas do contemporâneo*, no âmbito da UERJ/FFP, que configuramos nosso projeto, inserido na linha de pesquisa do grupo. Nosso projeto de pesquisa privilegia a produção literária de Michel Laub, em diálogo com a teoria literária e com a produção ficcional recente. Elegemos, para tanto, a obra *Música anterior* (2001) como motor inicial para o nosso estudo, pois esta obra suscita discussões

---

<sup>2</sup>Pesquisa desenvolvida pelo grupo de pesquisa interestadual “*Poéticas do contemporâneo*” (UERJ/UESC/UNIABEU), sob a orientação do professor doutor Paulo César Silva de Oliveira, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

acerca dos temas da memória, do livre-arbítrio, das relações interpessoais, da banalidade, da ficcionalização da cidade e, principalmente, da relação trágica do ser humano com o mundo com o qual o sujeito e os discursos se relacionam.

Nesse sentido, a poética de Laub possibilita discussões e (re)leituras que visam (re)constituir o texto literário e que possam engendrar uma leitura plurissignificativa, à luz dos estudos literários e da teoria – essas possibilidades de leituras, ativas e múltiplas são também entendidas como “modos de entrada” na ficção. Neste viés, a ficção laubiana nos conclama à revisitação do passado e ao estabelecimento de conceitos da tradição literária. Laub exige de seu leitor a capacidade de (re)configurar e desconstruir ideias e ideais hegemônicos que certa parcela da crítica, tísica e ainda canônica, advoga. Esses “modos de entrada” inserem o sujeito pesquisador (nós) em

[...] um espaço difuso para assim correlacionar essas novas formas de representação literária a um novo paradigma crítico e que é homólogo às práticas sociais de hoje, decorrentes da nova ordem econômica que se mostra hegemônica (DIAS, 2013, p. 47).

O processo de investigação das mudanças e reconfigurações da literatura dentro de um panorama histórico-teórico e cultural nos aponta para uma disciplina teórica que distenda as fronteiras paradigmáticas da teoria e dos discursos mais tecnicistas em literatura. Se retomarmos brevemente alguns dos textos fundadores dos estudos culturais, encontramos em Raymond Williams, em *Política do Modernismo* (2011), a tarefa dos estudos culturais como uma possibilidade de descrever um produto cultural não somente nos níveis formais, mas também nos níveis estéticos de seus componentes internos e sociais, principalmente no que diz respeito à tradução da interferência externa que se realiza internamente na obra, ou, ainda, algo que futuramente virá a ser radicalizado no pensamento de Pierre Bourdieu, em *As regras da arte* (1996), como “Campo literário”. Contudo, parece ser insistente a discussão em defesa de um discurso autônomo da literatura não como mais um produto cultural, mas como um produto único e sob as ameaças da diluição dos estudos literários frente aos estudos culturais. Para a professora e crítica Eneida Souza (1998), a polêmica reside, justamente, na carência de conhecimento teórico, principalmente por uma parte de teóricos e especialistas que acreditam no detrimento das análises ditas estritamente literárias sob as ameaças das interpretações de cunho filosófico, sociológico, cultural ou de outras perspectivas dentro das humanidades. Decerto, tanto as análises sobre a obra de Laub, que partem de um escopo teórico aberto junto à leitura cerrada num embate com o texto, quanto às investigações de reconhecimento e revisitação de autores postos à margem do cânone,

como no caso de Virgílio Várzea, nos lançam sob uma negociação da tensão entre teoria e prática investigativa.

A desfronteirização dos saberes, o fim do discurso técnico da filosofia e a leitura multicultural e interdisciplinar nos estudos literários, constituem uma chave para uma perspectiva interdisciplinar como reconhecimento da literatura inserida dentro dos estudos da cultura e como forma de resistência às instituições literárias. Nesse caso, esse debate não estaria inserido nos relatos ou nas narrativas de cunho sociológicos e antropológico, mas sim nas artes e na averiguação do seu contexto histórico e social, que, como nas palavras de Antônio Candido (2000, p. 1), “[...] se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma”. Um pouco mais adiante, nas palavras do crítico Silviano Santiago (2008, p. 137) “[...] considerando-se esta não mais como manifestação exclusiva das belles lettres, mas como fenômeno multicultural que estava servindo para criar novas e plurais identidades sociais”.

Esses modos de entrada na ficção, seja no seu recurso de investigação em fonte primária, seja na análise estrutural, filosófica e social do texto, corroboram no momento de redefinição da crítica, principalmente ao abarcar um período em que só nos restam as zonas de risco necessárias à crítica e à investigação literária. São esses os recursos que ainda podem nos permitir a compreensão das relações de poder das instituições literárias.

Desta forma, assim como no trajeto de pesquisa acerca da recuperação literária de Virgílio Varzea e sua obra, Laub também nos expõe a um espaço de risco e de retrocessos, pois sua narrativa nos leva a atravessar um mundo de possíveis diálogos com outras obras expoentes, além de nos chamar a atenção para as impossibilidades de que respostas urgentes dadas, de forma igualmente urgente, são, quase sempre precárias. E é essa precariedade sintomática do desespero diante da presentificação, do aqui e agora, assim como um vazio, é o que nos angustia. É preciso ter cautela com certos jargões conferidos às narrativas já inseridas numa simplória rede conceitual de “literatura brasileira contemporânea”, ou “pós-moderna”, cujas perspectivas ou análises tendem a serem vistas, em um primeiro momento, dentro de uma rede geral e genérica que as expõem num mesmo conjunto de obras ditas pós-modernas ou contemporâneas sem ao menos questionarmos a validade dessas terminologias em duas diversas acepções, desde as provocações da condição pós-moderna de Jean François Lyotard, até mesmo as mais respeitadas críticas ao capitalismo tardio e - às análises da cultura de massa de Fredric Jameson e Terry Eagleton. É preciso uma maior compreensão das redes conceituais do contemporâneo, que mesmo já em processo, é preciso olhar o

que se constituiu no passado, ainda que com os pés no presente, para evitarmos o ciclo de reprodução e esvaziamento do debate.

As obras vão requerer do crítico a compreensão e revisitação de textos literários e das teorias solidificadas pela crítica que amalgamam o cânone, mas, principalmente e necessariamente, do questionamento da própria instituição literária que confere às obras um estatuto canônico e referente a uma determinada rede conceitual de literatura determinada pelas relações estéticas e temporais, como a classificação de literatura contemporânea. Respeitando as necessidades de cada objeto literário visto em sua singularidade, objetivamos produzir novos e múltiplos sentidos para novas questões ligadas às obras relacionadas, à luz da teoria – no sentido da reavaliar as fronteiras dos saberes, conforme Fredric Jameson (2006) – ou mesmo por meio da pesquisa histórica, que contemple a investigação dos acervos e alimente uma arqueologia desestabilizadora das noções vigentes de cânone literário.

Quando Bourdieu, em *As Regras da Arte*, cunha o campo literário como um campo de batalha e nos entrega ferramentas do capital literário que nomeiam a obra dentro do campo a partir de valor, prestígio e poder, o que se tem é uma abertura e alargamento da esfera da crítica e da própria teoria em si. Assim como o escritor, o pesquisador de literatura ou teórico literário não tem posse de uma autonomização (das regras) ou do próprio capital literário que possibilite alterar as regras do jogo deste campo, ou mesmo, alterar num rasgo radical a história de valores e conceitos já estipulados. Mas há a possibilidade de um capital simbólico pelo que nos é legado dos estudos culturais, da pesquisa em fonte primária e das perspectivas interdisciplinares em teoria, para que possamos repensar as condições da história literária e compreendermos as peças fundamentais que estruturam esse jogo, seja na (re)descoberta do passado ou nas (in)certezas no projeto inacabado que é o presente, que, por vezes arbitrário, conservador e tecnicista, estipula jargões, visões reducionistas, verdades edificantes e perspectivas positivistas e cartesianas de literatura, colocando o que não convém à instituição literária à margem.

### **Considerações finais**

Entendendo a literatura como uma das possíveis formas de se revisitar a tradição, sem negar as experiências do passado e sem abolir as possibilidades do futuro, como adverte Aduato Novaes (2008), temos a ideia de história como imbricação de relações políticas, culturais e sociais em uma época ou em um tempo dados. Com isso, a pesquisa literária – aqui compreendida como algo

concentrado na leitura cerrada dos textos literários, de suas teorias, de seus documentos, enredados nos dispositivos histórico-culturais – se configura para além da ideia de reconstruir o passado a partir de fatos amalgamados pela matéria histórica e literária. Sendo assim, a literatura é, também, uma forma de fixar a discussão político-cultural que estabelece, a partir do paradigma crítico-reflexivo da crítica atual, “operações culturais” e estratégias discursivas que iluminam o passado a partir das diferentes maneiras de correlacioná-lo com o presente, conforme Aداuto Novaes (2008, p. 11) bem sintetizou:

A História não é, pois, a passagem de um amontoado de fatos desordenados a ideias abstratas atemporais. Como trabalho de pensamento, ela é “a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que nos ‘reanimamos’ ou ‘reativamos’ a partir do nosso presente. Operações culturais capazes de “abalar a imaginação” para que possamos conceber, como escreve Merleau-Ponty, toda a sorte de possíveis dos quais não temos experiência.

Neste contexto, assumindo os possíveis riscos do embate com a tradição e velhos paradigmas da concepção de história na contemporaneidade, esse resgate do passado, através da incursão histórica das culturas, deve se dar pelo reconhecimento da margem e das culturas dos sujeitos na história literária. Com isso, entendemos a literatura, especificamente a ficção e as teorias disponíveis, como um aparato teórico que nos auxilia a ressignificar os textos, assim destituir certos paradigmas rígidos que formam algumas noções arraigadas sobre o que sejam as narrativas, imobilizando-as.

Daí que assumimos, aqui, uma posição do olhar contemporâneo como necessariamente crítico, como uma possível e desejável ressignificação das verdades e origens, entendendo a literatura como aquilo que nos possibilita o diálogo com o mundo. Nas palavras do professor Paulo César Silva de Oliveira (2010, p. 35), a literatura, ou a escritura, deve ser entendida como “redução das complexidades em um mundo cada vez mais afeito à redução de todas as formas”. Vemos então, na pesquisa, uma possibilidade de desestabilizar, com o auxílio das teorias e dos acervos, as noções precárias e reducionistas que, no lugar de uma crítica encomiástica, entenda a literatura, hoje, em seus espaços, seja por meio de sua economia interna, seja em seu tempo (presente) ou por meio de questões extemporâneas, ou seja; é preciso ter ciência de que as reflexões, fora do pensamento dialético ocidental, podem também ser amargas. Desta forma, precisamos assumir riscos, sob olhares suspeitosos e no risco de objeções, próprias de tempos incertos e obscuros.

O estudo da literatura contemporânea expõe o crítico e o pesquisador a um exercício de adaptação, avanços e retrocessos, em que o presente se caracteriza por inseguranças e incertezas,

gerando um espaço conflituoso entre literatura, história, mundo, sociedade, ficção, mercado e escritor. A atual produção literária, especialmente a dos últimos dez anos, é marcada por obras que se enquadram no período comumente chamado de pós-modernismo – o qual não podemos simplesmente definir ou julgar, mas sim questionar suas (im)possibilidades, suas divergências epistemológicas, seus limites e seus impasses.

Portanto, o que visamos neste trabalho conjunto foi o estabelecimento de algumas considerações, partindo da aproximação de nossas experiências enquanto alunos/pesquisadores do curso de Letras, a fim de mostrar que, apesar da investigação pautada no estudo de escritores tão distantes no espaço-tempo, nossas pesquisas acabam por se entrecruzar, irmanadas por questionamentos semelhantes, que se aproximam, e cooperam para a formação discente em Letras, especialmente na busca de um olhar mais ativo e crítico frente ao objeto literário.

Tanto na investigação de acervos e periódicos literários do século XIX, quanto na análise crítica e na leitura cerrada da nova produção literária, se ampliam as possibilidades de reestruturação, sob os auspícios do “surgimento de um novo tipo de vida social e uma nova ordem econômica” (JAMESON, 2006, p. 20) e de leituras múltiplas que possibilitem a revisão das possibilidades de diálogo com o mundo e com as condições de publicação em uma época dada. Tal possibilidade só se revela no risco da pesquisa e com o amparo da teoria, e assume um papel e um lugar combativo na crítica literária, onde o poder e as práticas culturais são contestados e desafiados.

Assim, pesquisar Virgílio Varzea é o mesmo que compreender as condições de sua produção em uma determinada época, tendo em vista as possibilidades de redefinição dos critérios de valor que moldaram certas verdades emitidas pela crítica literária no século XIX e ao longo do XX. Tal incursão vislumbra desconstruir os critérios que corroboraram a marginalização dos escritos de autores desvalorizados, por meio de critérios críticos baseados em ideias excludentes que leram mal e de forma nociva a posição do Naturalismo no percurso historiográfico brasileiro.

Amplia-se, assim, a possibilidade de resgatar autores a fim de aderir novas significações ao que se entende por naturalismo, partindo não só de um olhar que incida em sua época de produção, mas também inserindo diferentes e múltiplos entendimentos sobre o fenômeno literário e sua forma de diálogo com o mundo.

Faz-se, finalmente, da visão benjaminiana sobre a história uma possibilidade, em que as forças políticas e ideológicas dos discursos emergem na literatura, sem que precisemos abdicar do

jogo e do lúdico (e, por extensão, o jogo semiótico *barthesiano*), mas sempre nos lembrando de que devemos fincar os pés no presente, sem deixarmos de estreitar relações com o passado.

Se há uma tarefa designada ao teórico ou pesquisador da literatura, essa pode ser definida pela recusa do pesquisador como um sujeito diletante, a contemplar nuvens, mas na afirmação de alguém que entende as questões do seu tempo e as coloca em perspectiva, sendo ao mesmo tempo dialógico e discursivo, crítico e ideológico, político e humano. É necessário trazer à superfície do texto as contradições simbólicas de uma história reprimida, concebendo na literatura e nas manifestações culturais em geral o reconhecimento das externalizações que circunscrevem a obra literária e aquilo que a desloca à margem. Eis a proposta de revisar, desconstruir e produzir novos modos de entradas – esses múltiplos e desfronteirizados.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. São Paulo: Argos, 2013.

BAGULEY, David. **Naturalistic fiction: the entropic vision.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Felício. (Re) leituras do trágico na ficção contemporânea: o cotidiano e o homem comum, em Música anterior, de Michel Laub. **Alumni**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-66, 2013.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAUB, Michel. **A maçã envenenada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **O diário da queda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **O gato diz adeus.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O segundo tempo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Longe da água**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Música anterior**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Não depois do que aconteceu**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1998.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Paulo César. **Poéticas da distensão** (entre a transcrição da paisagem e a escritura do caminho: crítica e desconstrução no Grande Sertão: veredas). Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Eneida Maria de. A teoria em crise. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Florianópolis, n. 4, p. 19-29, 1998.

THÉRENTY, Marie-Ève. **La littérature au quotidien**: poétiques journalistique sauXIXe siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

VARZEA, Virgílio. **George marcial, romance da sociedade e da política do fim do império**. Porto: Editores Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

WILLIAMS, Raymond. **Política do modernismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## A-COR-DE ANGOLA: CONCEITOS E PRECONCEITOS EM “ZITO MAKOA, DA 4ª CLASSE”, DE LUANDINO VIEIRA

Pedro Henrique Gomes Paiva \*

**Resumo:** Partindo do conto “Zito Makoa, da 4ª Classe”, de José Luandino Vieira (1962), escritor angolano de língua portuguesa, este artigo propõe uma análise literária norteada pelas discussões teóricas de Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Stuart Hall e Thomas Bonnici acerca dos conceitos de cultura, subalternidade, representação, identidade e pós-colonialismo. Voltando nosso olhar para a realidade histórica e social de Angola, temos como objetivo analisar o lugar de fala dos personagens do conto, considerando as relações desiguais e dicotômicas representadas no texto em questão. Baseado nos estudos pós-coloniais da literatura e na história de Angola como colônia de Portugal, verifica-se que o protagonista representa um sujeito silenciado e oprimido, vivenciando situações onde forças opressoras convergem para a manutenção da sua condição subalterna. Consta-se ainda, na figura de Zeca, a emergência de um sujeito deslocado, vivendo no entre-lugar teorizado por Homi Bhabha, atuando para diminuir o sofrimento do protagonista.

**Palavras-chave:** Literatura angolana. Pós-colonialismo. Racismo. Subalternidade.

## THE COLOR OF ANGOLA: CONCEPTS AND PREJUDICES ON ZITO MAKOA, DA 4ª CLASSE, BY LUANDINO VIEIRA

**Abstract:** Based on the short story “Zito Makoa, da 4ª Classe” by José Luandino Vieira (1962), angolan writer of portuguese language, this paper purposes a literary analysis guided by the theoretical discussions of Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Stuart Hall and Thomas Bonnici about the concepts of culture, subordination, representation, identity and post-colonialism. Turning our gaze to the historical and social reality of Angola, we aim to analyze the place of speech of the characters of the short story, considering the unequal and dichotomous relationships represented in the text. Based on post-colonial studies of literature and Angola’s history, as Portugal’s colony, it turns out that the protagonist represents a muted and oppressed man, living situations where oppressive forces converge to the maintenance of his subordinate status. We can notice in Zeca’s figure the emergency of a displaced man living in-between, theorized by Homi Bhabha, acting to reduce the protagonist suffering.

**Keywords:** Angolan Literature. Post-colonialism. Racism. Subordination.

*[...] Pois olha: foi para mostrar que o que os homens fazem é apenas obra dos homens... Que o que os homens fazem é feito por mãos iguais, mãos de pessoas*

---

\* Mestrando em Letras, Literatura, pela Universidade Federal de Tocantins.

*que se tivessem juízo sabem que antes de serem qualquer outra coisa são homens. Deve ter sido a pensar assim que Ele fez com que as mãos dos pretos fossem iguais às mãos dos homens que dão graças a Deus por não serem pretos.*

(Luís Bernardo Honwana<sup>1</sup>)

## Introdução

No conto “Zito Makoa, da 4ª classe”, José Luandino Vieira transfere para o espaço disciplinar escolar as questões sociais que afligem Angola durante a colonização portuguesa. Neste espaço da narrativa, onde as relações de força e poder se evidenciam, as crianças reproduzem o discurso disseminado pelos adultos responsáveis por sua educação, e, muito provavelmente, as falas compartilhadas no espaço privado das casas. Luandino constrói um narrador onisciente de terceira pessoa, cuja voz algumas vezes se confunde com as dos personagens, sendo impossível definir quem fala nesses momentos. Apesar de o narrador não assumir abertamente um discurso politizado, percebe-se – na construção das cenas e dos personagens – um tom de denúncia social e representação da violência cultural, física e verbal provenientes da colonização.

Há uma estreita relação entre ficção e história nas narrativas pós-coloniais, assim, para compreender o conto em análise em sua total abrangência, torna-se relevante ter consciência do momento histórico em que foi escrito, uma vez que o autor trabalha numa perspectiva de denúncia social, trazendo para sua ficção a realidade dos angolanos moradores dos *musseques*, local de origem do protagonista do conto em análise.

Este tom de denúncia, característica da obra de José Luandino Vieira, representa as tensões e os conflitos formadores de sujeitos híbridos presentes na sociedade angolana da época, articulando as diferenças que, segundo Bhabha (1998, p. 21), compõe a negociação complexa “que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”, pelo qual passava Angola em 1962, quando o conto foi escrito.

Apesar da sua origem portuguesa, e da cor branca da sua pele, José Luandino Vieira, recebe cidadania angolana após a independência do país, sendo considerado um dos escritores mais

---

<sup>1</sup> Escritor negro Moçambicano, participou da luta pela independência de Moçambique, foi preso em 1960. Trinta anos depois, nomeado ministro da Cultura, foi um dos signatários do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

representativos de língua portuguesa em Angola. O autor envolveu-se, como muitos outros intelectuais, nas lutas pela libertação de Angola. Filiou-se ao partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e foi detido e condenado pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) em 1959 por ter combatido durante a Guerra Colonial. Cumpriu pena em Cabo Verde e posteriormente em residência vigiada em Lisboa, só retornando a Angola em 1975, período em que o MPLA passou a governar o país, chegando a assumir diversos cargos políticos relevantes.

A maior parte de sua obra foi escrita durante o período em que esteve preso e procura desvelar a condição da população angolana durante a colonização portuguesa traçando um quadro representativo das lutas pela independência do país, sendo símbolo de resistência e grande precursor da literatura pós-colonial ao lado de Pepetela, Boaventura Cardoso, José Eduardo Agualusa, e outros.

Luandino, por sua vivência em um período social e político conturbado na história de Angola, e também por ser um homem branco lutando ao lado de homens negros pela independência do país, pode ser lido – na perspectiva de Bhabha (1998) – como um sujeito híbrido, que brota do momento de transformação pela qual passou a então colônia portuguesa na segunda metade do século XX.

Certamente, a história de colonização e independência de Angola é complexa e extrapola as relações representadas no conto. No entanto, este pode ser compreendido como uma metonímia do processo colonial e suas consequências – pois retrata as relações tensas e esse espaço de negociação descrito por Bhabha (1998) em *O local da cultura*, onde desenvolveu sua teoria do Terceiro Espaço. Logo, a história de Angola não começa com a chegada dos Portugueses e nem termina com a saída deles; mas certamente o futuro do país está e estará para sempre marcado pelas relações desiguais criadas pelo processo colonial.

Durante o percurso da análise, nos perguntamos se esta obra pode ser lida como uma metáfora para o período (pós-)colonial de Angola, onde estão representadas as relações estabelecidas entre os atores desse período (pós-)colonial, relações estas marcadas pela cor, nacionalidade e divisão de classes. Dentro desta dinâmica, Zito Makoa seria a representação do sujeito silenciado e oprimido – tanto física quanto moral e psicologicamente? Concomitantemente, e tendo em mente tanto o sujeito híbrido e deslocado de Bhabha, quanto o sujeito subalterno de Spivak, analisamos os laços de afeto e amizade entre Zito Makoa e Zeca Silva.

Para responder a tais questionamentos pensamos a relação entre ficção literária e história dentro da literatura de Luandino. Na primeira parte, estabelecemos um paralelo entre história e ficção, como estas duas faces da cultura de uma nação se relacionam e trabalham juntas para desvelar as mazelas de um povo. Na segunda parte, tratamos dos significados emergentes e do estranhamento que a linguagem utilizada no conto nos causa em decorrência da mescla de língua portuguesa com línguas africanas nativas. Na parte seguinte, tomamos como ponto de partida a frase que move o enredo do conto para discutirmos temas relevantes como a questão da marginalização, a opressão e as formas de preconceito, discriminação e silenciamento sofridos por Zito Makoa, personagem sem direito à voz, que mesmo quando fala (bilhete) não pode ser ouvido.

### **Onde história e ficção se cruzam**

No centro do enredo de “Zito Makoa, da 4ª classe” está a pequena e poderosa mensagem escrita no bilhete, causador de toda a confusão e violência retratada no conto: “Angola é dos Angolanos”. Mais que uma mensagem, a frase quer condensar em quatro palavras parte do ideário atribuído ao movimento libertário de Angola. Mas cabe a nós refletirmos sobre o significado por detrás desta afirmação, por si só inquietante, uma vez que todos os personagens do conto – supõe-se – sejam angolanos.

Podemos deduzir, pela pouca idade do protagonista, Zito Makoa, não mais que uma criança, que a frase no bilhete secreto não seja parte de seu repertório de criança, mas algo ouvido nos bairros negros e pobres onde mora, ou mesmo de seu irmão. Zito é conhecido na escola por ter um irmão mais velho, a quem os outros alunos chamam de “terrorista”. O irmão de Zito é apenas citado e pelo contexto histórico e social da época da publicação do conto, pode-se supor que o irmão fizesse parte dos movimentos revolucionários angolanos, sendo filiado a um dos partidos radicais que encabeçavam a luta pela libertação de Angola. Possivelmente, o próprio MPLA<sup>2</sup>, partido do qual o próprio autor, Luandino, fora membro e representante durante muito tempo.

---

<sup>2</sup>Três partidos disputavam o governo de Angola, o MPLA, o FNLA e a Unita. Dos três, apenas o primeiro aceitava a participação de brancos como membros. “A existência de três grupos guerrilheiros reflete divisões étnicas e ideológicas. O MPLA é um movimento multirracial, apesar do predomínio da etnia quimbundo, de base marxista pró-soviética. A FNLA tem sua base na etnia bacongô, do norte do país, e se opõe às ideias socialistas. Já a Unita, de forte presença entre os ovimbundos do centro e do sul de Angola, é apoiada, inicialmente, pela China, e sofre influência maoísta; mas depois se torna anticomunista” (OLIVEIRA; PEDRO, 2013, p. 813).

Durante a dominação do Império Português, a organização de partidos políticos contra o governo imperialista era um movimento que ocorria na clandestinidade, por isso, as reuniões partidárias aconteciam durante a noite, dentro da casa de um dos membros dos grupos especialmente formados por jovens, que muitas vezes se reuniam secretamente para ouvir no rádio, em volume muito baixo, notícias sobre as movimentações revolucionárias. A situação no país é de tensão e conflito, e este clima tempestuoso é transferido para o conto já nas primeiras linhas.

No início do conto, a professora adentra a sala de aula e há uma confusão instaurada, uma briga entre dois alunos, Bino e Zito. Temos, então, a primeira dicotomia. Bino representa o homem branco, filho de portugueses e Zito representa o negro, filho de nativos angolanos. Outra relação que se pode fazer entre os dois personagens é a de colonizador e colonizado, respectivamente. Bino reproduz um discurso de ódio contra o menino negro, sem perceber a contradição da qual faz parte – Bino age como se o espaço escolar não fosse um lugar para um negro, como se a escola e, por consequência, a Angola, pertencesse aos brancos, aos portugueses.

[...] assim que a campainha do recreio gritou, na confusão da brincadeira da saída atrás da professora, Bino pôs logo um soco nas costas de Zito.

– Possa, negro! Não vês os pés dos outros?

Era mentira ainda, Zito estava na frente, não podia lhe pisar. Isso mesmo refilou o Zeca logo, adiantando no meio dos dois. E aí Zito sorriu seu sorriso gordo e tirou o amigo.

– Deixa só, Zeca! Esse gajo anda-me procurar ainda. Chegou a hora!

Riu Bino, riu de cima da sua estatura de mais velho e arreganhou-lhe:

– O quê? Queres pelejar? Ponho-te branco! (VIEIRA, 2010, p. 124).

Todo o texto, metafórico, parece reproduzir a relação estabelecida entre Portugal e Angola, durante o período colonial. O Bino serve-se da violência para invadir o espaço físico do outro, agredindo-o nas costas, e utiliza a mentira de que Zito havia lhe pisado os pés para dar início a uma disputa. Sugere ainda que se o negro quiser brigar, ele (Bino) o porá branco, fazendo uma alusão ao fato de o colonizador utilizar a violência para forçar o colonizado/Zito a se submeter às normas e condutas estabelecidas pelos brancos. Entre as duas figuras opostas na disputa, surge o personagem Zeca, representando o branco, filho de portugueses, simpaticamente dos nativos angolanos. A amizade entre Zeca e Zito é uma relação fraterna, que escapa ao modelo hierárquico geralmente construído entre negros e brancos no espaço colonial. No momento da disputa, Zeca reconhece o erro e a mentira de Bino e se põe ao lado da causa que ele considera mais justa, ou seja, do lado de Zito.

Pode-se pensar este ambiente escolar como o local de contato que, segundo Bhabha (1998, p. 20), é o *entre-lugar*, um espaço subjetivo em que as “experiências intersubjetivas de nação, o interesse comunitário, ou o valor cultural são negociados”. Vivendo nesse *entre-lugar* de negociações, Zeca é um sujeito deslocado ao vivenciar um não pertencimento duplo, pois seus iguais não o aceitam por suas afinidades com o outro grupo cultural ao qual não pertence. Sua cor, não permite que Zeca seja identificado como um angolano nativo, e suas ideias o diferem dos filhos dos portugueses brancos como ele, por não compactuar a violência e o ódio que eles têm pelos negros.

Zeca, ao render-se aos desdobramentos de uma amizade com Zito, também sofre discriminação por ser um menino branco se relacionando com um menino negro. Na voz de Bino e dos colegas de classe, Zeca é definido como sendo “esse amigo dos negros, sem-vergonha” (VIEIRA, 2010, p. 124). Entretanto, Zeca não ligava para a alcunha, pois tinha em Zito um amigo, independentemente do preconceito e das tradições que os queriam separados.

Além do bilhete transgressor, as três balas vazias encontradas por Zito no *musseque* – designação dada geralmente a bairros periféricos de Luanda, local onde a violência entre membros das facções/partidos era mais latente – deram motivo a discussões. Percebe-se ainda a existência de uma possível referência aos partidos políticos rivais em Angola, cada bala representando um partido, MPLA, FNLA e Unita. O que pode ser lido como uma crítica de Luandino ao procedimento violento pelo qual os grupos lutavam pela libertação de Angola e pelo poder, violência proveniente geralmente da diferença étnica entre os partidos, formados por grupos considerados, de certa forma, tribalistas. Violência esta que geralmente atingia a população mais carente e periférica do país, os marginalizados habitantes dos *musseques*. Zito leva as balas para presentear Zeca, como se para este, os objetos fossem motivo de admiração, algo que não fizesse parte do seu cotidiano. O lugar onde os garotos moram ressaltam mais uma dicotomia presente no conto, a relação pobre/rico. A troca entre os dois amigos pode ser uma alusão ainda à troca cultural entre portugueses e nativos.

Sempre trocavam suas coisas, lanche do Zeca era para o Zito e doces de jinguba ou quicuéra do Zito para Zeca. Um dia mesmo, na 3ª, quando Zito adiantou trazer uma rã pequena, caçada nas águas das chuvas na frente da cubata dele, o Zeca, satisfeito, no outro dia lhe deu um bocado de fazenda que tirou no pai. Eram esses calções que Zito vestia nessa manhã quando chegou no amigo para lhe contar os tiros no musseque e corrigir ainda os deveres, mania antiga (VIEIRA, 2010, p. 123).

Nota-se ainda a diferença contida na essência dos objetos de troca oferecidos por Zeca e por Zito, reforçando a dicotomia pobreza/riqueza. Enquanto Zeca, o português, lhe trás a “comida”, a “roupa” e a “intelectualidade”, símbolos da “superioridade” e “civilidade” portuguesa, mas também representativos das vestimentas, das leis, das escolas, e dos costumes impostos aos nativos pelos portugueses. Zito tem a oferecer sua “culinária típica”, sua “fauna exótica” e a “violência” cotidiana a que estava sujeito. A seleção dos itens pelo autor, se interpretados por um viés irônico, revela toda a problemática da colonização, a ideia que o colonizador tem sobre sua colônia e a maneira como acredita ser sua missão trazer civilidade para esse povo.

O teórico e crítico literário Thomas Bonnici (2009), em sua obra *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* analisa como se dá essa representação do colonizado, no conto reproduzida mesmo onde há uma relação de amizade e troca cultural.

Nas sociedades pós-coloniais, o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. O colonizador, seja espanhol, português, inglês, se impõe como poderoso, civilizado, culto, forte, versado na ciência e na literatura. Por outro lado, o colonizado é descrito constantemente como sem roupa, sem religião, sem lar, sem tecnologia, ou seja, em nível bestial. É a dialética do sujeito (agente) e do objeto (*o outro*, subalterno) (BONNICI, 2009, p. 265).

Zeca, mesmo se mostrando amigo de Zito, ainda pertence ao grupo dominante, ressaltado pela cor de sua pele e pelos elementos pertencentes a sua cultura: o lanche, a roupa, o lar. Zeca tenta se conectar a Zito por meio da troca, mas o que Zito tem a lhe oferecer é percebido por Zeca como objetos excêntricos. Mesmo não considerando Zito como ser inferior, Zeca reconhece que Zito pertence a uma classe marginalizada e discriminada, pois tenta protegê-lo dos ataques dos outros brancos.

Jane Tutikian (2006), em *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*, explora a questão do discurso colonial que de um lado se pensa redentor, e de outro cria um discurso de subalternidade e inferioridade. A autora afirma que:

se a expectativa do colonialismo era a de progresso – conforme Said (1995, p.18), ratificado por Bhabha (1998), quando fala em levar a civilização aos povos bárbaros ou primitivos, uma vez que “a retórica do poder gera, com muita facilidade, quando exercida num cenário imperial, uma ilusão de benevolência” – e, se o resultado é a falência, então, se coloca em dúvida a noção de identidade a partir de uma falha exposta (TUTIKIAN, 2006, p. 21).

Este discurso fica evidenciado na fala dos alunos da escola e da professora, mas também na ironia do termo “sacristas”, utilizado por Zito e Zeca. Sacristas remete a sacristão – está intimamente ligado ao projeto de cristianização e “progresso/civilização” levado pelos portugueses a todas as suas colônias.

A história de Angola, como a de muitos outros países colonizados pelos europeus, também foi marcada pela exploração, dominação, violência e imposição cultural e religiosa, em nome de uma humanização dos povos primitivos, em nome de civilizar a barbárie das colônias.

Os efeitos desse processo devastador, além das sangrentas guerras pela libertação, gerados pela imposição da cultura do invasor aos povos colonizados, suas leis, sua religião, as escolas, vestimentas, etc. reforçavam a ideia de que o modo de ser e viver do branco era superior. Mesmo quando havia uma troca de saberes e costumes isto não se dava de forma justa ou balanceada, mas sim causando uma desapropriação da identidade da colônia num primeiro momento e posteriormente levando este povo, nascido na colônia, sejam filhos nativos ou de colonizadores, a empreender uma busca por uma nova identidade, reagrupando-se e reorganizando-se de forma a conciliar as manifestações culturais remanescentes e agregadas em nome de uma nacionalidade.

Stuart Hall (1992), em *A identidade cultural na pós-modernidade*, reflete sobre as questões da identidade e da nacionalidade, ele pontua que:

Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. [...] A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta — isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. [...] as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero (HALL, 1992, p. 59).

Neste texto, Hall (1992) afirma que no encontro de diferenças, uma cultura sempre se sobreporá a outra, e geralmente as nações ocidentais modernas exerceram, ao longo da história das conquistas territoriais, “uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados”. O fato é que o território africano onde hoje se situa Angola, ao longo de sua história, mesmo antes da invasão europeia, já vinha sofrendo com as constantes migrações de povos de diversos lugares da própria África e esse encontro, nem sempre se dava de forma pacífica, as guerras por território e poder entre os povos migrantes eram frequentes e culminou na formação de grupos de etnias distintas habitando localidades específicas do território angolano, conforme afirmam Cibele Cheron e César L. Filomena (2008) em *O antagonismo ao extremo: luta pela libertação colonial e guerra civil em*

Angola. De acordo com Cheron e Filomena (2008), depois da libertação, esses grupos étnicos formaram partidos políticos e iniciou-se um período de violentas disputas pelo poder e controle do país, entre os três grandes partidos políticos que se formaram durante o período de colonização: o MPLA, FNLA e a Unita.

### **Linguagens em diálogo: um português angolano**

A troca cultural aludida no conto nos remete para a identidade deslocada de Luandino e dos personagens construídos por ele. Apesar de o autor não ter tomado parte de nenhum movimento de diáspora, sua obra contém traços e características de obras produzidas na diáspora. A construção do “espaço literário diaspórico” é um termo discutido com mais profundidade no artigo *Diáspora, espaço e literatura: alguns caminhos teóricos* de Gonçalves e Braga (2014). No conto, além dos personagens e do discurso do narrador, outros fatores situam este texto no espaço literário diaspórico como, por exemplo, a não linearidade da narrativa, que começa pela cena de uma briga entre jovens e depois retoma o passado das relações entre os personagens e, num terceiro momento, volta ao presente para relatar as consequências da confusão relatada no início do enredo. Tem-se ainda a composição dos *entre-lugares* onde a história se passa; para Zeca, o *entre-lugar* é o país hospedeiro (Angola) uma vez que ele tem descendência portuguesa; para Zito o *entre-lugar* é a escola, onde ele mantém contato com uma cultura que não é a sua, uma vez que este personagem, por ser negro, pertence a uma classe e raça consideradas inferiores, sem direito a frequentar um lugar reservado para os brancos. O clima tenso, recorrente das relações inter-raciais, ilustrado pela amizade entre Zeca, branco, e Zito, negro, e a opinião negativa que os outros têm desta relação também é uma característica do espaço literário diaspórico. Bem como, a linguagem do narrador e das personagens que

[...] caracteriza a diferença cultural na diáspora, sendo frequente o emprego de vocábulos, expressões e até textos inteiros em mais de uma língua e, muitas vezes, misturando e fundindo as línguas da terra natal e do país hospedeiro, constituindo uma conjuntura linguística híbrida (BRAGA; GONÇALVES, 2014, p. 45).

Em todo o conto de Luandino, apesar de ter sido escrito originalmente em língua portuguesa – língua oficializada em Angola na época da colonização, trazida e imposta pelos colonos portugueses como instrumento de dominação – notamos a presença das línguas nativas remanescentes em alguns vocábulos: *monandengue* (criança), *cambuta* (pessoa de pequena

estatura), *brututo* (raiz amarelada de um arbusto de mesmo nome, que tem propriedades medicinais), *borla* (carona), *jinguba* (amendoim), *quicuérria* (doce feito de farinha de mandioca e açúcar, muito popular entre as crianças angolanas), *cubata* (casa de construção precária, barraco), *musseque* (designação dada aos bairros periféricos de Luanda por estarem, geralmente, instalados sobre terrenos arenosos), *cagunfas* (medroso), *bassula* (rasteira), *gapse* (golpe de luta), *tacula* (árvore nativa de Angola, cuja madeira vermelha é muito utilizada na marcenaria) e o próprio nome do personagem principal *Makoa*, nome de um peixe da região, cujas características se assemelham as do menino, baixo, gordo e forte. A maioria das palavras citadas acima tem origem no quimbundo, língua nativa da região noroeste de Angola, incluindo Luanda, onde o conto se passa.<sup>3</sup>

Assim, como afirmamos acima, embora o autor não se encaixe no conceito de diáspora, seu conto possui características do espaço literário diaspórico, “que explicita um posicionamento político, dando voz a minorias deslocadas, ignoradas e silenciadas”; além de se situar em um espaço literário “[...] criado por escritores com história pessoal e familiar diaspórica, ou que optam por um estilo de vida diaspórico” (BRAGA; GONÇALVES, 2014, p. 46), como é o caso de José Luandino Vieira, por ter nascido em Portugal e vivido grande parte da vida em Angola. Embora não tenha feito parte de um movimento migratório, sua história de envolvimento político, sua passagem pela prisão, e pelas características essenciais da sua narrativa podemos considerá-lo um escritor deslocado, um sujeito que viveu na fronteira entre o ser português e o ser angolano e decidiu dar voz, em sua literatura, às minorias com as quais se identifica por ter vivido boa parte da infância e juventude nos bairros mais pobres de Luanda.

### **O desejo e o silenciamento de Zito**

No conto *Zito Makoa, da 4ª classe*, a marginalização do protagonista Zito é enfatizada pela presença autoritária de dois personagens significativos no conto, cuja função na obra é aludir ao poder conferido às instituições políticas e educacionais de reprimir, punir e oprimir qualquer tipo de manifestação rebelde no período colonial são eles: a professora e o diretor. Ambos, personagens inominados, representam tipos cruéis e intransigentes, movidos pela violência verbal e física e com quase nenhum senso de justiça e compaixão, especialmente para com negros.

---

<sup>3</sup> As traduções foram retiradas do glossário disponibilizado pelo autor anexo ao próprio conto.

A forma como Zito é tratado por esses dois personagens retrata a posição dos angolanos nativos e negros que assumem um comportamento que desagrade aos detentores do poder. Na escola, o discurso reproduzido é o de que os negros, só pelo fato de serem negros, sejam grandes causadores de problemas e, conseqüentemente, responsáveis por tudo de ruim que acontece no mundo dos brancos. Essa ideia fica evidente na fala determinista da professora e na fala preconceituosa do diretor, respectivamente:

Raivosa, a professora deu um puxão na manga de Zito e gritou-lhe: – Desordeiro, malcriados! És sempre tu que arranjias complicações!

[...] – Ah, não! Vadios na escola, não! Malandros, vadios de musseque! Se já viu esta falta de respeito! Negros! Todos iguais, todos iguais... (VIEIRA, 2010, p. 126).

Neste trecho, a relação de poder se materializa através de uma dicotomia criança/adulto, conferindo aos adultos o poder de punir o jovem Zito, mas a punição é motivada pelo fato de serem estes adultos brancos e a criança negra, uma vez que não há nenhum tipo de punição para as outras crianças brancas, inclusive Zeca que também havia transgredido as regras. A professora, ao deparar-se com a confusão instaurada na sala de aula, mesmo sem que ninguém tivesse acusado, logo deduziu que a culpa fosse do negro presente. O diretor, por sua vez, reproduz o discurso colonial, cujo teor coloca todos os negros em uma categoria inferior de seres humanos. Além da discriminação racial, o diretor ainda o antagoniza por sua pobreza e pelo bairro pobre onde mora, como se a pobreza não fosse um subproduto do domínio colonial. Ao menino, duas vezes discriminado, duas vezes marginalizado, pela cor e pela classe, só restou chorar e tentar resistir.

A coragem de Zito, a determinação em só chorar com os olhos, não com a boca, não reclamar, não se lamentar, pode servir de alusão ao tipo de resistência dos angolanos às inúmeras violações cometidas contra a sua dignidade humana, um tipo de resistência silenciosa, sofrida, mas corajosa.

Era o Zito mesmo que estava levar com as palmatoadas do diretor, se ouvia, cá fora, o barulho, mas nem um grito, nem um soluço mais, só as falas zangadas e raivosas da professora cambuta, chamando-lhe de negro malandro, mostrando o bilhete que ele, Zeca Silva, escrevera, ela tinha pernas gordas, para salvar o amigo da escola, o amigo das brincadeiras e de trocar coisas (VIEIRA, 2010, p. 128).

Ressalta-se, no trecho, o silenciamento do menino que sofre o castigo sem que se ouça a sua voz, o seu lamento, apenas as acusações. Também fica claro, no trecho, que o autor do bilhete motivador do castigo não fora Zito. Zeca escreve o falso bilhete para entregar a professora e manter

o conteúdo do verdadeiro em segredo, pois sabia que o texto deste traria maiores problemas a Zito. O conteúdo do bilhete verdadeiro colocaria Zito na categoria de terrorista, parte dos grupos que lutavam pela independência e libertação do país. A professora pune Zito pelo bilhete falso que Zeca escrevera, ofendida por ter um menino negro apontando uma imperfeição sua. Conhecendo a maneira de pensar de seus colegas brancos, e as ideologias que cercavam seus discursos, esta é a forma que o menino branco (Zeca) encontra para salvar o amigo negro (Zito) do poder opressor personificado na professora e no diretor, reafirmando novamente a sua posição de pacificador.

Esta representação metafórica pode ser uma alusão ao modo como são vistos os angolanos de origem portuguesa, como é o caso de Luandino (autor) e Zeca (personagem), que tomam o partido dos negros na disputa política. Pensando na história de vida do autor, pode-se pensar que há uma relação intimamente construída entre Luandino e seu personagem Zeca, cujos laços vão se tornando indissociáveis à medida em que se toma conhecimento de ambas as histórias, ficcional e real.

Zeca sabia que Zito seria punido de qualquer maneira, mas consegue evitar que o amigo seja expulso da escola ou denunciado como terrorista. Nesta passagem, percebe-se que não somente Zito é silenciado, mas também Zeca. Por conhecer o pensamento do branco em Angola, Zeca prefere manter-se em silêncio mesmo após Zito ter deixado claro que o conteúdo do bilhete – “Angola é dos Angolanos” – poderia ser revelado à professora.

A mensagem escrita por Zito representa uma ameaça – e apesar de podermos pensar que não fosse uma ideia puramente sua, mas de pessoas com as quais Zito convivia diariamente – seu poder de perturbar a ordem certamente lhe traria sérios problemas. Sabendo que o irmão mais velho era um membro de um dos partidos revolucionários de Angola, pode-se presumir que o menino tenha ouvido a frase emblemática e se apropriado da mensagem que ela passa, talvez até mesmo sem compreender totalmente o que aquela pequena mensagem significa num sentido mais profundo.

O conflito de vozes do sujeito marginalizado é discutido por Gayatri C. Spivak (2010) em *Pode o Subalterno Falar?* Ela questiona o lugar de fala do sujeito subalterno pós-colonial, que aparentemente não tem voz, mas que é representado por intelectuais que falam por eles, sem, no entanto, deixar que falem por si só.

No conto, o subalterno está representado na figura de Zito Makoa, onde este tem apenas quatro falas em discurso direto: “– Sente, Zeca! Te trouxe três balas!” (VIEIRA, 2010, p. 124) quando Zito oferece um souvenir de seu exótico e violento *musseque* ao amigo português numa

prática habitual entre os dois, a troca; “– Deixa só, Zeca! Esse gajo anda-me procurar ainda. Chegou a hora!” (VIEIRA, 2010, p. 124) quando Zito recusa a defesa de Zeca, no momento em que Bino ameaça bater-lhe. Zito tenta afirmar que é capaz de se defender sozinho e não precisa da ajuda do outro; “– Não escrevemos bilhete nenhum...” (VIEIRA, 2010, p. 126) mente Zito para a professora, na tentativa de não ser punido pela brincadeira, também tentando se defender da acusação dos outros colegas que os acusaram de trocar bilhetes com frequência; e “– Dá ainda, Zeca. Não importa” (VIEIRA, 2010, p. 126) quando Zito pede para Zeca mostrar o bilhete à professora, afirmando, indiretamente, que não importa que os outros saibam em qual verdade ele acredita.

A respeito deste silenciamento sofrido por Zito, podemos dialogar com Spivak (2010, p. 32, grifos do autor), em um trecho de seu livro em que ela discute citações de Foucault:

Visto que ‘a pessoa que fala e age (...) é sempre uma multiplicidade’ nenhum ‘intelectual e teórico (...) [ou] partido (...) ou sindicato’ pode representar ‘aqueles que agem e lutam’ (FD, p. 206). São mudos ‘aqueles que agem e *lutam* em oposição aqueles que agem e *falam*? (FD, p. 206).

Fica claro que Zito não é mudo – ele pode falar – entretanto não lhe é permitido. Ele tenta falar, constantemente, na tentativa de evitar que outros falem e pensem por ele. É uma tentativa inútil, pois os discursos já foram pré-concebidos para ele, definitivamente instalado na subalternidade. E tudo o que ele diz, com exceção da primeira sentença, é ignorado.

Ao se apropriar dos princípios nacionalistas do irmão mais velho, Zito talvez não tivesse consciência de estar adentrando em uma discussão ideológica muito perigosa para ele, pois se o próprio irmão era visto como um terrorista, ele também seria mal visto ao compartilhar essas ideias libertárias. Entretanto, antes mesmo de escrever o bilhete, as pessoas já o discriminavam – tanto pelo irmão, como por sua etnia – como fica claro neste trecho do conto:

Foi ele que pôs a primeira bassula no Bino e atacou-lhe um gapse mesmo no pescoço, mas os outros amigos do miúdo – eram três – quando viram, saltaram em cima do Zito e surraram-lhe socos, pontapés e tudo e mesmo os outros que estavam de fora não quiseram desapartar, falavam era mesmo bem-feito, esse miúdo tinha o irmão terrorista, todos sabiam, e o melhor era partir-lhe a cara dessa vez para não abusar (VIEIRA, 2010, p. 125).

No fim, o conteúdo do bilhete verdadeiro permaneceu secreto, sendo conhecido apenas pelo leitor e pelos dois meninos. Isto significa, que mais uma vez, a voz de Zito fora obliterada por Zeca. Este poder concedido a Zeca de decidir qual bilhete deverá ser revelado mais uma vez distingue os

dois meninos. Pela mesma falta, o negro vai para o castigo e o branco recebe uma advertência verbal.

No final há uma reaproximação entre Zeca e Zito, pela troca, e pela referência que o narrador faz sobre a cor da pele da mão de Zeca e Zito, ambas cor-de-rosa.

Estabelece-se então, através da cor das palmas das mãos dos personagens uma relação íntima de igualdade nestes dois trechos, no início do conto:

Viu Zito mostrar as três balas vazias, amarelas, a brilhar na palma da mão dele cor-de-rosa [e no final:] Devagar, trepando na cadeira, sem barulho, (Zito) recebeu o bilhete, guardou-lhe bem no calção e pôs outra vez na mão do amigo as três balas vazias, que luziram amarelas na pele cor-de-rosa de Zeca Silva (VIEIRA, 2010, p. 124, 129).

As palmas das mãos dos dois personagens estabelecem uma ligação entre eles, uma marca de igualdade no corpo das duas crianças.

A leitura que se faz do trecho é a de que as palmas das mãos dos negros e dos brancos, por serem iguais, são capazes de fazer a mesmas coisas, sejam boas, ou más. Se brancos podem invadir e dominar os territórios e matar negros em nome de uma nacionalidade, em nome da mesma nacionalidade os negros estão invadindo e ferindo uns aos outros em Angola. Ou seja, negros e brancos são capazes de salvar, mas também são capazes de matar uns aos outros, não há identidade que seja completamente vítima ou completamente opressora.

### **Considerações finais**

Considerando-se o percurso turbulento pelo qual se constitui a história de Angola e a participação massiva da intelectualidade nos processos de mudanças ocorridos no país, torna-se quase impossível, e poderia até ser um erro, tentar separar a vida dos autores angolanos do conteúdo de suas obras. José Luandino Vieira teve uma vida engajada nas lutas políticas e conhece de perto a realidade do povo das classes mais marginalizadas do seu país, por isso, talvez, possa falar com tanta propriedade e segurança a partir deste ponto de vista.

Dar espaço para que a história dos “outros” seja contada, faz parte da missão de um escritor engajado, sem, no entanto, desvinculá-la da própria história, amarrando os lados em uma tessitura que contempla diferentes línguas e culturas coexistentes em um só território. A história em Angola continua construindo oposições que se originaram no período ainda pré-colonial por conta das

diferenças étnicas da região e que ecoaram nas divergências políticas no período de luta pela independência e pós-independência.

Fica evidente que o conto de Luandino compõe uma perfeita metáfora do período (pós-) colonial de Angola, ressaltando fatos comuns no dia-a-dia das pessoas, como o preconceito com os negros e a violência que os brancos praticavam contra eles em todos os espaços públicos predominantemente habitados e frequentado pelos brancos – em todos os lugares a discriminação era latente, segundo Douglas Wheeler e René Pélissier (2009) em *História de Angola*.

A representação dos personagens no conto desvela de forma crítica as relações estabelecidas entre os sujeitos pós-coloniais, especialmente no tocante às questões de cor ou raça. Estas relações conturbadas entre negros e brancos em Angola são, ainda hoje, consideradas temas complexos. A questão da nacionalidade também é ressaltada no conto, pois ser angolano pode significar coisas diferentes para grupos distintos. Nem sempre ser branco, significa ser português, nem sempre ser negro significa ser angolano. Ainda, o problema de classe em Angola fica claro quando levamos em consideração também os problemas de cor e nacionalidade, pois tudo parece estar relacionado, a maioria dos angolanos negros pertence a uma classe social mais pobre, bem como a maioria dos brancos em Angola pertencem a uma classe de poder aquisitivo e posição social mais elevado em decorrência do prestígio atribuído ao descendente do colonizador europeu.

Por fim, concluímos que Zito Makoa é um personagem silenciado, e as poucas falas que lhes são atribuídas não passam de uma tentativa de se fazer ouvir em meio a todas as outras vozes que julgam poder falar por ele. Da mesma forma, a relação entre Zito e Zeca, apesar de generosa, não é de total igualdade, pois Zito é notadamente tratado por Zeca como alguém que necessita sua proteção por estar em situação de maior fragilidade, marginalização e opressão. A proteção oferecida por Zeca reforça a posição de inferioridade ocupada por Zito enquanto membro de uma sociedade racista e classista.

## Referências

BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: \_\_\_\_\_. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009.

BRAGA, Cláudio Roberto Vieira; GONÇALVES, Gláucia Renate. Diáspora, espaço e literatura: alguns caminhos teóricos. **Revista Trama**, Marechal Candido Rondon, v 10, n. 19, p. 37-47, 2014.

CHERON, Cibele; FILOMENA, César Luciano. O antagonismo ao extremo: luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, 3,11-14 de nov., Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: GT Organizações Internacionais, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

OLIVEIRA, Fabiana de Paula Lessa; PEDRO, Fabiana Rodrigues de Souza. Silêncio, vozes, opressão e liberdade (através da escrita): reflexões sobre Zito Makoa, da 4ª classe, de Luandino Vieira e O menino que escrevia versos, de Mia Couto. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 811-826, 2013.

SMITH, Anthony D. **Identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas**: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

VIEIRA, Luandino. Zito Makoa, da 4ª classe. In: CHAVES, Rita (org.). **Contos africanos dos países de língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2010.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

## QUANDO A IRONIA REVELA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA CRÔNICA À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Thais de Freitas Mondini Belletti\*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca de práticas discursivas e sociais que se fazem presentes no contexto brasileiro contemporâneo. De acordo com as concepções teóricas da Análise de Discurso Crítica, o discurso é um modo de ação e de representação de todo o dizer. Nesse sentido, há uma relação dialética e interna entre linguagem e sociedade. Fairclough (1992) indica que, no processo de análise do discurso, a investigação pode ser feita a partir de um quadro tridimensional. De acordo com esse quadro, o discurso é analisado a partir de sua dimensão social, discursiva e textual. Tendo em vista essas concepções, o propósito desse trabalho é, com base na crônica “Guinada à direita” publicada na *Folha de São Paulo*, mapear alguns aspectos ideológicos e hegemônicos que permeiam o discurso no Brasil. Vimos que os elementos linguísticos presentes no corpus evidenciam um embate entre discursos cristalizados na sociedade brasileira e discursos que buscam uma mudança dos paradigmas sociais vigentes.

**Palavras-chave:** Práticas. Sociedade. Discurso. Ideologia.

## WHEN IRONY REVEALS: CONSIDERATIONS ABOUT A CHRONICLE FROM THE CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS PERSPECTIVE.

**Abstract:** This work aims to present a reflection in the discourse and social practices which are present in the contemporary Brazilian context. According to theoretical concepts of Critical Discourse Analysis (henceforth, CDA), discourse is a means of social activity and representation of linguistic intent. This means that social life is interconnected to networks of social practices of diverse sources and these elements are dialectically related. Fairclough (1992) suggests a tridimensional framework to investigate the process of the discourse analysis. This framework analyzes discourse in terms of its social, discursive and textual dimensions. Taking into consideration these concepts, the purpose of this work is to map some ideological and hegemonic aspects found in the discourse in Brazil. The analysis is based on the chronicle “Guinada à direita”, a text published in the Brazilian newspaper *Folha de São Paulo*. This analysis shows that the linguistic elements of the text indicate a dispute between cristalized discourses in Brazilian society and discourses that seek a change in the current social paradigm.

**Keywords:** Practices. Society. Discourse. Ideology.

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL), PUC-Rio.

## Introdução

A análise do texto selecionado teve um cunho qualitativo-interpretativo à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC). Este é um modelo teórico-metodológico com uma abordagem interdisciplinar e crítica do discurso, que foi primeiro proposta por Norman Fairclough no livro *Discourse and social change* (1992, tradução para o português em 2001), atualizada e revisada por Chouliaraki e Fairclough (1999), em *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*.

Para a ADC, o discurso é compreendido como uma prática social porque serve às diversas interações construídas nas relações sociais. É nas práticas sociais que a linguagem se manifesta como discurso. Fairclough (1989) usa o termo “discurso”, propondo o uso da linguagem como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais” (FAIRCLOUGH apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 27). Segundo essa perspectiva, o discurso é um modo de ação; é a forma por meio da qual os indivíduos podem agir sobre o mundo e sobre os outros. O discurso também é um modo de representação, ou seja, é via linguagem que os fatos e os fenômenos sociais são representados e reproduzidos. O discurso, assim, “é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social... não há uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.27).

Dessa forma, a ADC conjuga os elementos linguísticos e sociais em suas análises empíricas. Por meio da investigação das relações entre o discurso e a prática social, busca-se desvelar ideologias veiculadas no discurso. Para os analistas críticos, o discurso é uma forma de poder, disputado na sociedade contemporânea, pois os que logram de um acesso maior ao discurso público têm seu poder legitimado. Vale ressaltar que não é qualquer discurso que interessa à ADC, mas aqueles que contribuem para conservar ou promover o domínio de um grupo sobre os demais.

Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 identifica três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social. Para o autor, o discurso contribui para o estabelecimento das identidades sociais, para a construção das relações sociais e de crenças compartilhadas. Esses aspectos construtivos vão indicar as funções *identitária* – voltada para a forma por meio da qual as identidades sociais são estabelecidas no discurso; *relacional* – centrada nas relações entre os participantes do discurso, no sentido de serem negociadas e representadas; e *ideacional* – propõe as várias formas de o discurso significar o mundo. As funções identitária e relacional correspondem à

função interpessoal proposta por Halliday (1985), acrescentando-lhes a função *textual*. A função textual corresponde à maneira como as informações são estruturadas e relacionadas no texto. Dessa forma, as pessoas escolhem o modelo e a estrutura de suas orações que são também escolhas sobre o significado de relações sociais.

### **O enquadre tridimensional**

No modelo tridimensional de ADC, proposto por Fairclough (1992, 1985) a análise é dividida em três etapas. 1) O modelo centrado no *texto* abrange categorias de análise textual, o *vocabulário*, a *gramática*, a *coesão* e a *estrutura textual*. O *vocabulário* trata das palavras individuais. A *coesão* vai se ocupar da ligação entre orações e frases, através de mecanismos de referência. A *gramática* vai tratar das palavras combinadas em orações e frases. A *estrutura textual* indica as propriedades organizacionais do texto em larga escala, a maneira como os elementos são combinados. 2) Na análise das *práticas discursivas*, abordam-se os processos de *produção*, *distribuição* e *consumo textual*, sendo que a natureza desses processos vai variar de acordo com os diferentes tipos de discursos em relação aos fatores sociais. A prática discursiva é mediadora entre o texto e a prática social. Analisam-se também as categorias *força*, que está ligada aos tipos de atos de fala desempenhados; *coerência*, que se refere às conexões e inferências necessárias e sua base em pressupostos ideológicos; e *intertextualidade*, que indica as relações dialógicas entre o texto e outros textos. 3) A *prática social* está associada às noções de ideologia e hegemonia na instância discursiva analisada. No aspecto da ideologia estão inseridos os elementos do texto que podem ser investidos de forma ideológica, como os *sentidos* das palavras, as *pressuposições*, as *metáforas*, o estilo. No aspecto da hegemonia, observam-se os elementos que indicam as orientações da prática social, sendo elas econômicas, políticas, culturais e ideológicas. Busca-se analisar a posição do texto em contexto de luta hegemônica, “colaborando na articulação, desarticulação, e rearticulação de complexos ideológicos” (FAIRCLOUGH apud RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 188). É importante destacar que a análise da prática social se dá pelo texto; é por meio dele que se exploram as estruturas de dominação, as relações sociais e as operações de ideologia.

O enquadre apresentado mais recentemente por Chouliaraki e Fairclough (1999) tem como objetivo a reflexão sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre as possibilidades de movimentos emancipatórios em estruturas cristalizadas na vida social. Esse enquadre parte da percepção de um problema e da análise de sua conjuntura, em que as

redes de práticas são interligadas e articuladas. As redes de práticas são sustentadas por relações de poder e as articulações entre práticas estão ligadas a lutas hegemônicas.

A proposta dialética da ADC de pensar as práticas sociais como contraditórias e em permanente transformação está em consonância com o conceito gramsciano de hegemonia. Gramsci (1988, 1955) argumenta que, na luta hegemônica, o poder exercido por uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre o conjunto da sociedade é sempre parcial e temporário. Segundo tal perspectiva, podemos entender a hegemonia como um processo que envolve a articulação entre forças sociais que precisa ser continuamente renovada, defendida e sustentada. Dessa forma, a ADC foca o conceito de hegemonia, pois ele indica a possibilidade de mudança, porque “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI apud RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 193), e também aponta o discurso como um meio de se lutar pelo consenso.

Para a ADC, a possibilidade de desarticulação dos elementos sociais que estão presentes nas relações de dominação se dá através da agência humana. Nas considerações de Chouliaraki e Fairclough (1999), observamos que a ação individual pode representar um artifício potencial para a superação das relações assimétricas, desde que essa ação seja assistida por uma reflexividade crítica. Sobre a noção de reflexividade, Resende e Ramalho (2004, p. 199) ponderam: “A reflexividade sugere que toda prática tem um elemento discursivo, não apenas porque toda prática envolve, em grau variado, o uso da linguagem, mas também porque as construções discursivas sobre práticas são também parte das práticas.

De acordo com Giddens (1991, 2002), no contexto da modernidade tardia, a reflexividade institucional exerce grande influência sobre o dinamismo das instituições modernas. Nesse contexto, os atores sociais, por sua vez, revisam a maioria dos aspectos da atividade social com base em novos conhecimentos. Chouliaraki e Fairclough (1999) ponderam acerca da relação entre tais conhecimentos e o monitoramento reflexivo da ação e sugerem que a “reflexividade inerente à ação humana foi extenalizada na modernidade, ou seja, as informações de que os atores sociais se valem para a reflexividade vêm de fora” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 31).

Como exemplo do conhecimento “de fora”, podemos destacar a mídia, que influencia a vida cotidiana, contribuindo para a construção de sentidos. Segundo Giddens:

Os indivíduos em cenários pré-modernos, em princípio e na prática, poderiam ignorar os pronunciamentos de sacerdotes, sábios e feiticeiros, prosseguindo com as rotinas da atividade cotidiana. Mas este não é o caso no mundo moderno, no que toca ao conhecimento perito (GIDDENS apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 45).

Nesse caso, Resende e Ramalho (2006) pontuam que práticas podem depender dessas autoconstruções reflexivas, cada vez mais influenciadas por informações circundantes, para sustentar relações de dominação. A ideologia, assim, pode ser internalizada e naturalizada pelos indivíduos e se fazer presente nas autoconstruções reflexivas. Para a ADC, entretanto, a autoidentidade, que é criada e sustentada cotidianamente pela reflexividade do indivíduo, pode também significar a possibilidade de mudança social.

### **Representação de discurso e ironia**

Fairclough (2001, p. 153) usa o termo “representação de discurso” em lugar do termo tradicional “discurso relatado”, pois acredita ser este um termo que capta melhor a ideia de que “quando se relata o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo e não de outro”. O autor postula que o que está representado no discurso vai além das questões gramaticais, inclui a organização discursiva, além de vários outros aspectos do evento discursivo – suas circunstâncias, o tom usado etc.

Os tipos de discurso são diferentes não somente na forma como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e para que serve o texto representador. Há, assim, diferenças do que é citado, como, quando e porque entre sermões, ensaios científicos e conversações. Fairclough (2001, p. 153) pontua que uma variável essencial no que tange ao modo como o discurso é representado é se “a representação vai além do ideacional ou conteúdo da ‘mensagem’ para incluir aspectos do estilo e do contexto dos enunciados representados”

Bakhtin(2002) acentuou o caráter dialógico da linguagem; mesmo os textos escritos, aparentemente monológicos, dialogam com outros textos. Segundo essa concepção, “o discurso é internamente dialógico porque é polifônico; todo texto articula diversas vozes” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 65). Fairclough (2001) indica que, para se relatar um discurso, pode-se não apenas citar em discurso direto, mas também parafrasear, resumir, ecoar em discurso indireto.

Seguindo a concepção dialógica da linguagem, podemos entender a ironia como um enunciado que ecoa outro enunciado. Os estudos tradicionais sobre ironia a descrevem como um simples “dizer uma coisa e significar outra”, o que não abrange a natureza intertextual da ironia. Para que o efeito da ironia seja alcançado é preciso que os intérpretes sejam capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto. Fairclough (2001, p. 159) postula que esse reconhecimento pode ser baseado em vários fatores:

Uma evidente falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional, indicações no tom de voz do(a) falante ou no texto escrito (por exemplo, pôr palavras entre aspas simples); ou pressupostos dos intérpretes sobre as crenças ou os valores do(a) produtor(a) do texto (“nós estamos todos inteiramente conscientes das realizações econômicas do comunismo” será facilmente reconhecido como irônico por leitores regulares do jornal *The Daily Telegraph*, na Grã-Bretanha, ou em um discurso do presidente dos Estados Unidos da América).

Em suma, para que a ironia surta efeito, é necessário que os sujeitos do discurso compartilhem as mesmas referências. Não existe uma sinalização “isto é uma ironia”, pois subentende-se que os interlocutores sejam instruídos a identificar o discurso. A intenção do produtor do texto precisa estar alinhada com as práticas discursivas e sociais que permeiam o discurso, como as orientações políticas e ideológicas e o contexto de produção e consumo do texto.

### **O caso do jornal *Folha de São Paulo***

A *Folha de São Paulo* é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Os números auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) indicam uma tiragem média de 300 mil exemplares diários<sup>1</sup>. Lançada em 1921, o jornal se consolidou como jornal informativo “onde tudo é notícia”.

Para fins de análise, faz-se necessário comentar a respeito do gênero de jornal o qual a *Folha* está inserida – os jornais da grande imprensa. Alves Filho (2000 apud SILVA, 2003, p. 52) assim classifica:

[Jornais] que se estruturam como indústria cultural e frequentemente são apontados pelas instituições de pesquisa entre os de maior vendagem. Posição de preferência

---

<sup>1</sup> Dados tirados do site do *Grupo Folha*.

que assumem por terem construído e consagrado, perante o mercado consumidor, a imagem de isenção e independência frente aos poderes formais do Estado e aos informais, como as classes sociais e outros "grupos de pressão". Jornais (...) que, funcionando como indústria cultural, representam-se e são representados por segmentos substantivos da população - independentemente de serem rotulados "progressistas", "conservadores", etc. - como comprometidos com o bem comum, com a informação objetiva e com a interpretação correta dos acontecimentos.

Esse tipo de jornal visa a contemplar uma vasta gama de leitores por meio da oferta de várias seções e cadernos, como os destinados à família, ao esporte, à cultura etc. A ênfase do jornal, no entanto, recai sobre assuntos relacionados à economia e à política. De forma clara, o grupo que mais consome esse tipo de veículo possui um poder aquisitivo alto, assim como um nível de escolaridade mais elevado que a média nacional. Esse público, assim, pertence ao grupo que exerce maior influência junto aos centros de tomada de decisão em termos de política e economia.

A linha editorial da *Folha* afirma buscar um “jornalismo crítico, apartidário e pluralista”. Silva (2003) indica que a credibilidade social é um requisito indispensável para a manutenção e ampliação de consumidores e anunciantes, e o instrumento utilizado por esses jornais para atingir tal meta é o pluralismo político-ideológico das colunas. Esse instrumento, assim, possibilitaria a manutenção de uma imagem neutra e democrática.

Claramente, como argumenta Silva (2003), o pluralismo das colunas não impede a manifestação da linha ideológica do jornal. Esta é evidenciada nas escolhas dos textos dos editoriais e dos artigos do noticiário, das interpretações sobre os fatos anunciados e na escolha de elementos que se relacionam com o texto, como símbolos, estereótipos e imagens. De acordo com essa concepção, observamos que a *Folha de São Paulo* indica uma postura conservadora e alinhada aos preceitos neoliberais. Isso é evidenciado por seu apoio, no passado, ao regime militar, e, em tempos presentes, por sua postura abertamente favorável ao então candidato de direita Fernando Henrique Cardoso. É também evidenciado pela desqualificação de projetos e de atores políticos, que, em 1994, buscavam alternativas aos cânones neoliberais.

### **A crônica: uma amostragem**

A palavra *crônica* está intrinsicamente ligada à noção de tempo. Do grego *Chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica (MOISÉS, 1978). Com o passar do tempo, a crônica passa ao jornalismo, sendo um gênero

cultivado pelos escritores que fazem parte do jornal para relatar os acontecimentos diários. Os cronistas passam a evidenciar suas posições críticas perante os fatos da vida, ilustrando suas inquietações, incertezas e angústias. No Brasil, a crônica atinge uma característica peculiar. Ela é um gênero jornalístico que mescla a narração literária com a opinião de um tema real, seja ele econômico, político ou cultural.

A crônica *Guinada à direita*, corpus dessa análise, foi escrita por Antônio Prata e publicada no dia três de novembro de 2013 no jornal *Folha de São Paulo*. Nela, o autor diz-se revoltado com “o totalitarismo de esquerda” que “domina” o Brasil. O problema aqui apresentado se dá, pois o texto usa de ironia para apontar os argumentos contrários a um projeto progressista, de inclusão social. A ironia, no entanto, não é alcançada pelos leitores que estão de acordo com tais argumentos. Isto é evidenciado pelos comentários enviados ao *Painel do Leitor* da *Folha*, parabenizando o autor pela crônica. Destaco um exemplo:

Muito corajosa e pertinente a coluna de Antonio Prata ("Cotidiano", 3/11).

Realmente é essa gentalha, protegida por um poder totalitário instalado em nossa nação há mais de uma década, que impede o pleno desenvolvimento do país. Parabéns. aguardo ansioso por novas colunas raivosas.

No intuito de deixar clara a ironia, o autor do texto faz também um comentário no *Painel do Leitor* do mesmo jornal:

**RESPOSTA DO COLUNISTA ANTONIO PRATA** – Aos leitores que não entenderam minha crônica "Guinada à direita": sim, eu estava sendo irônico. A intenção, ao criar tal persona retrógrada, racista, machista e homofóbica, era apontar tais preconceitos em nossa sociedade. Parece que funcionou, pois a maioria dos e-mails equivocados que recebi me parabenizava pela "coragem" de "assumir" essas deprimentes opiniões.

Vimos que, para a ADC, entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, “que tanto é constituído socialmente como também é constituído de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p.189). Certamente, no contexto brasileiro contemporâneo, observamos um embate entre forças que lutam para a manutenção da hegemonia e forças emancipatórias que lutam pela mudança. Fairclough (2003) indica que a mudança genérica, como parte da mudança discursiva e social insere-se na agenda de pesquisa da ADC (RESENDE, RAMALHO, 2006).

No texto, Antônio Prata lança mão de uma pressuposição para afirmar uma visão de totalitarismo vivido no Brasil: "Como todos sabem, vivemos num totalitarismo de esquerda. A rubra súcia domina o governo, as universidades, a mídia, a cúpula da CBF e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara". A proposição "como todos sabem" trata o "totalitarismo de esquerda" como algo real, concreto, dado, dialogando com as vozes que compartilham essa visão. Ao evocar o "cidadão de bem" a juntar-se a ele, o autor aponta a pressuposição de que há o "cidadão do mal", revelando a representação dicotômica de mundo entre os "maus" e os "bons".

No texto, Antônio Prata, por meio da ironia, aponta alguns atores sociais como sendo parte do problema que impede o desenvolvimento do país:

E quem há de negar que é preciso reagir? Quando terroristas, gays, índios, quilombolas, vândalos, maconheiros e aborteiros tentam levar a nação para o abismo, ou os cidadãos de bem se unem, como na saudosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que nos salvou do comunismo e nos garantiu 20 anos de paz, ou nos preparemos para a barbárie.

Rajagopalan (2003) indica que devemos encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político. O autor sustenta a tese de que: "é no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados" (RAJAGOPALAN, 2003, p. 82). Vimos que a função textual corresponde à maneira como as informações são estruturadas e relacionadas no texto. Ao colocar "terroristas, gays, índios, quilombolas, vândalos, maconheiros e aborteiros" no mesmo campo semântico, como atores responsáveis por "levar a nação para o abismo", o autor busca indicar o posicionamento valorativo associado a esses adjetivos e substantivos. Terroristas e vândalos associam-se a gays, índios, quilombolas, maconheiros e aborteiros como indivíduos que compartilham a mesma linha ideológica. Aparentemente, na visão dos leitores que parabenizaram o cronista pela "coragem" de escrever a crônica, tal grupo apresenta uma ameaça aos "valores" tradicionais da família e da nação. Valores esses que foram construídos nas práticas sociais, por meio do discurso. Na medida em que assuntos como orientação sexual, aborto e descriminalização da maconha entram na pauta de discussão do governo e da sociedade civil, discursos cristalizados são contestados, e há, assim, um embate.

Um valor construído muito presente nas práticas discursivas no Brasil é a noção de meritocracia. O discurso da meritocracia aponta para uma representação de mundo onde todos nascem iguais, portanto, com as mesmas oportunidades, e, nesse caso, os "vencedores" são aqueles

que “merecem”. Tal discurso é sustentado por relações sociais de poder, em que as práticas se articulam para a manutenção da hegemonia. No entanto, “toda hegemonia é um equilíbrio instável”, e observamos hoje, no Brasil, outras forças sociais que lutam pela desarticulação dessas relações de dominação. A implementação de ações afirmativas em instituições de ensino brasileiras são práticas que estão inseridas nessa desarticulação. No texto, Antônio Prata exemplifica esse embate:

Se é que a barbárie já não começou... Veja as cotas, por exemplo. Após anos dessa boquinha descolada pelos negros nas universidades, o que aconteceu? O branco encontra-se escanteado. Para todo lado que se olhe, da direção das empresas aos volantes dos SUVs, das mesas do Fasano à primeira classe dos aviões, o que encontramos? Negros ricos e despreparados caçoando da meritocracia que reinava por estes costados desde a chegada de Cabral.

É evidente a ironia do autor aqui, pois quem sempre esteve “escanteado” das direções de empresas, carros importados, restaurantes caros, viagens de primeira classe são os negros. É notório que a presença de negros em cargos de chefia e em ambientes frequentados pela classe com poder aquisitivo alto é mínima. Os resultados da pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas e suas Ações Afirmativas – 2010”, realizada pelo *Instituto Ethos*, revelam que nos cargos de direção, o número de negros gerindo empresas, é de 5,3% contra 3,5% no último levantamento, em 2007, apesar de representarem mais da metade da população. O perfil da direção das 500 maiores empresas brasileiras, segundo a pesquisa, continua quase que 100% branco: diretores brancos representam 93,3%.

Podemos observar que a ideologia do discurso da meritocracia foi internalizada e naturalizada pelos leitores que se identificaram com a crônica, a ponto de negarem um fato incontestável – os negros são ínfima minoria em cargos de chefia. Fairclough (2001, p.117) entende que “as ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.” A ideologia da meritocracia, assim, se faz presente nas autoconstruções reflexivas, influenciadas pelas práticas presentes na mídia.

Resende e Ramalho (2004) assinalam que, para um grupo se manter temporariamente em posição hegemônica, é preciso estabelecer posição de liderança moral, política e intelectual na vida social. Isto é feito através da disseminação de uma visão de mundo particular pelo tecido da sociedade como um todo. Ora, quando os interesses desse grupo são contestados, há uma reação de ultraje, raiva, como se perguntassem: como ousam desafiar esse consenso da sociedade? No entanto, podemos enxergar esse consenso como parte da estratégia das classes dominantes em

ganhar aliados para seu projeto particular de manutenção do *status quo*. A pergunta que fazemos é: Há realmente um consenso? Observamos que não, quando diversos grupos que antes não tinham voz nas práticas discursivas e sociais agora passam a ter. Dentro dessa conjuntura, o discurso do “politicamente correto” pode ser visto como uma forma de tensão entre um discurso antes cristalizado na sociedade e essas novas vozes. No texto, Antônio Prata indica essa tensão:

[...] nós, da direita, temos uma arma: o humor. A esquerda, contudo, sabe do poder libertário de uma piada de preto, de gorda, de baiano, por isso tenta nos calar com o cabresto do politicamente correto. Só não joga a toalha e mudo de vez pro Texas por acreditar que neste espaço, pelo menos, eu ainda posso lutar contra esses absurdos.

Certamente, o termo “politicamente correto” pode adquirir muitas acepções. O debate é bastante amplo acerca dos efeitos de sentido que o uso de certas palavras apresentam. O objetivo aqui, no entanto, é evidenciar como o uso da linguagem pode servir para reproduzir ideologias engessadas nas práticas brasileiras. O autor termina sua crônica, utilizando formas linguísticas que revelam essas ideologias:

[...] seguiremos dominados pelo crioulo, pelas bichas, pelas feministas rançosas e por velhos intelectuais da USP, essa gentalha que, finalmente compreendi, é a culpada por sermos um dos países mais desiguais, mais injustos e violentos sobre a Terra. Me aguardem.

Vimos que, para a ADC, o discurso é um modo de ação. Evidentemente, a escolha dos itens lexicais “crioulo” e “bicha”, no texto, tem como objetivo provocar um efeito de sentido negativo dirigido aos negros e aos homossexuais, que se juntam às feministas e aos intelectuais como “gentalhas”. O uso de tais elementos discursivos marca uma ação direcionada a esses grupos como um desejo de calarem suas vozes.

De forma clara, os leitores que não identificaram a ironia do autor e concordaram com suas palavras fazem parte do grupo que luta pelo emudecimento dessas vozes e pela manutenção da hegemonia. Tal grupo não entendeu a ironia do texto, pois são leitores de um veículo que, no decorrer da história, mostrou-se alinhado às práticas sociais consolidadas pelo poder hegemônico.

Certamente, aos negros, mulheres, gays, índios, quilombolas, pobres sempre foi relegado papel secundário nas tomadas de decisões políticas no Brasil. Quando tais grupos reivindicam posições mais atuantes nas práticas sociais brasileiras, estes são contestados por atores que tentam defender e sustentar suas posições de dominação.

A análise conclui que a crônica de Antônio Prata ecoa o discurso desses atores que lutam para a manutenção de uma ideologia sustentada por poderes hegemônicos. Essa conclusão não parte de um ponto de vista particular, embora este possa transparecer nas considerações feitas nesse trabalho, mas tem como base a reação de leitores, que não só concordam com as palavras do autor, mas o parabenizam pela coragem de assumir tais posições.

### **Considerações finais**

O objetivo desse trabalho foi inserir o contexto brasileiro contemporâneo no período de transformação social, marcado por uma tensão entre pressões pela manutenção da força dominante, e pressões pela mudança, apontado por Fairclough (2001). Com base no enquadre tridimensional desse autor, analisamos as práticas sociais e discursivas que permeiam o texto “Guinada à direita” de Antônio Prata. A separação das três dimensões: prática discursiva, texto e prática social servem para fins de organização da análise. Partimos do texto para a análise dos aspectos sociais envolvidos na dinâmica entre o autor, os leitores e o veículo de comunicação em que a crônica foi publicada.

A análise nos ajudou a mapear a lógica que figura em textos do jornal *Folha de São Paulo*, que se diz apartidário e democrático. Certamente, a *Folha* abre espaço para colunistas com diferentes visões ideológicas. Antônio Prata, através de seu texto irônico, indica sua posição particular. O jornal, por sua vez, por meio de seu editorial, também revela seu posicionamento.

O problema apresentado aqui é evidenciado em duas dimensões. Primeiro, analisamos a prática discursiva, que focaliza os processos de produção, distribuição e consumo do texto. Nessa análise, vimos que uma grande parte dos leitores da *Folha* sentiu-se representada pelas palavras usadas pelo autor da crônica, pois o jornal é um veículo que representa suas visões políticas, econômicas e culturais. Ao lerem a crônica de Antônio Prata, os leitores não perceberam a ironia, pois, para eles, aquelas palavras se articulam com sua representação de mundo. Segundo, analisamos a prática social, que está relacionada aos aspectos ideológicos e hegemônicos presentes nos elementos discursivos do texto. De acordo com essa análise, a crônica de Antônio Prata evidencia uma tensão entre uma visão hegemônica, construída na ação dos sujeitos que fazem parte das estruturas de dominação, e os grupos que participam de práticas emancipatórias.

As palavras usadas no texto analisado ecoaram o discurso incorporado por leitores da *Folha*. A ironia não foi alcançada, pois tais leitores não compartilhavam as mesmas referências do autor. A

crônica de Antônio Prata sinalizou um tempo em que novos agentes atuam para a reconfiguração de um mundo onde mais vozes possam ser ouvidas. Claramente, essa conjuntura apresenta um embate entre forças. No entanto, para a superação das relações assimétricas, somente a agência humana apresenta um artifício potencial para a mudança.

## Referências

ALVES FILHO, Aluizio. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. **Comum**15, n. 5, Rio de Janeiro p. 86-118, , ago.- dez. 2000.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press,1999.

**INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS)**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br> >. Acesso em: 9 jun. 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Ed.Universidade de Brasília, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Circulação**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2015

\_\_\_\_\_. **Painel do leitor**. São Paulo, 4 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/137269-painel-do-leitor.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **A Gramsci reader**: selected writings, 1916-1935. London: Lawrence and Wishart, 1988. (Org. David Forgacs).

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária – Prosa**. São Paulo: Cultrix, 1978.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006

\_\_\_\_\_. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul.-dez. 2004.

SILVA, R B. da. **O populismo como arcadismo e estatismo, na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.